

Revista Digital SIMONSEN



FACULDADES
SIMONSEN



UniCBE
CENTRO UNIVERSITÁRIO

EDUCA + AÇÃO

➤ **ANO V. Nº 11(2019)**

Amazônia
(Agosto)

Litoral do
Nordeste
(Outubro)

Andersen Gracil Fagundes

Antônio Francisco de Andrade Ferreira Filho

Brenner Marques Rangel Delfino

Bruno Tavares Caldas

Felipe Menezes Motta

José Max Nobre

José Nilton Rigo

Rafaela Fintelman

Rodrigo Amaral

Rosane Cristina de Oliveira

Márcia Cristina da Silva Moraes

Mauro Sérgio Vieira

Thaís Viegas Serpa

Brumadinho
(Janeiro)



ISSN 2446-5941

Equipe

Editor

Prof: Dr. Rodrigo Amaral

Coeditor:

Prof: Dra. Rosane Cristina de Oliveira

Parecedor Técnico:

Prof: Msc. Mauro Sérgio Vieira

Técnico de edição:

João Marcos Passos dos Santos

Corpo Editorial

- Prof. Dr. Rodrigo Amaral (FIS/UNICBE)
- Prof. Dra. Rosane Cristina de Oliveira (FIS/UNICBE)
- Prof. Dr. Mauro Amoroso (UERJ)
- Prof. Dr. Sérgio Chahon (FIS)
- Prof. Dra. Margareth Maria de Carvalho Queiroz (IOC/FIOCRUZ – UV/FUSVE)

Conselho Consultivo

- Prof. Ms. André Luiz Villagelim Bizerra (FIS)
- Prof. Ms. Antônio José Pereira Morais (FIS)
- Prof. Ms. Carla Regina Tadeu Apóstolo (FIS)
- Prof. Ms. Elias Nunes Frazão (FIS)

Revista Eletrônica Acadêmica /
Faculdades

Integradas Simonsen. Vol.5, n.11
(jul - dez 2019). Rio de Janeiro,
2019 (on.line).

Semestral.

Revista Digital Simonsen

Disponível no Portal Simonsen em:

www.simonsen.br/revista-digital

ISSN 2446-5941

Siglas: FIS: Faculdades Integradas Simonsen; UERJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro; UCAM: Universidade Candido Mendes.

EDITORIAL

Chegamos à 11ª edição da RDS, um número recheado de pratos de casa, pesquisas de alunos para TCC da graduação e da pós-graduação, da iniciação científica e de professores.

Abrindo a edição, Brenner Marques articula, com rara felicidade, as políticas econômicas do Brasil Imperial na segunda metade do século XIX com o próprio projeto político e civilizatório à época.

Em "Testemunhas de Jeová versus o Terceiro Reich", o autor Felipe Menezes Motta aponta as contradições do pensamento Nazista com as pregações das Testemunhas de Jeová. Texto riquíssimo para conhecer a ideologia do Terceiro Reich.

O medo, a fé, a relação entre a sociedade, religião e suas consequências são o assunto da pesquisa de José Max Nobre.

José Nilton Rigo em "A Imigração Italiana para o Rio de Janeiro no final do século XIX", nos leva ao século XIX para conhecermos a imigração italiana para o Rio de Janeiro. Seus motivos, problemas e a reconstrução da vida das famílias de imigrantes italianos que vieram para o Brasil.

Rodrigo Amaral apresenta uma discussão historiográfica defendendo a utilização do conceito de *Antigo Regime nos Trópicos* para trabalhos que envolvam o período de 1750 até 1850 no Brasil Colonial/Imperial.

O artigo de Rosane Oliveira apresenta uma discussão interessante sobre a questão da vulnerabilidade de crianças e adolescentes no Brasil. A autora chama a atenção para o aspecto da construção histórica e social da infância e, em seguida discute a questão dos direitos humanos e o lugar da criança e do adolescente no contexto das políticas de assistência. Esse artigo é um bom ponto de partida para a discussão em torno dos direitos, da vulnerabilidade e das dificuldades em formular políticas públicas para esta parcela da população

Marcia Moraes e Rosane Oliveira assinam o artigo "Configurações familiares e sua influência na trajetória dos adolescentes em conflito com a Lei no Brasil". Neste estudo, as autoras fizeram uma reflexão sobre a concepção de família ao longo do tempo, enfatizando as novas configurações familiares na contemporaneidade. Em seguida, o artigo aborda a questão da interdependência entre família e sociedade, destacando a influência familiar em relação ao comportamento de adolescentes em conflito com a lei.

O artigo de Thais Viegas Serpa intitulado "A profissionalização para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas Estado do Rio de Janeiro", levanta um embate bastante interessante sobre adolescente que vislumbram a reinserção na sociedade após cometerem delitos. O artigo nos traz a historicidade de como as medidas socio educativas foram aparecendo e fortalecendo as políticas públicas e onde aparecem a figura do profissional de assistência social com as suas práticas no que dizem respeito ao entendimento de como lidar com os problemas destes jovens e de

como o estado poderia prover meios mais eficazes e eficientes de acolher esses jovens no contexto social.

Em texto assinado por quatro autores: Bruno Tavares Caldas, Andersen Gracil Fagundes, Rafaela Fintelman, Antônio Francisco de Andrade Ferreira Filho, fechamos a RDS com um tema inédito: a ventilação não Invasiva durante os Exercícios da Reabilitação Pulmonar.

Queridos leitores, aproveitem a edição!

A CAPA

Nossa imagem de capa, produzida pelo **Professor Mauro Sérgio** da Faculdades Integradas Simonsen e Curso de Geografia, propõe retratar um importante momento ao qual o Brasil vem passando no que diz respeito aos impactos ambientais causados pelos processos de degradação e desmatamento da floresta amazônica. Os danos são irreparáveis e no entendimento acadêmico se espera que docentes, discentes e todos que possam envolver-se juntemo-nos no mesmo objetivo: O de compartilhar saberes e disseminar informações que levem cada vez mais conscientização, apreço e respeito ao recursos naturais, ao meio ambiente e as formas que venham garantir a sustentabilidade sob a luz da égide da sua definição mais clássica: “É o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.” Essa definição surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

Chegamos, pois, a nossa décima primeira edição repletos de motivos para comemorar e parabenizar a equipe da Revista Digital Simonsen (EDUCA+AÇÃO) e a todos que fazem parte desta labuta na procura incansável do êxito pleno e ratificar o sucesso que nossa revista alcança neste momento.

Mauro Sérgio (Parecerista)

Por: João Marcos

SUMÁRIO

A CAPA	5
Por: João Marcos	5
HISTÓRIA	8
Análise do Banco do Brasil na Política Financeira Conservadora do Século XIX: Rumos da Crise de 1964 no Rio de Janeiro	8
Por: Brenner Marques Rangel Delfino	8
HISTÓRIA	28
AS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ VERSUS O TERCEIRO REICH.....	28
Por: Felipe Menezes Motta	28
HISTÓRIA	45
O Discurso do Medo Como forma de Controle e Domínio Social	45
Por: José Max Nobre	45
HISTÓRIA	57
A Imigração Italiana para o Rio De Janeiro no final do século XIX	57
Por: José Nilton Rigo	57
HISTÓRIA	78
História e Teoria: o uso da noção de Antigo Regime nos trópicos para a América portuguesa no período 1750-1850	78
Por: Rodrigo Amaral	78
SOCIOLOGIA	95
UM OLHAR SOBRE A VULNERABILIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL	95
Por: Rosane Cristina de Oliveira	95
SERVIÇO SOCIAL	110
Configurações familiares e sua influência na trajetória dos adolescentes em conflito com a lei no Brasil.	110
Por: Márcia Cristina da Silva Moraes	110
Rosane Cristina de Oliveira	110
SERVIÇO SOCIAL	128
A profissionalização para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas Estado do Rio de Janeiro	128

Por: Thaís Viegas Serpa	128
Mauro Sérgio Vieira	128
FISIOTERAPIA	156
O USO DA VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA DURANTE OS EXERCÍCIOS DA REABILITAÇÃO PULMONAR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA.	156
Por: Bruno Tavares Caldas, Andersen Gracil Fagundes ² , Rafaela Fintelman ³ , Antônio Francisco de Andrade Ferreira Filho ⁴	156

HISTÓRIA

Como citar: DELFINO, Brenner Marques Rangel. *Análise do Banco do Brasil na Política Financeira Conservadora do Século XIX: Rumos da Crise de 1864 no Rio de Janeiro*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 11, Novembro, 2019. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN: 2446-5941.

ANÁLISE DO BANCO DO BRASIL NA POLÍTICA FINANCEIRA CONSERVADORA DO SÉCULO XIX: RUMOS DA CRISE DE 1864 NO RIO DE JANEIRO

Por: Brenner Marques Rangel Delfino¹

¹ Graduando no curso de Licenciatura em História pela Faculdade Integradas Simonsen.
E-mail: dairon.brenner@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo tem o intuito de analisar as configurações da política financeira do projeto civilizatório brasileiro no século XIX que buscava a ascensão do papel moeda ao padrão ouro como representação sólida de uma jovem monarquia. A compreensão da linha conservadora nos assuntos econômicos começa pela centralização política na Corte após as repressões federalistas no império, de modo que as novas determinações surgiram para a formulação de um novo Brasil, consagrado através de instituições prestigiosas, formulações financeiras, alterações legislativas e alinhamentos comerciais. Tanto que após 1850 os planejamentos políticos e econômicos do projeto civilizatório brasileiro encontraram caminhos adstritos e projetaram a instituição financeira mais importante nas alterações do sistema de crédito na praça comercial do Rio de Janeiro entre 1854-64, o Banco do Brasil. Assim, a análise deste artigo destina-se a compreensão dos atritos financeiros para a progressão do projeto conservador brasileiro que ocorreu nas décadas de 50-60, e como a junção do Banco do Brasil no sistema financeiro alterou involuntariamente os rumos dessa projeção em 1864 com a profunda crise instalada na praça comercial do Rio de Janeiro.

PALAVRA-CHAVE: Política Financeira Século XIX; Banco do Brasil; Quebra do Souto; Projeto Saquarema; Lei Eusébio de Queiroz; Crise 1857; Crise 1864; Projeto Civilizatório Brasileiro.

ABSTRACT: This article aims to analyze the financial policy configurations of the Brazilian civilizing project in the nineteenth century that sought the rise of paper money to the gold standard as a solid representation of a young monarchy. Understanding the conservative line in economic affairs begins with political centralization in the Court after federalist repressions in the empire, so that new determinations emerged for the formulation of a new Brazil, consecrated through prestigious institutions, financial formulations, legislative changes, and trade alignments. . So much so that after 1850 the political and economic planning of the Brazilian civilization project found narrow paths and projected the most important financial institution for changes in the credit system in Rio de Janeiro's commercial square between 1854-64, Banco do Brasil. Thus, the analysis of this article aims to understand the financial friction for the progression of the Brazilian conservative project that occurred in the 50-60s, and how the merger of Banco do Brasil in the financial system involuntarily changed the direction of this projection in 1864 with the deep crisis installed in the commercial square of Rio de Janeiro.

KEYWORD: Financial Policy 19th Century; Bank of Brazil; Souto Breaking; Saquarema Project; Eusébio de Queiroz Law; Crisis 1857; Crisis 1864; Brazilian Civilization Project.

INTRODUÇÃO

Os conflitos federalistas do período regencial abriram questões filosóficas de natureza política entre os correligionários que fortificaram as tendências conservadoras por toda a nação. A renúncia de Feijó e a ascensão de Araújo Lima foram muito mais que mudanças na legislação do Brasil, ocasionaram o embrião do projeto conservador de fortificação e centralização do poder total nas mãos da Corte², de modo que o golpe da maioria, medida de reação dos liberais ao progresso do regresso, não desconstruiu o projeto que circulava nas mesas dos ministérios, apenas o suavizou na forma de implementação e celebrizou o mais imponente autor do projeto civilizatório brasileiro, o próprio D. Pedro II.³

As rédeas que D. Pedro II segura e o chicote político que manuseia durante o segundo reinado colocam os partidos ambíguos na mesma corrida, já que a dissolução da Câmara, a virada do tabuleiro e a ascensão política poderiam ocorrer pelo único critério de sua vontade completamente apoiado na legislação. Logo os conflitos políticos dentro de todo o Império brasileiro foram perdendo gradativamente sua efervescência e seguiram na condução do Imperador que levemente foi desenhando a nação que gostaria de comandar. Assim que diversas instituições criadas na Regência, como o Colégio Pedro II e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ganharam o rigoroso acompanhamento de D. Pedro II em grande parte de seu reinado.

De modo que o Colégio Pedro II, fundado com a importante missão de orientar intelectualmente os filhos das famílias mais abastadas e prepará-los para ingressar nas faculdades de Direito em São Paulo ou Recife, aberto em 1837, recebe importante presença no quadro cultural e intelectual do Rio de Janeiro por todo século XIX⁴. De igual forma o IHGB, órgão governamental responsável por construir a história filosófica do Brasil e que conta com os mais altos conservadores do Império na sua fundação em 1838, torna-se ferramenta indispensável na construção positiva da monarquia no imaginário social⁵. Ambos inclinam-se para o mesmo projeto nacional, o projeto civilizatório brasileiro, que para acontecer necessitaria antes de tudo a fortificação e centralização do poder nas mãos da Corte.

² ENDERS, Armelle. *História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002. p. 135

³ *Ibid.*, p. 136

⁴ *Ibid.*, p. 161.

⁵ ⁵ *Ibid.*, p. 162.

Contudo, a centralização não é um projeto de fácil aceitação a todos. Para que as reformas possam ocorrer é necessário jogar a dança das cadeiras que D. Pedro II fez questão de orquestrar com tamanha maestria, de maneira que a cada reforma ambicionada ou obstáculo a ser vencido dentro da política civilizadora o tabuleiro é gira. É assim que conservadores que pareciam pensar tão próximos do imperador são rapidamente substituídos por liberais que anteriormente estavam descontentes com as mesmas questões, para a cada fase a ser vencida muda-se os jogadores da partida, mas não as regras do jogo que a Corte precisa vencer.

Como demonstrado em diversas ocasiões, a Câmara serve como centro de discussões para ambos os partidos defenderem as suas ideias de progresso à nação. Tanto que os rumos financeiros e monetários ganham seu contorno em 1846, após intensos debates sobre as questões de empréstimos, financiamento e juros, que leva os conservadores a avançarem mais um passo no projeto civilizatório, já que o padrão ouro é adotado com a lei 401 em 11 de Setembro de 1846 e define a paridade de 27 pences a cada mil réis que, finalmente, define o critério de limitação nas emissões bancárias⁶.

Já em 1848 os alicerces da centralização política estavam completos⁷. Foi com a intensa repressão de uma revolta de cunho federalista inspirada nas ideias socialistas da Primavera dos Povos⁸ que o marquês de Paraná fechou o ciclo de disputas bélicas entre conservadores e liberais. Aliás, foi no mesmo ano que ocorreu a criação do cargo de presidente do gabinete de ministros e as reformas eleitorais nos distritos que reorganizaram as estruturas políticas do império. A partir disso, tudo indicava aos liberais que a flexibilidade conhecida na regência havia chegado ao seu fim, e que a continuação na carreira política dependia exclusivamente da permissão do paço, logo jogar a dança das cadeiras seria a estratégia política adotada por ambos os partidos.

Mas a centralização política no Rio de Janeiro era apenas um passo do projeto civilizatório que pretendiam ao Brasil, de modo que sua conquista possibilitou o

⁶ Ver MULLER, Elisa. *Moedas e bancos no Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2004. p. 21.

⁷ Ver CARVALHO, José Murilo. *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 19-48

⁸ A Revolução Praieira implodiu em Pernambuco em 1848-49, com pretensões federativas de por fim a unidade nacional. Totalmente influenciada pelas ideias do Socialismo Utópico de Proudhon que buscavam o sufrágio universal, liberdade de imprensa, liberação de comércio varejo somente a brasileiros e abolição do Poder Moderador. Foi à última insurgência popular em combate ao poder central com viés federalista no Brasil. Consultar AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012. p. 402.

próximo passo, o fim definitivo do tráfico de escravos pelo próprio Império, já que as pressões da “Nação Amiga”, Inglaterra, com o *Bill Aberdeen* estavam manchando a auréola civilizatória do Brasil internacionalmente.⁹ De maneira que diversas medidas foram providenciadas para a finalização do tráfico sem causar grandes prejuízos à estrutura econômica da nação, como as leis de incentivos aos imigrantes para formular a nova mão de obra do mercado, a Lei de Terras que garantiria a solidificação econômica das classes privilegiadas e o Código Comercial que ainda beneficiaria os grandes comerciantes pela herança colonial do sistema de crédito nas novas regras financeiras¹⁰.

DESENVOLVIMENTO

A Lei Eusébio de Queiroz vigorada em 4 de setembro de 1850, embora não agradasse nem um pouco os grandes comerciantes que fizeram fortunas acentuadas nas rotas da África, acabou injetando um efeito colateral instigante os grandes comerciantes, acostumados a aplicarem suas fortunas em investimentos no tráfico negreiro, precisariam encontrar novos lugares para rendimento de suas fortunas, e como as reformas financeiras do Código Comercial não prejudicaram o hábito colonial dos empréstimos, esse escoamento encontrou destino certo, a praça comercial do Rio de Janeiro.¹¹

Muito bem elaborados os paradigmas dessa mudança no destino das maiores fortunas do Rio de Janeiro, as palavras de Eulália Lobo com certeza servem à explicação do cruzamento dos destinos econômicos: “Se uma parte dos mercadores de escravos alocou recursos diretamente na produção, servindo historicamente como um dos caminhos de transição ao capitalismo, guardando um caráter especulativo de ganhos vultosos a curto prazo, não é menos certo que o mercado financeiro arrebanhou grande parte destes recursos”¹²

Enquanto as preocupações políticas com o fim do tráfico atingiam a vida na Corte e os comerciantes mais poderosos do Brasil, as preocupações econômicas cutucavam as cabeças dos comerciantes locais, pois o progresso contínuo das exportações, essencialmente do café, lhes permitia lucros cada vez maiores. Logo os

⁹ Ver CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 209-219.

¹⁰ *Ibid.*, p. 220-230.

¹¹ Ver LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. p.212.

¹² *Ibid.*, p.212.

esboços finais das instituições financeiras para resguardar a classe senhorial no período entressafras estariam desenhados nas principais ruas do Rio de Janeiro “A coincidência entre a abolição do tráfico, a multiplicação de instituições bancárias e o surto manufatureiro não é eventual”¹³. A ideia de uma caixa econômica acessível ao grande público, embora existisse desde 1831, tornou-se conhecida com a fundação do Banco Comercial do Rio de Janeiro em 1838. O Banco Comercial, localizado na Rua da Alfândega, já realizava suas próprias emissões (mas só ganhou patente oficial de funcionamento em 1842) e empréstimos. Todo o capital da instituição foi organizado por cafeicultores do Vale do Paraíba¹⁴.

Porém, mesmo após a liberação da patente oficial em 1842, o governo continuou pretendendo centralizar as emissões diante do projeto econômico conservador, visto que, entre diversas funcionalidades liberadas ao Banco Comercial, como abertura de contas correntes, desconto de letras de câmbio e depósito em metais, a questão da emissão foi a única a sofrer restrições severas, com seus bilhetes validados no prazo máximo de dez dias, com valores máximos de 500 réis e emissões controladas a um terço do capital do Banco que em 1842 era de 2.500 contos de réis¹⁵.

Além do mais, os empréstimos, para serem acessados pelo público em geral necessitavam de um comissário ou um comerciante importante, o que prendia os necessitados de crédito ao monopólio das altas fortunas e às relações cordiais tradicionais do Rio de Janeiro, de modo que a demanda financista das manufaturas acabou não sendo atendida e os empréstimos terminaram como subproduto nas mãos de outros comerciantes. Essa obediência do Banco Comercial à política restritiva do governo imperial e o pouco acesso a crédito fez surgir discussões relevantes ainda na década de 1840¹⁶. Entre essas discussões, o reconhecido atraso manufatureiro no Rio de Janeiro foi colocado em comparação ao avanço das indústrias de Nova York¹⁷ e os descontentes com a política das emissões chegaram à mesma conclusão: o atraso na indústria ocorria pela falta de política financeira eficiente por parte do governo, que atrasava as casas bancárias e enxugava as emissões de bilhetes comerciais, e para eles a solução era deveras simples, bastava aumentar a quantidade de emissões dos bancos e

¹³ Ibid., p.212.

¹⁴ Ver MULLER, Elisa. Op. Cit., p. 17.

¹⁵ Ver Tabela MULLER, Elisa. Op. Cit., p. 19.

¹⁶ Ver MULLER, Elisa. Op. Cit., p. 19

¹⁷ Ibid., p. 20.

abandonar o critério do lastro parcial de ouro nos bilhetes, seguindo os princípios da *banking school* amplamente praticados nos Estados Unidos.

O debate financista que o Brasil conheceu na metade do século XIX deveu-se à base inglesa de debate entre diversas linhas de pensamentos, entre eles a *currency school*, a *banking school* e o *free banking*, que defendiam métodos antagônicos na utilização de papel moeda para o desenvolvimento econômico. O pensamento mais conservador da *currency school* era a base da teoria metalista. Nela a balança comercial era o denominador que deveria regular a quantidade de moeda em circulação na praça comercial, os preços internos e conseqüentemente definir o câmbio monetário, mas para isso acontecer a moeda precisava ser forte, resguardada pelo padrão ouro e a centralização financeira deveria estar nas mãos de um banco nacional. Já o *banking school* acreditava que uma nação deveria ter uma pluralidade de moedas circulantes, e que o padrão ouro não poderia ser o único lastro possível de regulamentação monetária. Para eles a competitividade seria a solução para a regulação da balança comercial e o freio das inflações, e embora seus defensores não fossem radicais, também defendiam que uma nação necessitava de um banco central que concedesse estabilidade ao mercado financeiro nacional. Por último e não menos importante, a *free banking school*, seguindo a orientação do nome que carrega, defendia a livre circulação de moedas, a neutralidade de regulamentações e ausência de banco central. Para seus apoiadores, significava o livre mercado levado às últimas conseqüências.¹⁸

A política econômica do Brasil seguiu o projeto civilizatório que enxergava as libras esterlinas como um objetivo a ser alcançado. O ouro para os maiores apoiadores do projeto, era a base de todas as fortunas que garantiriam o acesso do Brasil ao panteão das nações civilizadas europeias, como pregavam as teorias financeiras internacionais mais conservadoras.¹⁹ Além do mais, a falência do primeiro Banco do Brasil em 1829 e o esvaziamento das reservas de ouro duas vezes seguidas por dois monarcas diferentes atribuíram ao ouro muito mais valor e desejo que simples bilhetes de instituições financeiras. Assim, embora a política financeira do projeto conservador nacional estivesse ativa desde 1846 com a lei 401, foi somente após 1850 que a política

¹⁸ Ibid., p. 20.

¹⁹ GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Projetos políticos e crises econômicas: análise do caso do banco do Brasil na crise bancária de 1864. *Veredas da História [online]*. Ano V, edição 2, 2012. p. 128.

econômica financeira se alinhou com as grandes fortunas do tráfico africano²⁰, injetando aumento de crédito na praça comercial e o alinhamento das fortunas com o restante da estrutura econômica nacional, motivada essencialmente pelo financiamento das exportações de café e açúcar do Império.

Vale ressaltar aqui a compreensão de Eulália Lobo sobre a transição econômica do período de 1850. Segundo sua análise, a relação do crédito com os outros vínculos econômico-sociais não deve ser vista como simples venda de dinheiro, e sim como parceria de estruturas correlacionadas em um mesmo projeto. “O capitalista financeiro funciona como centralizador e redistribuidor das disponibilidades monetárias para servir ao funcionamento da produção”²¹, ou seja, nessa perspectiva as taxas de juros representam a divisão dos lucros nos empreendimentos conservadores coloniais. O crédito não era vendido e sim concedido preferencialmente aos projetos imperiais, principalmente a exportação de café, e assim que os lucros chegavam à mão senhorial cada capitalista tomava sua parte.

Assim, com a figura do banqueiro devidamente reconhecida e com a terra servindo como ativo negociável, ambas as reformas incluídas nos atos do Código Comercial e na Lei de Terras de 1850, somadas à necessidade financeira dos comerciantes mais valorizados pelos projetos da Corte, os cafeicultores, as grandes fortunas do tráfico de escravos encontraram rumo para escoar. O período de alinhamento entre o sistema financeiro e o projeto conservador proporcionou o crescimento das casas bancárias e das instituições financeiras por todo o império. Além disso, o Código Comercial proporcionou alterações legislativas tão profundas que permitiu a criação de novas empresas em sociedade anônima e precipitaram uma nova vida a bolsa de valores, já que essas empresas poderiam negociar suas ações com bancos e companhias de seguros arrecadando capital inicial para o funcionamento dos empreendimentos²². Foi exatamente por meio dessa estrutura que o Barão de Mauá, importante industrialista e negociante da praça do Rio de Janeiro, inaugurou o segundo Banco do Brasil, com a distribuição de 20 mil ações de 500 réis cada, onde capitalizou

²⁰ LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. Op. Cit., p. 212.

²¹ Ibid., p. 215.

²² CALDEIRA, Jorge. Op. Cit., p. 198.

em sociedade anônima com outros comerciantes, inclusive estrangeiros, 10.000 contos de réis para o funcionamento da nova instituição financeira.²³

Logo, o funcionamento do segundo Banco do Brasil em 1851 modificou mais uma vez a natureza econômica do Rio de Janeiro, visto que o novo Banco do Brasil perdeu as características mercantilistas de atendimentos privilegiados praticados pelas outras instituições bancárias e passou a conceder crédito diretamente aos comerciantes da praça, de modo que os comissários e os negócios triangulares de crédito foram ameaçados de continuarem. Além disso, sua expansão foi significativa, com alcance no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, que apesar de ainda sofrer com a repressão de emissões ajustou um pouco mais a circulação de papel moeda na praça comercial²⁴.

Além disso, o envolvimento das grandes fortunas nas mãos do Barão de Mauá foi o grande responsável em trazer as inovações da Revolução Industrial para a Corte. A fundação da Companhia de Iluminação a Gás do Rio de Janeiro, que substituiu a parca iluminação de óleo de baleia por luzes modernistas, a Estrada de Ferro de Petrópolis, o primeiro empreendimento do gênero nas terras brasileiras, e a Imperial Companhia de Navegação a Vapor que inovou os recursos bélicos e tecnológicos marítimos foram empresas do Barão apoiadas pelo novo sistema financeiro na praça do Rio que ele mesmo liderava. Aliás, o início do empreendimento da Companhia de Bondes Jardim Botânico, que revolucionou os transportes da antiga Capital e que utilizou financiamento dos Estados Unidos para funcionar, também teve um breve início pelas mãos do empresário.²⁵

A organização financeira do Rio de Janeiro em 1851 ainda tinha poucas instituições bancárias em sociedades anônimas disponíveis na praça comercial. Eram elas: o Banco Comercial do Rio de Janeiro com o capital de 5.000 contos de réis, a Caixa Econômica do Rio de Janeiro com o capital de 300 contos de réis e o Banco do Brasil com o capital de 10.000 contos de réis. Cada banco realizava suas próprias emissões diante da política restritiva da Corte de um terço de papéis sobre o capital de fundo de cada instituição. Contudo, o ano de 1853 altera mais uma vez o cenário financeiro da praça comercial do Rio de Janeiro, com as peças sendo movidas agora

²³ Ibid., p. 220-230.

²⁴ Ibid., p. 241-250.

²⁵ MULLER, Elisa. Op. Cit., p. 23.

diretamente pelo Imperador Dom Pedro II. A assinatura da lei 683 em 5 de julho de 1853 ordena a criação imediata de um banco nacional para servir aos interesses oficiais, pois a alteração na estrutura do crédito promovida pelo Barão de Mauá estava prejudicando o andamento do projeto conservador. Além disso, o método encontrado por D. Pedro II para capitalizar a iniciação do novo Banco do Brasil era a fusão forçada do Banco do Brasil de Mauá com o antigo Banco Comercial do Rio de Janeiro, para que seus capitais juntos iniciem o Banco Público do Brasil²⁶.

Já em 28 de Março de 1854 o novo Banco do Brasil estava com as portas abertas, organizado como sociedade anônima. O capital do empreendimento de D. Pedro II iniciou com 30.000 contos de réis, e a direção inicial da instituição foi assumida pelos dirigentes dos dois bancos privados fundidos pelo imperador. Mas o que era realmente significativo na nova instituição financeira era que, diferente de seus antecessores, o Banco do Brasil ganhou a benção real para a emissão de bilhetes, de modo que o monopólio de emissões passou das mãos do Tesouro para o terceiro Banco do Brasil. Assim, a determinação das taxas de empréstimos e o acesso à linha de crédito foram movidos estrategicamente para o novo sistema de sociedades anônimas.

Contudo, embora uma única instituição estivesse no centro de todo o sistema financeiro, abrir casas bancárias naquele período do império ainda era um excelentíssimo negócio, pois a prosperidade econômica do remanejamento das fortunas dos grandes comerciantes do tráfico de escravos a outros setores econômicos do império criava boa estabilidade na balança comercial. Logo, cada vez mais instituições financeiras foram aparecendo na praça comercial do Rio de Janeiro de modo que em 1857 a praça comercial estava dominada por cinco grandes casas bancárias:

Ano Fundação	Nome	Capital
1831	Caixa Econômica do Rio de Janeiro	300:000\$000
1853	Banco Rural e Hipotecário	8.000:000\$000
1854	Banco do Brasil	30.000:000\$000
1854	Banco Mauá Mc Gregor & Cia	6.000:000\$000

²⁶ Ver CALDEIRA, Jorge. Op. Cit., p. 272-282.

1857	Banco Comercial e Agrícola	20.000:000\$000
------	----------------------------	-----------------

*Informações obtidas no cruzamento das bibliografias do estudo.

O Banco Rural e Hipotecário, também organizado em sociedade anônima iniciou seu empreendimento com 8.000 contos de réis. De fazendeiros para fazendeiros, a casa era dirigida por grandes comerciantes ligados ao financiamento das lavouras e aceitava hipotecas como garantias aos empréstimos nas entressafras. Já a Casa Mauá MacGregor organizou-se no sistema de comanditas por ações, contava com especialistas de finanças em sua direção, incluindo o próprio Barão, e reuniu 182 sócios diretos, entre muitos deles figuras estrangeiras eminentes da praça comercial inglesa, francesa e portuguesa.²⁷ Além das grandes instituições financeiras, o Rio de Janeiro também conheceu uma proliferação de pequenas casas bancárias que, embora operassem de forma idêntica aos grandes bancos, se diferenciavam por sua natureza jurídica, além de possuírem capital muito menor que os grandes da praça. A mais prestigiada entre elas sem dúvida era a casa Souto & Cia, fundada pelo Visconde do Souto, português que alcançou a nobreza através de sua perícia no campo econômico, onde precisou trabalhar por anos como corretor de títulos e outros valores na Corte para receber prestígio da classe senhorial e favores de nobres.²⁸

Assim, os frequentadores dessas pequenas casas bancárias eram os que não conseguiam encontrar espaço de crédito nas grandes instituições da praça comercial, já que as casas bancárias de alto capital conviviam dentro da política restritiva do Banco do Brasil, que limitava suas emissões; e muitas vezes essas grandes instituições além de contar com os empréstimos individuais aos seus clientes, ainda deveriam auxiliar o financiamento governamental ao Banco do Brasil, que também estava limitado pela própria política do padrão ouro. Tudo isso fazia com que o acesso ao crédito ainda continuasse como privilégio da elite imperial, e essas pequenas casas bancárias utilizavam sua própria linha de crédito no Banco do Brasil para a volta das negociações triangulares à moda colonial com os comerciantes que não tinham o acesso direto.²⁹

²⁷ MULLER, Elisa. Op. Cit., p. 24.

²⁸ Ibid., p. 26.

²⁹ Ibid., p. 26.

Embora essa política financeira restrita parecesse estranha ao desenvolvimento econômico nacional, a adoção do lastro parcial, com as emissões limitadas a três vezes o tamanho das reservas de ouro, condicionava uma escolha dupla da Corte aos projetos econômicos: primeiro com a pretensão da migração do lastro parcial para o lastro total do padrão ouro com a compra de mais metal do exterior, e segundo pela continuação do giro comercial da praça local habituada a viver fora do padrão ouro vigente na praça londrina³⁰. Já com as reformas do sistema político realizadas em 1848 mudanças profundas aconteceram anos 1855-60, pois após a morte do marquês de Paraná nenhum correligionário do antigo partido conservador conseguiria assumir o controle total do gabinete. De modo que essa instabilidade, somada às constantes críticas dos liberais às políticas econômicas aplicadas no império, fizeram com que D. Pedro II girasse outra vez o tabuleiro político, sempre decidido a estar um passo a frente. A nova escolha do Imperador ao Gabinete foi Pedro Araújo Lima, marquês de Olinda, antigo conservador moderado que acalmou as tempestades nos tempos da Regência.³¹

A pouca atuação do governo conservador nas eleições e as modificações no sistema de votos em 1855 permitiram que os liberais voltassem às Câmaras. Além disso, Olinda acrescenta uma peça chave na nomenclatura de financiamentos e empréstimos da praça comercial ao eleger o liberal Souza Franco para a pasta da fazenda, um defensor convicto da *banking school* descontente com a política econômica conservadora. Foi somente em suas mãos que os outros grandes bancos da praça comercial seriam autorizados a realizarem emissões oficialmente. Mas justamente no melhor momento da venda do café em 1857 os Estados Unidos entraram em uma crise financeira profunda que abalou sua estrutura econômica e toda a balança comercial internacional. Diversos navios chegaram aos portos do Rio de Janeiro em 13 de novembro trazendo a notícia de que a crise pela corrida do ouro da Califórnia e da Austrália havia se espalhado por toda a Europa, levando a uma profunda depressão comercial.

Assim, nos anos de crise ainda não havia mais comércios distribuídos na praça do Rio de Janeiro mesmo que a emissão tivesse aumentado pela política de Souza Franco, o que mostrou o furo na solução afirmada pelos liberais na década de 1840. E o pior é que as exportações ficaram travadas pela falta de compradores que a conjuntura

³⁰ GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Op. Cit., p. 126-127.

³¹ CARVALHO, José Murilo. Op. Cit., p. 19-48.

internacional inflacionária provocou, graças à corrida pelo ouro da Califórnia e da Austrália. O resultado imediato na praça comercial do Rio de Janeiro foi o aumento descabido nos gêneros alimentícios para compensar os prejuízos da balança comercial interna e o aumento das taxas de juros do Banco do Brasil de 9% para 12% para sanar os hematomas da crise na estrutura financeira. Contudo, “a crise de 1856/1857 foi superada em parte por um empréstimo externo, e levou o Governo a adotar uma política deflacionária, restringindo o poder de emissão de vales dos bancos independentes e procurando controlar as sociedades anônimas”³².

Além disso, com a divulgação da notícia de crise iminente, a população iniciou uma verdadeira corrida de retiradas nos bancos. Os rumores da crise internacional assustaram muito mais os pequenos depositantes do que imaginou o governo. O resultado, como uma tremenda bola de neve, foi a retirada soberba dos fundos privados das instituições, o que desequilibrou ainda mais o sistema financeiro. Logo, antigas discussões paralisadas desde 1846 sobre o sistema de financiamento e empréstimos voltaram à tona para evitarem futuras catástrofes econômicas como a que ocorrerá na praça local em 1857³³. Foi assim que, em agosto de 1859, ocorreu a substituição no ministério da fazenda que nomeou o conservador Silva Ferraz ao gabinete e afastou o papalista Souza Franco. A primeira medida do novo ministro da fazenda foi reforçar os princípios conservadores de 1846, o que ganha vigor pela Lei 1083 de 22 de agosto de 1860. A “Lei dos Entraves” implantava os princípios metalistas com mais força e impiedade na praça comercial local.³⁴

Com os princípios de 1860 ativos, a estrutura financeira do Rio de Janeiro logo começou mostrar sua verdadeira debilidade. O Banco Comercial e Agrícola não aguentou e teve que fechar suas portas ainda em 1860, o Banco Rural e Hipotecário não conseguiu mais emitir bilhetes com a rigidez da Lei dos Entraves. Além disso, a liquidez foi retraída e os juros subiram às alturas, logo um efeito dominó de falências havia se iniciado no Rio de Janeiro por causa da política de Silva Ferraz. Aliás, foi necessário um empréstimo particular de 22.000:000\$000 do Banco do Brasil ao banco de José Alves Souto para impedir sua falência iminente, já que este era o principal banco de acesso dos cafeicultores que necessitavam de financiamentos nas

³² LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. Op. Cit., p. 216.

³³ Ver CALDEIRA, Jorge. Op. Cit., p. 339-351.

³⁴ MULLER, Elisa. Op. Cit., p. 26.

entressafras.³⁵ A política de enxugamento das emissões dos princípios de 1860 e a ambição do padrão ouro fizeram o sistema financeiro imperial entrar em um cataclismo muito mais grave do que os intelectuais conservadores poderiam imaginar. Visto que o dinheiro em circulação tornou-se cada vez mais raro na praça comercial e os empréstimos mais limitados pela própria Lei dos Entraves, o reequilíbrio da balança comercial internacional com o fim da crise de 1857 e a volta dos negócios agroexportadores privilegiaram o Brasil com outra crise excepcionalmente individual.

Contudo, a medida final que realmente acentuou o infortúnio e transpareceu a crise foi a instalação da medida do troco de ouro em 1862, que prejudicou ainda mais os fundos reservas do Banco do Brasil³⁶, de modo que o próprio Banco do Brasil já não conseguia mais emitir o suficiente para atender aos gastos governamentais e à praça comercial amplamente movimentada com a volta dos negócios internacionais pós-crise. Com o reforço do monopólio nacional em pauta durante anos de governo conservador, somente o capital estrangeiro iria conseguir solucionar a falta de dinheiro que o Rio de Janeiro estava vivenciando. Tanto que em 1862 surge o London and Brazilian Bank e em 1864 o Brazilian Portuguese Bank. “Esses dois bancos dispunham de capitais ingleses, possuíam experiência na emissão de uma nova forma de moeda fiduciária, cujo uso já vinha fazendo desde o início do século – o cheque”³⁷ completamente a margem na burocracia das emissões. De modo que a pretensão a novos mercados fez o imperialismo britânico reconhecer no Rio de Janeiro, essencialmente na Corte, oportunidades para o desenvolvimento pleno de seus negócios, pois os bancos comerciais não queriam mais somente emprestar dinheiro a necessitados e lucrar com juros individuais, começavam a buscar constantemente indústrias e companhias de transportes para financiamento que tornassem os acionistas donos de um lucrativo mercado que somente possuidores de fortunas colossais poderiam pretender.

Para funcionar o acordo com o capital estrangeiro, o governo conservador precisou revestir a praça comercial com confiança nos novos bancos estrangeiros e no modelo inglês de cheque, de modo que o Império começa a apoiar totalmente o funcionamento das instituições financeiras estrangeiras, e consequentemente abalar as casas bancárias nacionais. “A desorganização causada por essa concorrência desigual se

³⁵ LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. Op. Cit., p. 216.

³⁶ GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Op. Cit., pp. 132.

³⁷ LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. Op. Cit., p. 217.

generalizou no sistema financeiro nacional redundando na crise de crédito de 1864”³⁸. Assim, o imperialismo britânico vai ganhando forças na América Latina, visto que o principal objetivo dos financiamentos ingleses no Brasil sempre foi a diferenciação dos compatriotas britânicos por meio de taxas e juros nos empréstimos destinados a empreendimentos de interesse do imperialismo britânico. De modo que, os desenhos da política econômica do projeto civilizador conservador começam a ser substituídos pela estrutura financeira do imperialismo britânico, que se torna realmente aparente em 10 de Setembro de 1864. Após milhares de contos de réis concedidos à instituição mais conhecida no financiamento de café, a casa bancária A. J.A Souto e Cia, um empréstimo de 900 contos de réis é negado pelo Banco do Brasil, e toda a estrutura de empréstimos triangulares simplesmente desaba, já que a A. J.A Souto e Cia estava com um saldo devedor às reservas nacionais de 14.000:000\$000, um valor totalmente desproporcional aos empréstimos que o Banco do Brasil poderia ceder, visto que sua reserva era de 33:000:000\$000 em 1862, o que comprometeu permanentemente a estrutura financeira nacional pela própria Lei dos Entraves.³⁹

Assim, o encerramento da Casa Souto iniciou uma nova corrida dos depositantes aos Bancos. Enormes filas foram criadas na tentativa de pegarem o dinheiro, e os constantes saques realizaram outra onda de falências das instituições financeiras nacionais, de modo que somente escoltas oficiais evitaram a invasão dos bancos, que começaram fechar as portas. Como as casas bancárias eram registradas em sociedades anônimas, as falências indicaram um grande descuido do governo na formulação do Código Comercial em 1850, pois as casas bancárias poderiam continuar com o dinheiro em caixa mesmo com as portas fechadas enquanto seus bilhetes circulavam em mãos populares sem terem aonde se converterem ou serem validados. Logo, para se evitar o pior, a solução encontrada pelo governo foi a suspensão do troco em ouro do Banco do Brasil para resguardar as reservas nacionais e evitar a falência total enquanto regulava os critérios de falências das casas bancária⁴⁰, mas a solução logo criaria o fim do padrão ouro.

O aumento de emissões desenfreadas pelo Banco do Brasil para compensar a falta das outras instituições financeiras fez com que dez dias fossem o suficiente para se

³⁸ Ibid., p. 217.

³⁹ Ibid., p. 217.

⁴⁰ CALDEIRA, Jorge. Op. Cit. pp. 413-423.

perder completamente o sagrado direito de emissões. O decreto 3.309, de 14 de novembro de 1864, além de regular as falências das casas bancárias e travar as falências em massa que estavam acontecendo no Império pela falta do dinheiro em circulação, colocou fim aos privilégios do Banco do Brasil, porque o decreto também instalou um teto de 12% anual aos lucros de dividendos dos rentistas que antes faturavam significantes fortunas no mercado de crédito. Assim, todas as medidas do decreto 3.309 serviram como o freio de emergência à crise de 1864 ⁴¹.

As decisões emergenciais à crise de 1864 acabaram fortalecendo os bancos estrangeiros recentemente instalados no Brasil, enquanto que os demais bancos nacionais acabaram sendo liquidado gradualmente. O Banco de Mauá foi liquidado em 1866, e embora o Barão tenha iniciado outro Banco após a falência, este logo foi liquidado em 1875. A crise não afetou os bancos estrangeiros porque estes já estavam bem colocados no mercado, além de seus banqueiros terem vínculos íntimos com a Corte. A estratégia da utilização de cheques pelo banco inglês contornou a problemática de escassez de dinheiro na praça, além de criar estruturas financeiras diretamente vinculadas aos empreendimentos de cada região brasileira, defendendo até a última instância os interesses britânicos no Brasil ⁴².

Segundo Eulália Lobo, todas as soluções estabelecidas na crise de 1864 olhavam para as necessidades dos credores exteriores e efetivamente diminuía a oferta de crédito para o mercado interno. “Vista por outro ângulo, a crise pressionou pouco os bancos britânicos e a quebra de muitos bancos competidores provocou a abertura de novas contas nos bancos britânicos graças ao nível de credibilidade que gozavam no sistema”. ⁴³ Toda a estrutura financeira passou assim a girar em torno do Banco do Brasil e os poucos bancos estrangeiros na praça comercial. O Banco do Brasil, diferente dos sistemas inovadores das instituições estrangeiras, só sobreviveu à crise pelo apoio incondicional do governo. Embora o projeto metalista estivesse arruinado pela explosão repentina de bilhetes emitidos com os dez dias de crise, o Banco do Brasil ainda era a instituição destinada a financiar os gastos públicos naquele momento, ainda mais com a insurgência repentina dos vizinhos paraguaios, pois, como se sabe, em 13 de dezembro

⁴¹ GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Op. Cit., p. 136.

⁴² MULLER, Elisa. Op. Cit., p. 27.

⁴³ LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. Op. Cit., p. 219.

de 1864 Solano Lopez declara formalmente guerra contra o Brasil pelas questões pertinentes ao Prata.⁴⁴

Vale ressaltar que a região do Prata sempre foi um interesse fundamental nas questões de fronteiras do Brasil e primordial para o acesso de regiões ainda pouco exploradas da nação, como o Norte e o Centro-Oeste, de maneira que após o fim oficial do tráfico negreiro com a Lei Eusébio de Queiroz parte da estrutura marítima da antiga pratica econômica tornou-se ociosa e o interesse pelo domínio do Prata revisto.⁴⁵ Logo, a Guerra do Paraguai centralizou todo o sistema financeiro e monetário nas mãos do governo, que não estava pretendendo pagar juros pela utilização dos fundos nacionais em esforços de guerra, o Banco do Brasil perdeu o restante de seus privilégios e as emissões foram transferidas novamente às mãos do Tesouro. “A partir daí o Banco do Brasil perdeu o direito de emissão, iniciando-se assim um regime de papel-moeda puramente governamental que perdurou até 1888”.⁴⁶ Inflações constantes foram geradas, colocando o próprio governo como financiador interno de toda a estrutura comercial nacional, em base tornou-se o maior cliente das empresas nacionais, financiando as suas indústrias privadas, além de que as importações foram taxadas em 6% para aumentar as arrecadações do Tesouro e manter viva toda a estrutura econômica no período de guerra.

CONCLUSÃO

Assim, o projeto civilizatório brasileiro ganhou nova roupagem e não encontrou fim. A transferência da atenção às questões da crise comercial de 1864 foi reprimida e imediatamente movida para os esforços de guerra contra o Paraguai. As indústrias mantiveram-se revigoradas para a sustentação bélica, o comércio local continuou eficaz pelas taxas de importação que diminuíram a concorrência estrangeira, e por fim a única perda efetiva foi o sonho do padrão ouro no papel-moeda. Embora outras tentativas de adoção do projeto original tenham sido feitas no período de guerra, os constantes gastos governamentais na repressão a Solano Lopez e a baixa dos preços internacionais de café e açúcar entre 1865 e 1868 fizeram o projeto ser engavetado definitivamente.⁴⁷

⁴⁴ GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Op. Cit., p. 138.

⁴⁵ ENDERS, Armelle. Op. Cit., p. 159-189.

⁴⁶ LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. Op. Cit., p. 219.

⁴⁷ Ibid., p. 219-220.

Além disso, o estopim da crise em 1864 alterou o legislativo de modo que não deixassem os fazendeiros mais em apuros, pois todos os partidos uniram-se para resolver o problema da lavoura. O acesso a crédito somente através de comissários finalmente encontrou seu fim com a organização da linha de crédito hipotecário que permitia a fazendeiros acessar recursos nas entressafras com a utilização de suas propriedades como ativos comerciais. É interessante analisar essa medida pela preocupação do governo com a sobrevivência da classe senhorial ao assumirem financiamentos diretos das lavouras, de modo que o Tesouro assume a posição das casas bancárias nas emissões diretas e diferenciadas aos fazendeiros e soluciona o problema que “forçou” o Banco do Brasil a abrir crédito à Casa Souto pela crise internacional de 1857, e que conseqüentemente afundou o sistema financeiro em 1864.

A permanência do projeto civilizatório conservador é iminente pelas escolhas políticas, financeiras e econômicas do Império, mas não explica por si mesma o motivo real da crise de 1864 que dissipou a pretensão, tantas vezes reafirmadas, a migração para o padrão ouro. De maneira que cada autor esboça em sua análise o motivo provável que levou a Casa Souto a carregar consigo um efeito dominó de falências e liquidações. Para Caldeira, primordialmente preocupado em traçar a biografia de Irineu Evangelista de Souza, *Barão de Mauá*, o motivo para o acontecimento da crise estava na inaptidão da classe dirigente em relação ao capitalismo financeiro, já que desconhecia as fórmulas do câmbio e os ciclos das quedas dos preços internacionais de seus principais produtos.

Segundo Gambi, posicionado em analisar a atuação do Banco do Brasil na crise de 1864, a falta de rigidez nas condições da terceirização do crédito foi o maior agravante da catástrofe, pois, segundo ele, embora esse tipo de medida não fosse realmente aplicado em nenhum lugar na época, a indiferença do governo à linha de crédito a terceiros foi o que provocou o abandono do escritório de Antônio José Alves do Souto em 10 de setembro de 1864. “O fato é que o banco ganhava com essas operações, poderia fazê-las com a tolerância do governo ao excesso de emissão e, ademais, o próprio governo e a legislação não davam muita atenção à atuação das casas bancárias”⁴⁸.

Já para Muller, que desdobrou a pesquisa sobre moedas e bancos durante todo o século XIX, a crise de 1864 ocorreu graças ao reforço do padrão ouro com a lei 1083 de

⁴⁸ GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Op. Cit., p. 131.

22 de agosto de 1860, que limitou as emissões de bancos privados e centralizou ainda mais o sistema financeiro nas mãos do Banco do Brasil. Com essa medida, toda a frágil estrutura financeira do Rio de Janeiro foi embaralhada e gerou a onda de falências e retração de crédito na praça comercial, além de aumentar os juros a nível exponencial. “O Banco do Brasil tentou intervir na crise e concedeu empréstimos à Casa Souto que acumulou uma dívida de 22 mil contos de réis, o que correspondia à metade do capital do Banco do Brasil”⁴⁹.

Enquanto que Eulália Lobo, especialista na História do Rio de Janeiro com profundo embasamento teórico no campo econômico e empresarial, afirma que a crise de 1864 tem motivos bem diferentes de questões emissoras do Banco do Brasil, vinculava-se mais às mobilizações contra as questões do Prata movidas desde 1851 e às dificuldades no Vale do Paraíba com empréstimos bancários, já que os fazendeiros não conseguiam usar seus escravos como garantias legais nas instituições financeiras. Além disso, “houve também um fator especulativo: a venda de ações de bancos e sociedade anônimas antes dos estatutos serem aprovados”⁵⁰, exatamente o caso da Casa Souto que fechou suas portas devendo ao Banco do Brasil 14.000:000\$000, um valor totalmente desproporcional aos empréstimos que o Banco do Brasil poderia ceder, já que sua reservas eram de apenas 33:000:000\$000 em 1862.

⁴⁹ MULLER, Elisa. Op. Cit., p. 27

⁵⁰ LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. Op. Cit., p. 218.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. A história do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro.). Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFRAS, Ronaldo (org.). Domínios da História: ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Projetos políticos e crises econômicas: análise do caso do banco do Brasil na crise bancária de 1864. Veredas da História [online]. Ano V, edição 2, 2012. P.124-145.

MULLER, Elisa. Moedas e bancos no Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2004.

CALDEIRA, Jorge. Mauá: empresário do império. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARVALHO, José Murilo. Repensando o Brasil do Oitocentos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ENDERS, Armelle. História do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.

CARVALHO, José Murilo. A construção da ordem. Teatro de sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LEVY, Maria Bárbara e ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. Fundamentos do sistema bancário no Brasil: 1834-1860. Estudos Econômicos, v.15 (nº especial), pp.17-48, 1985.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.

HISTÓRIA

Como citar: MOTTA, Felipe Menezes. *As Testemunhas de Jeová versus o Terceiro Reich*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 11, Novembro, 2019. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN: 2446-5941.

AS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ VERSUS O TERCEIRO REICH

Por: Felipe Menezes Motta⁵¹

⁵¹ Graduando em Licenciatura plena em História pela Faculdades Integradas Simonsen.
e-mail: felipemotta1914@gmail.com

RESUMO: A questão da perseguição religiosa fomentada pela intolerância tem atravessado a trajetória humana no planeta e produzido capítulos de ódio e violência perturbadores e sérias reflexões nas sociedades. Nesse sentido, a construção da memória do grupo religioso das Testemunhas de Jeová na Alemanha de Hitler se destaca, pois elas tornaram-se vítimas do horror nazista por defenderem seus princípios éticos, morais e religiosos contrários ao regime. Seus relatos sobre prisões, torturas em campos de concentração e resistência promoveram em sua fraternidade a determinação de enfrentar com coragem as provas de fé e, nas pessoas em geral, o reconhecimento de sua intransigente posição por não cederem à ideologia nazista afeita ao racismo e à guerra. Em virtude dos aspectos citados, o presente artigo apresenta os motivos da proscricção e perseguição imposta pelo regime nazista aos membros da religião e como esses resistiram por continuar suas atividades religiosas e por não apoiar a ideologia nazista, apesar do confinamento em prisões e campos de concentração.

Palavras-chave: Testemunhas de Jeová; Hitler; Nazismo; Terceiro Reich; Segunda Guerra Mundial.

ABSTRACT: The issue of religious persecution fomented by intolerance has crossed the human history on the planet and produced chapters of disturbing hatred and violence and serious reflections in societies. In this sense, the construction of the memory of Jehovah's Witnesses religious group in Germany stands out, as they became victims of Nazi horror for defending their ethical, moral and religious principles. Their accounts of arrests, torture in concentration camps, and resistance fostered in their brotherhood the determination to face up to the tests of faith and, in the general public, to acknowledge their uncompromising position for not giving in to Nazi ideology. Due to the mentioned aspect, this article presents the reasons of the Nazi regime's persecution of the members of this religion and how they resisted continuing their religious activities and not supporting Nazi ideology despite confinement in prisons and concentration camps.

Keywords: Jehovah's Witnesses; Hitler; Nazism; Third Reich; World War II.

INTRODUÇÃO

Em 1933, o mundo assistiu a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha. A ideologia nazista fomentou a eliminação dos que eram racialmente “inferiores e incapazes”. O regime então estabelecido perseguiu e aprisionou em campos de concentração os que se negavam a apoiá-lo. Dentre os grupos perseguidos encontravam-se as Testemunhas de Jeová. A determinação dos membros da religião em não transigir seus princípios religiosos, éticos e morais a favor do regime levou-os a provar as atrocidades dirigidas aos inimigos do Nazismo. Apesar da proscricção, continuaram suas atividades de pregação e denunciaram ao mundo o que se passava nos campos e nas prisões alemãs. Embora constituíssem um pequeno grupo naquele período, os agentes nazistas não puderam silenciá-los. Décadas mais tarde, sua construção da memória da perseguição nazista exalta a resistência e a posição resoluta do grupo, que se recusou a ser conivente com as práticas desumanas e violentas do regime, mesmo em face da morte.

DESENVOLVIMENTO

O século XX ficou marcado por episódios de barbárie extrema que produziram genocídios capazes de abalar a essência humana. A experiência do nazifacismo na Alemanha durante a década de 1930 e 1940, sem dúvida, vigora como o mais estarrecedor. Ao pretender uma sociedade perfeita idealizada a partir de uma “raça superior”, a ariana, o regime nazista determina a exclusão de toda classe ou grupo “diferente”. A intolerância, naquele momento, atinge seu clímax na história da humanidade.

“O regime nazista expos a face mais perversa do fenômeno identitário. Idealizou um povo alemão e pretendeu torná-lo tão idêntico a si mesmo que a simples existência do diferente tornava-se insuportável. O “outro” não só deveria ser combatido como excluído socialmente e eliminado fisicamente”⁵²

Após a sua chegada ao poder, Hitler deixava óbvio seu projeto de transformar a Alemanha em uma “nova nação.” Para isso, a superioridade racial (ariana), o controle

⁵² D´ALESSIO, Marcia Manson; CAPELATO, Maria Helena. Nazismo: política, cultura e holocausto. São Paulo: Atual, 2004, p.10.

total do poder do ponto de vista interno e externo e a expansão nacional são seu foco principal.

Para produzir o resgate da identidade alemã ariana e toda a glória devida a tal era necessário expurgar o “mal”, isto é, aniquilar velhos inimigos (judeus e comunistas) e novos opositores que porventura viessem a ameaçar o poder e a unidade de seu Reich. Esses últimos são aqueles a quem Hanna Arendt chamou de “inimigo objetivo”, um “portador de tendências”.

“Se fosse apenas uma questão de odiar os judeus ou os burgueses, os regimes totalitários poderiam, após cometerem um crime gigantesco, como que retornar às regras normais de vida e de governo. Mas sabemos que acontece exatamente o oposto. A categoria dos inimigos objetivos sobrevive aos primeiros inimigos do movimento ideologicamente determinados; e novos inimigos objetivos são encontrados segundo as circunstâncias.”⁵³

Dentre esses “inimigos objetivos” eleitos pelo regime como ameaça às ambições nazistas, um grupo chama a atenção pela natureza de suas atividades e pelo comportamento de seus membros diante do Nazismo. Trata-se da religião conhecida como Testemunhas de Jeová. O professor Roderick Stacelberg inclui em sua consideração esse grupo num mosaico de vítimas de perseguição e assassinato em massa.

“A Alemanha de Hitler cometeu o mais notório genocídio da história: o assassinato em massa dos judeus. O Holocausto era o objetivo central do extenso programa de destruição dos nazistas. Mas entre as vítimas da implacável perseguição nazista também figuravam os ciganos, deficientes físicos e mentais, homossexuais, pacifistas (Testemunhas de Jeová) e os adversários políticos, em particular os comunistas.”⁵⁴

Quando Hitler chega ao poder na Alemanha em 1933, as Testemunhas de Jeová compunham um grupo religioso de aproximadamente 25.000 pessoas⁵⁵. Suas atividades religiosas incluíam uma pregação e ensino de casa em casa com a distribuição de publicações baseadas na Bíblia produzidas por sua organização a pessoas interessadas. Estes eram cidadãos comuns e pacíficos, não se envolviam em conflitos sociais ou políticos nem eram filiados a partidos. O que havia de errado nisso? Ao comparar a

⁵³ ARENDT, Hannah, *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.565.

⁵⁴ STACKELBERG, Roderick. *A Alemanha de Hitler: Origens, interpretações, legados*. Rio de Janeiro: Imago, 2002; p.299.

⁵⁵ SOCIEDADE TORRE DE VIGIA DE BÍBLIAS E TRATADOS. *Testemunhas de Jeová – Proclamadores do Reino de Deus*. Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados. São Paulo: Cesário Lange, 1993.

ideologia nazista com a crença/posturas das Testemunhas de Jeová, identificam-se três razões básicas pelas quais suas crenças eram incompatíveis com o Nazismo alemão.

A primeira razão é a questão racial. Um dos componentes principais do Nazismo era a ideia de pureza e superioridade racial dos alemães, com um forte sentimento antissemita. Na ideologia Nazista, a raça ariana estava destinada a dominar as demais, subjugando-as ou exterminando-as. Os judeus eram considerados indignos de viver. Poloneses, tchecos e outros grupos eram considerados subumanos.

As Testemunhas de Jeová rejeitam todas as formas de racismo, pois segundo creem Deus não é parcial e aceita pessoas de todas as raças que querem servi-lo. Pela lógica nazista, o que se via na postura das Testemunhas de Jeová quanto à igualdade entre as raças era um desafio a um dos principais pilares do regime. Por não apoiarem nenhuma forma de segregação racial em qualquer parte do mundo, e em especial, a ideologia antissemita, foram acusados de serem “agentes dos judeus” e “inimigos da cultura alemã.”⁵⁶

Outra questão envolvia o nacionalismo com o objetivo de ampliar o poder e a influência germânica. A exaltação da nação passava pela reconstrução de uma Alemanha forte, capaz de se impor diante de antigos inimigos. Essa ideia tinha íntima relação com racismo, pois na concepção nazista apenas uma raça superior poderia formar uma nação vencedora pronta para subjugar as inferiores. Para isso era necessário obter a coesão nacional a todo custo.

O escopo internacional da religião das Testemunhas de Jeová, que implicava em igualdade internacional, estabelecia por si só um embate com a ideologia nazista. Para a religião, a ideia de superioridade nacional não fazia sentido. Os que se tornavam Testemunhas de Jeová, independentemente de seu país de origem, eram encarados como iguais perante Deus, estando sob a lei do Cristo e compondo um povo separado para realizar sua vontade na Terra. Sua pregação inclui o ensino de que em breve as fronteiras entre as nações não existirão mais. Todos os viventes formarão um só povo debaixo do Reino de Deus. Sua lealdade indivisa é direcionada a esse governo. Essa posição rende às Testemunhas de Jeová intolerância e desconfiança por parte das

⁵⁶ KING, Christine E. *The nazi state and the new religions: Five case studies in non-conformity*. New York: The Edwin Mellen Press, 1982.

autoridades nazistas. “O surgimento da intolerância contra os que de alguma forma se opunham ao nacionalismo germânico foi apenas uma questão de tempo”.⁵⁷

Outro componente básico da estrutura nazista é o princípio da liderança, que requer obediência inquestionável a Hitler. O Führer, como era chamado, utilizou a propaganda para construir uma imagem divina de si mesmo, adotando signos e uma liturgia que o cultuava como salvador da Alemanha. "A natureza do poder do Führer era imposta como sobrenatural e, como tal, indiscutível."⁵⁸ Essa estratégia obteve sucesso especialmente entre os jovens.

Uma oração ensinada nas escolas alemãs retrata bem a importância do culto ao líder, divinizado junto a crianças e jovens: "Führer, meu Führer que Deus me deu. Proteja e conserve por muito tempo a minha vida. Tu salvaste a Alemanha dos abismos da miséria. É a ti que devo o pão de cada dia. Conserva-te muito tempo junto de mim, não me abandone. Führer, meu Führer, minha fé, minha luz. Salva-me, meu Führer."⁵⁹

Para as Testemunhas de Jeová, ao se colocar numa posição divina e requerer obediência acima de qualquer outra coisa, Hitler cobiçava aquilo que deveria ser dirigido somente a Deus. Encaravam como idolatria a participação em cultos cívicos ou em manifestações de apoio à sua imagem como salvador da Alemanha. Concordemente serecusavam a fazer a saudação nazista Heil Hitler!, que significa "A salvação vem de Hitler!" visto que em suas consciências sua adoração e lealdade pertenciam ao Deus Jeová e a ninguém mais.

Essa posição em assuntos políticos ou governamentais implica também em não se filiar a partidos nem se alistar em exércitos. Tal proceder envolve mais do que pacifismo. As Testemunhas de Jeová não se envolvem em assuntos políticos nem em conflitos sociais ou disputas econômicas. Fazem questão de deixar bem claro a todos, inclusive às autoridades, que mantêm uma posição neutra sobre assuntos mundanos. Antes de tudo, consideram-se cidadãos do Reino de Deus, reino esse que aguardam como solução para os males da humanidade. Desejam, enquanto isso, obter sustento por meio de seus empregos, pagar seus impostos de acordo com as leis do país, respeitar as leis de boa convivência na sociedade, porém evitar emitir opiniões de crítica ou de apoio às questões que provocam inflamados debates em seu interior. Tal posicionamento não soa

⁵⁷ D’ALESSIO, Márcia M; CAPELATO, Maria H, op. Cit, p.85.

⁵⁸ D’ALESSIO, Márcia M; CAPELATO, Maria H, op. Cit, p.48.

⁵⁹ D’ALESSIO, Márcia M; CAPELATO, Maria H, op. Cit.

nem um pouco simpático ao regime totalitário que ascende ao poder na Alemanha no início da década de 1930.

Sua posição era, portanto não de pacifismo, mas de neutralidade [...] Suas opiniões sobre a guerra e sobre o significado de cidadania foram, portanto, uma fonte de problemas em potencial para as Testemunhas de Jeová, agravado pelo seu ensino de que o fim da "ordem presente" estava próximo e que todas as nações atualmente sob a influência de Satanás estavam prestes a ser destruídas.⁶⁰

A hostilidade dirigida ao grupo religioso, porém, não surge com o nazismo. Ela já existe na República de Weimar por conta de outras religiões que se sentem ameaçadas por suas atividades de ensino e por membros do Estado que consideram absurda a recusa de participar na Primeira Guerra Mundial. No entanto, naquele período, têm a possibilidade de se defenderem legalmente, de obterem registro de sua religião, a permissão para montarem uma sede e gráfica em Magdeburgo e a isenção de impostos por ser reconhecida como uma "instituição de caridade legal".⁶¹

Os maiores problemas na década de 1920 parecem ter ocorrido na católica Baviera, a casa do partido nazista, e aqui com.) em outros lugares os resultados das ações legais tomadas contra as Testemunhas foram variadas. Antes de 1929 a maioria foi absolvida das acusações que incluíam o tráfico ilegal de "literaturas", mas depois dessa data muitos foram condenados e o grupo sentiu a necessidade de emitir declarações salientando que suas atividades eram religiosas e não políticas.⁶²

A professora Christine E. King argumenta, em sua consideração, que embora houvesse certa tolerância e liberdade religiosa sob a constituição liberal de Weimar, as Testemunhas foram alvo de desconfiança e de ataques abertos por parte da imprensa e de escritores do cristianismo tradicional que os descreviam como "inimigos de todos os cristãos" e "a raposa no galinheiro"⁶³. Tais grupos apelavam ao Estado para que suas atividades fossem restritas. Acusavam-nas de ensinar heresias e de estarem a serviço do comunismo, além de incitar a subversão. Porém, havia base concreta para tais acusações?

[...] um memorando do governo de 11 de junho de 1934 havia admitido abertamente que a seita não poderia a rigor ser descrita como uma organização de apoio comunista e que **nenhuma evidência [grifo nosso]** da influência do comunismo havia sido encontrada em qualquer uma das pesquisas realizadas pela polícia na sede das Testemunhas.⁶⁴

Não há nenhuma evidência de que o grupo tinha ligações ou simpatias pelos marxistas e de muitas maneiras esta acusação parece simplesmente ser um

⁶⁰KING, Christine E. op. Cit, p.1.

⁶¹KING, Christine E. op.cit, p.148.

⁶²KING, Christine E. op.cit.

⁶³ KING, Christine E. op.cit.

⁶⁴ Ibid, p.156.

elemento da fórmula tradicional usado pelo estado nazista contra aqueles que viam como inimigos.⁶⁵

No entanto, em 1933, com a chegada de Hitler ao poder, a hostilidade dirigida ao grupo recrudesciu de tal forma que sua fé e posição diante das exigências nazistas seriam provadas até as últimas consequências. Nesse mesmo ano as atividades da religião são proibidas em toda a Alemanha. Autoridades civis, educacionais e religiosas "deveriam relatar qualquer atividade suspeita ou distribuição de literatura das Testemunhas."⁶⁶

A extrema intolerância com que são tratadas pelo novo regime confirma a premissa do controle total sobre a sociedade alemã. Nada nem ninguém que não se submetesse aos objetivos idealizados pelo nazismo continuariam a existir. [...] não haveria profissão, meio de comunicação, associação, empresa, igreja, escola e universidade que não estivessem integrados ao Partido Nazista."⁶⁷

Desse modo, as igrejas estatais logo demonstram seu apoio ao regime. As Igrejas Católica e Protestante tinham muito a perder na Alemanha se negassem isso. Segundo o historiador Paul Johnson, a Igreja Católica temia que a instituição fosse desmantelada e que em seu lugar surgisse uma igreja separatista, acabando por expor a fragilidade do papado de influenciar seus subordinados. Bispos e outras autoridades eclesásticas na Alemanha já tornam claro seu apoio ao Führer. Uma concordata é assinada em julho de 1933 entre o Vaticano e o regime nazista, ratificando o silêncio e o apoio às atrocidades cometidas pelo Terceiro Reich. Além disso, há também o medo dos protestantes de perder o apoio estatal e, de forma entusiástica, declaram sua adesão à causa nazista. Johnson declara taxativamente que tanto católicos quanto evangélicos recebiam tributação recolhida pelo governo e que, juntas, detinham as maiores quantidades de terras na Alemanha, recebendo durante a Segunda Guerra subsídios que ultrapassavam um milhão de marcos.

O fracasso das Igrejas nesse ponto crítico, que comprovou a natureza criminosa do regime e abriu caminho para os horrores por vir, provou que Hitler acertara em sua avaliação do cristianismo alemão. "Vão engolir qualquer coisa para manter seus benefícios materiais. Os problemas nunca montarão muito. Vão reconhecer uma vontade firme, e só precisaremos mostrar uma ou duas vezes quem é que manda aqui". As igrejas estavam na folha de pagamento de Hitler.⁶⁸

⁶⁵ Idem, p.173,174.

⁶⁶ Idem, p.150.

⁶⁷ D'ALESSIO, Márcia M; CAPELATO, Maria H, op.cit. p.30.

⁶⁸ JOHNSON, Paul. História do Cristianismo. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

Johnson relata que a resistência dos membros das igrejas às ações nazistas foi fraca, tímida e resumida a tentativas apenas isoladas de alguns clérigos, que não obtiveram respaldo de suas instituições. “Com exceção de alguns indivíduos, dificilmente os clérigos precisavam ficar muito tempo na prisão.”⁶⁹ Não foi dada aos católicos nem aos protestantes nenhuma orientação específica de seus líderes em relação ao erro de apoiar as práticas nazistas. A condenação de tais barbaridades por parte dessas instituições só veio quando Hitler foi derrotado.

Para o autor, uma posição firme das Igrejas estatais contra a ideologia nazista poderia ter impedido o assassinato em massa. Hitler poderia ceder à pressão mobilizada pelas religiões. Porém, a fraqueza dessas instituições e seu silêncio colaboraram para as terríveis consequências que conhecemos bem.

Só as seitas livres ativeram-se o suficiente a seus princípios para merecer a perseguição aberta. A mais corajosa foi a Testemunhas de Jeová, que proclamou sua total oposição doutrinária desde o princípio, e sofreu de acordo. Recusou-se a cooperar em qualquer sentido com o Estado nazista, que denunciava como rematadamente maligno.⁷⁰

Desde a tomada do poder pelos nazistas na Alemanha as Testemunhas de Jeová se recusam a apoiar o regime e suas práticas de exclusão e extermínio. Em 1933, enviam uma declaração ao alto escalão do governo indicando os ataques que vêm sofrendo, explicando os ensinamentos do grupo e negando qualquer ligação com judeus ou comunistas. O efeito de tal documento é um aumento da perseguição. As Testemunhas passam a sofrer linchamentos nas ruas. Os funcionários públicos são demitidos por não fazerem a saudação nazista e por se recusarem a votar nas eleições, em novembro de 1933. São privados de pensões e outros direitos, e seus filhos são expulsos das escolas.

Por meio de tais medidas tomadas ostensivamente para a proteção das pessoas e do Estado, as Testemunhas foram progressivamente privadas de seus direitos civis e feitas vítimas de perseguição, e tudo isso foi alcançado com a aparência de legalidade. Apesar de tais pressões, as testemunhas continuaram o trabalho.⁷¹

Embora atuando na clandestinidade e com um crescente número de Testemunhas presas, suas atividades não são paralisadas. Publicações continuam a ser distribuídas e seus encontros para adoração continuam a acontecer de forma discreta. Elas sabem que terão de enfrentar o regime por não abrirem mão de sua fé e por manterem uma posição antagônica à ideologia nazista. Diferentemente da atitude de apoio ou silêncio das

⁶⁹ Ibidem, p.594.

⁷⁰ Id, p.549.

⁷¹ KING, Christine E, op. cit, p. 154.

igrejas estatais ao nazismo, como grupo estão dispostas a aguentar toda punição a renunciar suas crenças e desagradar o Deus Jeová. "A estratégia de sobrevivência mais óbvia e segura, a cessação de toda atividade religiosa, era uma opção que as Testemunhas de Jeová nunca sequer consideraram"⁷²

Nesse ínterim, sua organização internacional passa a atuar pressionando o governo alemão para que retroceda em sua perseguição contra o grupo. No início de 1934, o presidente da Sociedade Torre de Vigia de e Tratados dos EUA, J. F. Rutherford escreve uma carta pessoal a Adolf Hitler protestando:

O senhor poderá ter êxito em resistir a qualquer e a todos os homens, mas não poderá ter êxito em resistir a Jeová Deus [...] Em nome de Jeová Deus e de Seu Rei ungido, Cristo Jesus, exijo que ordene a todas as autoridades e servidores de seu governo que as Testemunhas de Jeová na Alemanha tenham permissão de reunir-se pacificamente e adorar a Deus sem impedimento.⁷³

A reação dos nazistas é enviar muitas Testemunhas de Jeová aos campos de concentração recentemente construídos. Elas estão entre os primeiros prisioneiros nesses campos. Em outubro de 1934, após uma convenção do grupo na Basileia, outra declaração é enviada por pequenos grupos de Testemunhas em toda a Alemanha às autoridades:

Nós não temos nenhum interesse em assuntos políticos, mas estamos inteiramente dedicados ao Reino de Deus sob Cristo como rei. Nós não faremos dano nem prejudicaremos ninguém. Teríamos prazer em viver em paz e fazer o bem a todos os homens, enquanto temos oportunidade. Mas desde que o seu governo e seus funcionários continuam na tentativa de nos obrigar a desobedecer à lei suprema do universo, somos obrigados a dar agora o aviso que teremos, pela sua graça, de obedecer a Jeová Deus e confiar plenamente que Ele nos livrará de toda opressão e opressores.⁷⁴

Naquele mesmo dia, Testemunhas de Jeová em todo o mundo se reúnem para enviar uma mensagem que alerta o governo de Hitler sobre os chocantes maus tratos aos seus irmãos na Alemanha, e em tom ameaçador, concluem: "Refreie-se de continuar perseguindo as Testemunhas de Jeová; de outra forma, Deus o destruirá, bem como a seu partido nacional."⁷⁵

Mais uma vez, a resposta é uma prisão em massa de membros da religião. Porém, os que ainda estão em liberdade tratam de distribuir, em 1937, outra carta expondo a crueldade com que estão sendo tratados. Numa só noite, milhares de

⁷² KING, Christine E, op. cit, p. 150

⁷³ SOCIEDADE TORRE DE VIGIA DE BÍBLIAS E TRATADOS. AS perversidades do nazismo foram expostas: A posição resolute das Testemunhas. Despertai! São Paulo, p.9-11, 22 de Agosto, 1995.

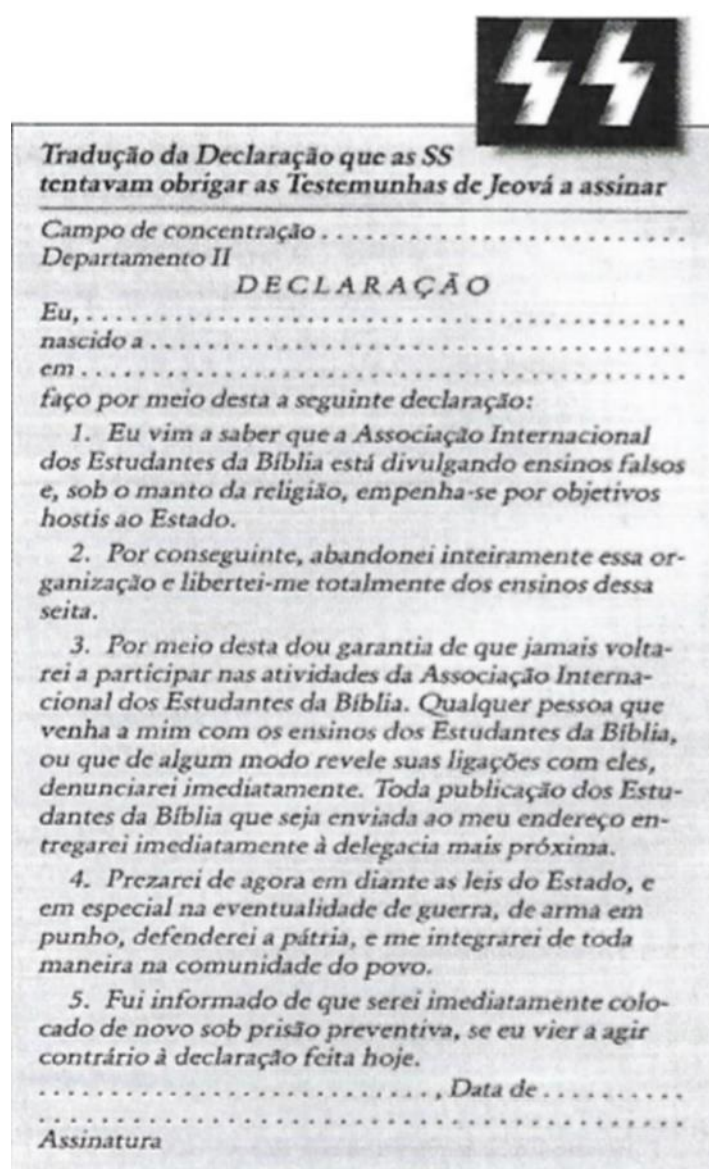
⁷⁴ KING, Christine E. op. Cit, p.154.

⁷⁵ SOCIEDADE TORRE DE VIGIA DE BÍBLIAS E TRATADOS. Testemunhas de Jeová – Proclamadores do Reino de Deus. São Paulo: Cesário Lange, 1993, p.693-694.

exemplares são deixados nas portas da população por toda a Alemanha. Novamente, a resposta das autoridades nazistas é uma nova onda de prisões, agora sem nenhuma formalidade legal, diretamente a campos de concentração. Nesse momento, os nazistas reavaliam suas ações, percebendo que as Testemunhas e suas atividades não seriam facilmente suprimidas.

Novas questões foram introduzidas; as Testemunhas simplesmente não só se recusaram a aceitar a nazi-visão de mundo, mas eles estavam fazendo isso em público por se recusar a votar, lutar ou dar lealdade ao Estado e foram, além disso, propagavam seus pontos de vista em todo o Reich.⁷⁶

Figura 1: Declaração de Renúncia à Fé.



Tradução da Declaração que as SS tentavam obrigar as Testemunhas de Jeová a assinar

Campo de concentração
Departamento II

DECLARAÇÃO

Eu,
nascido a
em
faço por meio desta a seguinte declaração:

1. Eu vim a saber que a Associação Internacional dos Estudantes da Bíblia está divulgando ensinamentos falsos e, sob o manto da religião, empenha-se por objetivos hostis ao Estado.
2. Por conseguinte, abandonei inteiramente essa organização e libertei-me totalmente dos ensinamentos dessa seita.
3. Por meio desta dou garantia de que jamais voltarei a participar nas atividades da Associação Internacional dos Estudantes da Bíblia. Qualquer pessoa que venha a mim com os ensinamentos dos Estudantes da Bíblia, ou que de algum modo revele suas ligações com eles, denunciarei imediatamente. Toda publicação dos Estudantes da Bíblia que seja enviada ao meu endereço entregarei imediatamente à delegacia mais próxima.
4. Prezarei de agora em diante as leis do Estado, e em especial na eventualidade de guerra, de arma em punho, defenderei a pátria, e me integrarei de toda maneira na comunidade do povo.
5. Fui informado de que serei imediatamente colocado de novo sob prisão preventiva, se eu vier a agir contrário à declaração feita hoje.

., Data de
.
Assinatura

⁷⁶ KING, Christine E. op. Cit, p. 161.

Fonte: Testemunhas de Jeová — Proclamadores do Reino de Deus.⁷⁷

Certamente a perspectiva de se livrar do tratamento brutal dos campos é alentadora. Mas assinar tal declaração significa rejeitar o Deus Jeová, Jesus Cristo e todo o ensinamento que os levou até ali. E negar sua própria identidade, sua essência, e dar a vitória ao inimigo de Deus, Satanás, a quem as Testemunhas de Jeová atribuem a origem da vilania nazista.

É uma questão de consciência aceitar assinar tal documento, assim como é uma questão de consciência cristã recusar-se a fazer parte do Estado nazista. A pressão é enorme. Esse método é usado individualmente. Se uma Testemunha assinasse, provavelmente as outras não saberiam ou não teriam certeza. Mas, para cada membro confrontado com tal declaração havia alguém que saberia: o Deus a quem serviam — Jeová.

Pouquíssimos adeptos assinam essa declaração. Como grupo, preferem continuar em prisões ou nos campos a abandonar suas crenças, sua identidade cristã.

Não só as Testemunhas encontravam-se vítimas de todos os tipos de brutalidades dos "rituais de iniciação". Testemunhas do sexo masculino e feminino compartilhavam com os outros novos presos a brutalidade diária e a crueldade dos guardas, mas elas também se encontravam sujeitas a adicional zombaria e humilhações. No entanto, a sua fé os manteve firmes e poucos estavam dispostos a assinar o papel negando o movimento e, portanto, comprando sua Liberdade.⁷⁸

Quando a Segunda Guerra começa, em 1939, já há cerca de 6.000 Testemunhas de Jeová em prisões ou em campos de concentração. Membros da religião nos países ocupados também têm o mesmo destino. E óbvia a determinação de Hitler e de seus comandados de acabar com as Testemunhas de Jeová na Alemanha. Nas palavras do próprio Hitler a um de seus comandantes, o desejo de extirpar os que se apegassem aos princípios cristãos fica claro: "Ou se é cristão, ou alemão. Não é possível ser ambos".⁷⁹

As Testemunhas sabem disso, e escolhem ser cristãos e não apoiar de modo algum a máquina nazista. Essa atitude intransigente desperta a fúria do alto comando,

⁷⁷ SOCIEDADE TORRE DE VIGIA DE BÍBLIAS E TRATADOS. Testemunhas de Jeová - Proclamadores do Reino de Deus. São Paulo: Cesário Lange, 1993, p.661.

⁷⁸ KING, Christine E. op. cit, p.168,169.

⁷⁹ JOHNSON, Paul.op. cit, p.591

pois não têm sucesso em acabar com as atividades delas nem fora nem dentro dos campos.

E sem dúvida verdade que eles tinham inimigos nos altos postos. Hitler uma vez ordenou o assassinato de cerca de 130 "autointitulados estudantes da Bíblia", como um exemplo para os outros "pacifistas". "Aqueles que não lutam, argumentou o Führer, não merecem comer". Outros estavam menos convencidos da realidade do perigo das Testemunhas arroladas para a Alemanha. Himmler viu sua utilidade potencial e tinha planos para eles após a guerra, e mesmo Rudolph Höss, que ordenou o castigo de muitas Testemunhas em Auschwitz, admitiu que sem a questão do serviço militar eles eram inofensivos como grupo.⁸⁰

A insistência em ligar as atividades das Testemunhas de Jeová a judeus e a comunistas continua e serve de justificativa para a quantidade de empenho e gastos do governo em relação a esse pequeno grupo. Quanto maior a pressão sobre elas, mais têm forças para continuar a falar com pessoas sobre suas crenças, para imprimir secretamente literatura e reforçar a fé dos que estão em prisão. Seus irmãos na fronteira com a Suíça e França usam de todos os meios para fornecer o mínimo necessário para continuarem ativas. Elas conservam laços de for e união espiritual. Isso dá aos internos em prisões e campos uma força fora do comum, a de que não estão sós, pois uma grande fraternidade trabalha a seu favor.

Eles tinham uma rede de apoio, a convicção de estarem certos, de ter tido suas experiências de sofrimento preditas e, acima de tudo, o sentimento de pertença a um grupo escolhido com sua própria visão de mundo. Esta visão de mundo poderia ser preservada intacta em meio a brutal realidade da vida no campo e, mais tarde, pesquisadores da sobrevivência em campos identificaram que elas tinham como essencial a capacidade de interpretar e dar sentido ao que se viu em torno delas e que elas mesmas sofreram.⁸¹

De acordo com a professora King, cerca da metade das Testemunhas de Jeová na Alemanha, aproximadamente 10.000, foram presas e juntas foram condenadas a mais de 20 mil anos de prisão. Uma em cada quatro perdeu sua vida nos campos ou em prisões.

Nos campos de concentração há um sistema de símbolos e cores para identificar a origem dos prisioneiros. Um emblema triangular é fixado nas jaquetas dos uniformes dos campos.

O triângulo vermelho indicava um prisioneiro político ou um intelectual por se manifestarem contra o regime nazista. [...] O preto para os presos por vadiagem, o rosa para os homossexuais. O triângulo adicionado sobre qualquer das cores formando uma estrela de seis pontas identificava os

⁸⁰ KING, Christine E. op.cit,p,164.

⁸¹ Ibidem, p.170

prisioneiros de origem judaica. Um símbolo roxo era dado a um grupo de Testemunhas de Jeová.⁸²

As Testemunhas de Jeová recebem um triângulo roxo como identificação. Segundo a análise da socióloga Anna Pawelczinska, uma sobrevivente de Auschwitz, embora seu número fosse pequeno em relação aos outros prisioneiros todos sabiam por que estavam ali. No meio de uma enorme população desorientada e aterrorizada, eles representavam uma “ilha de incansável resistência.”⁸³

Figura 2: Jaqueta listrada com um crachá de triângulo roxo usado por Mathaeus Pibal, uma Testemunha de Jeová, durante sua prisão no campo de concentração de Dachau.



Fonte: Museu do Holocausto, Washington, DC, EUA.⁸⁴

Seu comportamento nos campos desperta em outros grupos de prisioneiros e em oficiais da SS o respeito e a admiração pela manutenção de sua posição diante das torturas e dos maus tratos a que estão sujeitos no campo. Ao contrário de outros grupos

⁸² PAWELCZYNSKA, Anna. Values and Violence in Auschwitz – A sociological analysis. University of California Press, 1979, p.86.

⁸³ Ibidem.

⁸⁴ Disponível

em:http://www.ushmm.org/search/results.php?q=jehovah%27s+witnesses&q_src=&q_grp=&q_typ=&q_mty=Image&q_sty=&q_lng=. (acessado em: 23/08/2013).

de prisioneiros arrasados pelo tratamento desumano a que eram submetidos, as Testemunhas estavam cientes de que estavam ali porque escolheram obedecer primeiro às leis de Deus. Sabiam que sua neutralidade política os levava à perseguição do regime e estavam dispostos a encarar isso do que abandonar seu Deus e sua fé.

Eles sabiam o que estava acontecendo com eles e eles achavam que sabiam por que estava acontecendo, não tinham nenhum medo da morte. Sua atitude intransigente e inflexível os trouxera para os campos, mas foi isso que os sustentou, uma vez lá. A rigidez de sua crença, a sua autossuficiente visão de mundo explica uma força emocional e psicológica que mais tarde estudiosos descobriram surpreendente em um grupo a partir de uma origem socioeconômica e educacional geralmente baixa.⁸⁵

Uma estratégia utilizada pelos nazistas nos campos era misturar os prisioneiros ou isolar um líder de alguma Resistência a fim de desarticular qualquer tentativa de rebelião contra os guardas. As cores dos emblemas são trocadas e desse modo impede sua cooperação com aquele grupo. Essa estratégia, não funciona com as Testemunhas de Jeová. Elas encaram estar em outro grupo como oportunidade para falar com outros prisioneiros sobre suas crenças e sobre a esperança que têm. Isso resulta muitas vezes em novos convertidos. Contrariando todas as probabilidades, elas se reúnem para adoração, oração e leitura de trechos da Bíblia ou de publicações introduzidas furtivamente nos campos. Dessa forma, demonstram sua resistência nos campos.

São conhecidas nos campos como pessoas honestas e confiáveis. "Testemunhas serviam de empregada para agentes da SS. Um oficial da SS comentou que apenas uma Testemunha de Jeová pode ser confiável para raspar seu mestre com navalha."⁸⁶

Embora fossem considerados confiáveis até mesmo pelos oficiais da SS, as Testemunhas de Jeová não realizavam tarefas que pudessem de alguma forma cooperar com a guerra. Em alguns campos como em Auschwitz, foram instaladas fábricas de armamentos e os internos obrigados a trabalhar na produção. Se recusavam a participar de qualquer atividade direta ou indiretamente ligada a guerra. [...] Todos sabiam que nenhuma Testemunha de Jeová agiria a um comando contrário às suas crenças religiosas e convicções ou qualquer ação dirigida contra outra pessoa mesmo se esta pessoa fosse um assassino ou um oficial da SS. Por outro lado, eles executariam qualquer outro trabalho, mesmo o mais odioso, da melhor maneira possível se isso fosse moralmente neutro para eles.⁸⁷

⁸⁵ KING, Christine E. op. Cit, p.171.

⁸⁶ KING, Christine E. op. Cit, p.169.

⁸⁷ PAWELCZYNSKA, Anna, op. cit, p. 87.

Alguns grupos de prisioneiros organizam a resistência nos campos. Apesar de um controle intenso montado em cada sistema concentracionário nazista, algumas estratégias são tentadas: fugas, motins, sabotagens, atos de solidariedade e outros figuram entre as tentativas de minar o controle nos campos. "As Testemunhas de Jeová conduziram uma resistência pacífica por suas crenças que se opunham a toda guerra e violência."⁸⁸

Ao se referir a trajetória das Testemunhas de Jeová no seu embate com o regime nazista, os autores citados deixam registrado que a postura firme desses cristãos diante da perseguição e do tratamento desumano a que foram expostas foi algo incomum e digno de ser relatado e referenciado.

Aliás, a cor dos seus emblemas era entendida tão claramente no campo, que o pequeno número deles não refletia a verdadeira força do grupo. Esse pequeno grupo de prisioneiros foi uma força ideológica sólida e eles ganharam sua batalha contra o nazismo.⁸⁹

Eles tinham certeza da verdade e, portanto o sistema rival do nacional socialismo não apresentava tentações. [...] Seu conflito com o sistema nacional socialista foi amargo e inevitável, e seus termos definidos conscientemente pelas Testemunhas. Eles, e não os nazistas, foram os vencedores.⁹⁰

CONCLUSÃO

A determinação das Testemunhas da Jeová de resistir a ideologia nazista devido às suas convicções religiosas e morais lembra toda a humanidade que atrocidades cometidas por governos ou grupos em nome da intolerância e do racismo não podem vencer a liberdade e a dignidade.

A postura resoluta do grupo religioso, também desempenha um importante papel de conscientização, pois alerta sobre as consequências catastróficas dos regimes totalitários e o perigo das ideias racistas, para não cometer no presente e no futuro, os mesmos erros do passado.

⁸⁸ PAWELCZYNSKA, Anna, op. cit.

⁸⁹ PAWELCZYNSKA, Anna, op. cit

⁹⁰ KING, Christine E. op. cit, p. 179.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah, Origens do Totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

D'ALESSIO, Marcia Manson; CAPELATO, Maria Helena. Nazismo: política, cultura e holocausto. São Paulo: Atual, 2004.

JOHNSON, Paul. História do Cristianismo. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

KING, Christine E. The nazi state and the new religions: Five case studies in non-conformity. New York: The Edwin Mellen Press, 1982.

PAWELCZYNSKA, Anna. Values and Violence in Auschwitz – A sociological analysis. University of California Press, 1979

SOCIEDADE TORRE DE VIGIA DE BÍBLIAS E TRATADOS. Testemunhas de Jeová – Proclamadores do Reino de Deus. Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados. São Paulo: Cesário Lange, 1993.

SOCIEDADE TORRE DE VIGIA DE BÍBLIAS E TRATADOS. AS perversidades do nazismo foram expostas: A posição resolute das Testemunhas. Despertai! São Paulo, p.9-11, 22 de Agosto, 1995.

STACKELBERG, Roderick. A Alemanha de Hitler: Origens, interpretações, legados. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

HISTÓRIA

Como citar: NOBRE, José Max. *O Discurso do Medo como forma de Controle e Domínio Social*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 11, novembro, 2019. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN: 2446-5941.

O DISCURSO DO MEDO COMO FORMA DE CONTROLE E DOMÍNIO SOCIAL

Por: José Max Nobre⁹¹

⁹¹ Graduando no curso de Licenciatura em História pela Faculdade Integradas Simonsen.
E-mail: jmaxrj04@hotmail.com

RESUMO: Esse artigo tem por objetivo fazer uma apresentação de aspectos que envolvem a religião em geral e que é comum à humanidade, como: medo e seus resultados no indivíduo; possível criação e, desdobramentos e evolução da religião; e a Igreja como instituição pedagógica e sua perseguição a grupos considerados marginais.

Palavra-chave: Medo, Religião, Sociedade

ABSTRACT: This article aims to make a presentation of aspects that involve the Church in general and that is common to mankind, such as: fear and its results in the individual; Possible creation and, consequences and evolution of religion; And the church as a pedagogical institution and its persecution of groups considered marginals.

Keyword: Fear, Religion, Society

MEDO, CAUSAS E POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS

O homem, ao contrário, dos outros animais, sabe muito cedo que morrerá. É, pois, o “único no mundo a conhecer o medo num grau tão temível e duradouro.”⁹² O sentimento de medo nos revela que temos consciência de estar vivos e que vamos partir deste mundo a qualquer hora. Biologicamente falando, vivemos para manter a continuidade da espécie humana e utilizamos da imaginação para buscarmos a realização de nossas necessidades. Assim, a cada dia, nos mantemos vivos e foi assim que a espécie humana conseguiu chegar até aqui pelo fato de possuir medo. Marc Oraison completa dizendo que o homem é especialmente “o ser que tem medo”⁹³. No mesmo sentido Sartre registrou: “Todos os homens têm medo. Todos. Aquele que não tem medo não é normal, isso nada tem a ver com coragem”.⁹⁴

Segundo o filósofo Martin Heidegger⁹⁵ (1889-1976), o medo incontrolado torna o indivíduo inseguro impedindo o mesmo de tomar decisões tendo outras pessoas decidindo sobre as coisas pertinentes à sua vida. Heidegger vai além, afirma que a pessoa medrosa se torna um alienado de si, vive correndo sem sentido, sem direção de vida. Tudo isso, porque não possui o controle sobre o medo. O homem precisa sentir-se seguro sendo a segurança uma base do relacionamento e da moral. Estar inseguro, pode significar a morte.

O medo pode passar do indivíduo para o coletivo. Pode-se acompanhar nas mídias convencionais e oficiais notícias, como: “criança morre vítima de bala perdida”, Comoções são vistas logo que tais notícias começam a circular entre a população e a preocupação invade trazendo medo. Na época medieval chamavam-se “pavores”⁹⁶ e “rebeliões”⁹⁷ do povo inconformados e querendo amedrontar pois estavam com medo e essa foi a forma encontrada para externar tamanho sentimento de terror. Cabe a nós observar como foi propagado o medo individual a ponto de tornar um medo coletivo.

O medo do fim do mundo e a revelação do mistério do Anticristo eram discursos

⁹² G.Delpierre, *L'être et la peur*, Toulouse, 1974, p 17

⁹³ M.Oraison, “Peur et religion” em *Problèmes*, abr-maio 1961, p.36. Cf. também, do mesmo autor, *Depasser la peur*, Paris, 1972.

⁹⁴ J.P. Sartre, *Le Sursis*, Paris, 1945, p.56

⁹⁵ Martin Heidegger foi um filósofo, escritor, professor universitário e reitor alemão. Foi um pensador seminal na tradição continental e hermenêutica filosófica, e é "amplamente reconhecido como um dos filósofos mais originais e importantes do século XX." Wikipédia.

⁹⁶ Grande susto ou medo; terror. Dicionário Michaelis, escolar língua portuguesa

⁹⁷ Manifestações de revolta, de oposição a algo. www.dicionarioinformal.com.br

gerados pelos clérigos no início do século XVI e, que penetravam os ouvidos da população. Esse terror e esse medo advinham das desgraças de época. A morte de Carlos Magno provocou grande calamidade junto ao povo e contribuiu com o propósito da Igreja de levar medo e pavor através dos sermões. Não podemos deixar de ressaltar que o teatro religioso também teve um papel muito importante na divulgação escatológica pois as representações eram sempre para multidões e o assunto sempre o mesmo, Juízo Final e Anticristo. Documentação da época dá grandes encenações do Juízo Final em Munique em 1518 e em Lucena. A imprensa e as gravuras têm grande importância nesse cenário de convencimento da população a temer seus líderes oficiais, Igreja e Estado⁹⁸.

Segundo Delumeau, (2002, p.17), o medo é gerado no coração do poderoso para dominar o pobre. Esse pensamento nos revela que em algum momento aquele que detém o conhecimento, e com isso o poder, percebe que produzir medo no coração do camponês, pode ser útil para dominá-lo e controlá-lo. Mas em quê momento isso ocorreu? Em algum momento o homem percebeu que utilizando-se do discurso iria beneficiar-se.

REVOLUÇÃO COGNITIVA

Yuval Harari⁹⁹, no seu livro *Sapiens – Uma breve história da humanidade*, afirmou.

Lendas, mitos, deuses e religiões aparecem pela primeira vez com a revolução cognitiva. Antes disso, muitas espécies animais e humanas foram capazes de dizer: “Cuidado! Um leão!”. Graças à revolução Cognitiva, o *Homo sapiens* adquiriu a capacidade de dizer: “O leão é o espírito guardião da nossa tribo”. Essa capacidade de falar sobre ficção é a característica mais singular da linguagem dos sapiens.

Segundo Harari, a revolução cognitiva, que ocorreu há 70 mil anos, foi o momento que o homem percebeu que nada seria como antes, pois a partir de agora o discurso bem aplicado convenceria o próximo. O mesmo autor diz que a revolução

⁹⁸ Jean Delumeau é um historiador francês especializado em estudos sobre a história do cristianismo e autor de vários trabalhos relacionados com a temática. Dedicou-se ainda ao estudo do Renascimento com qual obteve um prêmio da Academia Francesa em 1967. [Wikipédia](#)

⁹⁹ Yuval Noah Harari é um professor israelense de História e autor do best-seller internacional *Sapiens: Uma breve história da humanidade* e também do *Homo Deus – Uma Breve História do Amanhã*. Seu último lançamento é *21 Lições para o Século 21*. Ele leciona no departamento de História da Universidade Hebraica de Jerusalém. [Wikipédia](#)

cognitiva é como se fora uma mola propulsora que fez a nossa espécie responderse algumas perguntas, tais como? *De onde viemos? Para onde vamos?*

Espécies muito parecidas aos humanos de hoje surgiram aproximadamente há 2,5 milhões de anos. Nós, *homo sapiens* somos uma espécie de ser humano.

Segundo Yuval Noah Harari, em algum momento houve uma mudança no cérebro do sapiens possibilitando uma nova forma de comunicação.

Harari afirma sobre aquele momento:

O surgimento de novas formas de pensar e se comunicar, entre 70 mil e 30 mil anos atrás, constitui a Revolução Cognitiva. O que a causou? Não sabemos ao certo. A teoria mais aceita afirma que mutações genéticas acidentais mudaram as conexões internas do cérebro dos sapiens, possibilitando que pensassem de uma maneira sem precedentes e se comunicassem usando um tipo linguagem totalmente novo. Poderíamos chamá-las de mutações da árvore do conhecimento. Por que ocorreram no DNA do sapiens e não no DNA dos neandertais? Até onde pudemos verificar, foi uma questão de puro acaso.

Com isso, o Homo sapiens ao longo dos anos criou uma ordem extraordinária e adequada para transmitir informação, mas a grande mudança foi quando este começou entregar, em forma de palavras, coisas que jamais, viram, cheiraram ou tocaram. Daí por diante, abriu-se o caminho para chegar até ao que conhecemos por Deus Poderoso. Povos há milhares de anos utilizavam-se desse meio de propagar notícias tendo sido os gregos exímios contadores de histórias e aplicadores do medo desses deuses, “deus vai te castigar.” Segundo Delumeau (2009, p.26)

Compreende-se por que os antigos viam no medo uma punição de deuses, e por que os gregos divinizaram Deimos (o Temor) e Fobos (o Medo), esforçando-se em conciliar-se com eles em tempo de guerra. Os espartanos, nação militar, consagraram uma pequena edícula a Fobos, divindade a quem Alexandre ofereceu um sacrifício solene antes da batalha de Arbelos. Aos deuses homéricos Deimos e Fobos correspondiam as divindades romanas Pallor e Pavor, às quais, segundo Tito Lívio, Tulio Hostílio teria decidido consagrar dois santuários ao ver seu exército debandar diante dos estrangeiros.

Todo tipo de crença era depositado em deuses e a eles eram feito todo tipo de

ofertas e sacrifícios.

RELIGIÃO

A igreja Católica, através do Clero, detinha o poder do discurso utilizando-se do texto da Suma Teológica escrita por Tomás de Aquino¹⁰⁰, monge dominicano do século XII que foi influenciado pelos filósofos gregos clássicos Aristóteles e, Platão, bem como pensador latino cristão Santo Agostinho. Tomás de Aquino, buscou comprovar a existência de Deus, por meio da razão. Reconhecer Deus como Ser Supremo seria uma forma de comprovar sua existência. Mesmo não podendo ver Deus poderia sentir seu efeito.

Segundo Mircea Eliade, a descoberta da agricultura causou uma transformação, não na vida econômica somente, mas essencialmente no sagrado pois a sexualidade, a fecundidade, a mitologia da mulher e da terra, tudo isso, mudou a relação entre o homem e a religião. “a partir de agora surgiu “as grandes Deusas mães” e os “Deuses fortes” ou os gênios da fecundidade são claramente mais acessíveis ao homem do que o era o Deus criador.” (Mircea Eliade,63)

Mas quando o homem estava em aflição, e já havia tentado tudo e não resolveu, principalmente desastres vindos do céu, tempestade, epidemia, os homens buscavam Deus e imploravam-lhe, segundo afirma Mircea:

As diversas divindades que substituíram os Seres supremos acumularam os poderes mais concretos e mais esplendorosos, os poderes da Vida. Mas, exatamente por isso, “especializaram se” na procriação e perderam os poderes mais sutis, mais “nobres”, mais “espirituais” dos Deuses criadores. Descobrimo a sacralidade da Vida, o homem deixou se arrastar progressivamente por sua própria descoberta: abandonou-se às hierofanias vitais e afastou se da sacralidade que transcendia suas necessidades imediatas e cotidianas.

Enquanto Mircea Eliade nos relata uma possível simbiose entre homem e o divino, em alguns momentos uma aproximação por interesse, Yuval Harari, vai apresentar uma ligação pautada no poder da lei criada pela religião e segundo o autor de

¹⁰⁰ Tomás de Aquino, em italiano Tommaso d'Aquino, foi um frade católico da Ordem dos Pregadores italiano cujas obras tiveram enorme influência na teologia e na filosofia, principalmente na tradição conhecida como Escolástica, e que, por isso, é conhecido como "Doctor Angelicus", "Doctor Communis" e "Doctor Universalis". [Wikipédia](#)

Sapiens uma breve história da Humanidade, serviu para ajuntar grupos de pessoas distintas e em alguns casos desconhecidos, porém, conduzidas e regidas por uma lei única. (Harari, 2018 p. 283).

Hoje a religião é, muitas vezes, considerada uma fonte de discriminação, desavença e desunião. Mas, na verdade, a religião foi o terceiro maior unificador da humanidade, junto com o dinheiro e os impérios. Uma vez que todas as hierarquias e ordens sociais são imaginadas, elas são todas frágeis, e, quanto maior a sociedade, mais frágil ela é. O papel histórico crucial da religião foi dar legitimidade sobre-humana a essas estruturas frágeis. As religiões afirmam que nossas leis não são resultado de capricho humano, e sim determinadas por uma autoridade suprema e absoluta. Isso ajuda a tornar inquestionáveis pelo menos algumas leis fundamentais, garantido, desse modo, a estabilidade social.

Segundo Hermann¹⁰¹, a religião se configurou como disciplina pontual com seus métodos próprios e acessório num campo onde caminhavam o caráter racional do homem ocidental e a forma de se expressar religiosamente. O pensamento iluminista trouxe em determinada época uma simbiose entre razão e fé, vez que pela razão podia-se aproximar de Deus. (...)”Mas se ao iluminismo coube uma certa apologia de uma ‘religião natural’ (*religio naturalis*), já que pela razão era possível o conhecimento de Deus e de sua criação.” (H. Jaqueline, 1997)

SOCIEDADE E RELIGIÃO

No final do século XIX e início do XX, alguns filósofos se depararam com um discurso positivista e evolucionista diferentemente de tudo que tinham visto até aquele momento. O filósofo francês Augusto Comte¹⁰² (1798-1857) apresentava à sociedade um pensamento que afirmava que a humanidade caminhava evolutivamente por três momentos diferentes na vida o teológico, o metafísico e o positivo, sendo este último o seu ápice. Já para o antropólogo britânico Edward Tylor¹⁰³, completamente envolvido e

¹⁰¹ Hermann Jaqueline É professora de história moderna na Universidade Federal do Rio de Janeiro, autora de diversos artigos sobre o movimento de Canudos e estudiosa dos messianismos luso-brasileiros.

¹⁰² sidore Auguste Marie François Xavier Comte foi um filósofo francês, fundador da Sociologia e do Positivismo, que trabalhou intensamente na criação de uma filosofia positiva em uma tentativa de remediar o mal-estar social da Revolução Francesa, exigindo uma nova doutrina social baseada nas ciências. [Wikipédia](#)

¹⁰³ Edward Burnett Tylor foi um antropólogo britânico. Era irmão do geólogo Alfred Tylor. Tylor filia-se à escola antropológica do evolucionismo social. [Wikipédia](#)

influenciado pelo positivismo de Comte, e o evolucionismo de Herbert Spencer¹⁰⁴ (1820-1903) o animismo, no qual o homem primitivo seria possuidor de alma o que explicaria um tipo de culto que homenageassem aos mortos e aos antepassados, sendo também o natal dos deuses um dos pontos que caracterizava a origem da religião e assim, a saída do politeísmo para o monoteísmo. Chegava-se, assim, ao clímax da evolução espiritual. O antropólogo James Frazer (1854-1941) defendeu que esse momento era a principal etapa do desenvolvimento da humanidade “estas etapas seriam as principais etapas do desenvolvimento, conforme escreveu Jaqueline Hermann sobre aquele tipo de pensamento evolucionista que predominou entre o final do século XIX e o início do século XX religioso da humanidade” J. Hermann.¹⁰⁵

H. Spencer e Frazer foram fundamentais na elaboração de uma versão da história segundo a qual a religião tanto se originou quanto também evoluiu ao longo do tempo – o que estava de acordo com uma visão eurocêntrica segundo a qual a civilização europeia e a sua cultura, o que incluía o cristianismo dominante na Europa ocidental, significava o auge do desenvolvimento humano. As teses de Frazer, distinguiram magia de religião e isso trouxe um grande peso, firmando uma conexão perfeita como conhecimento científico de então. Segundo Frazer os humanos, em seu passado remoto, viviam conduzidos por regras que serviam tanto à magia quanto a natureza fazendo o homem esperar uma resposta desejada e instantânea da natureza para a resolução de seus problemas.¹⁰⁶

A sociologia no final do século XIX, foi de suma importância para se estudar as crenças e práticas religiosas e como a curiosidade sobre o passado, aumentando ao longo do tempo e abrangeram outras áreas do pensamento científico, e sociólogos também produziram estudos sobre a estrutura das sociedades abrangendo aquele tema. Ao pesquisar povos, hábitos e costume sociólogos encontraram uma gama de cultura que surpreendeu toda humanidade no último quartel do século XIX e início do XX. A partir da análise da divisão social do trabalho, o sociólogo francês Émile Durkheim¹⁰⁷

¹⁰⁴ Herbert Spencer foi um filósofo, biólogo e antropólogo inglês, bem como um dos representantes do liberalismo clássico. Spencer foi um profundo admirador da obra de Charles Darwin. É dele a expressão "sobrevivência do mais apto", e em sua obra procurou aplicar as leis da evolução a todos os níveis da atividade humana. [Wikipédia](#)

¹⁰⁵ Idem 17.

¹⁰⁶ Idem 17.

¹⁰⁷ David Émile Durkheim foi um sociólogo, antropólogo, cientista político, psicólogo social e filósofo francês. Formalmente, criou a disciplina acadêmica da sociologia e, com Karl Marx e Max Weber, é comumente citado como o principal arquiteto da ciência social moderna e pai da sociologia. [Wikipédia](#)

(1858-1917), define as *formas elementares da vida religiosa*, em sua obra publicada em 1912. A obra de Durkheim, serviu para revelar bases ideológicas da teoria comteana, na qual aparece uma metodologia científica das leis de andamento da sociedade e relação entre os grupos. Começando pelo acompanhamento dos casos mais simplórios aos mais complexos, entendia-se por mais complexa a sociedade europeia de seu tempo compreendendo-se desta forma as leis que regeriam o funcionamento das sociedades e suas representações pessoais chegando-se a um resultado de uma suposta “consciência coletiva”. (H.Jaqueline, 1997)

Outro sociólogo fundamental no período, Max Weber, levantou alguns questionamentos que estavam longe de uma resposta clara e objetiva. O trabalho de pesquisa de Weber inicia-se com uma reflexão sobre o nascimento das religiões esta reflexão mostrou que a junção da reforma protestante com o capitalismo produziu uma sociedade avançada politicamente e economicamente (H.Jaqueline, 1997). Segundo Hermann, para os pensadores Marx e Engels, entretanto, a pesquisa sobre as religiões estava entrelaçada com a luta de classes e a religião serviria para “mascarar” e “justificar” o desequilíbrio financeiro entre as classes sociais, onde a base estava na economia”.¹⁰⁸

Atento às possibilidades históricas de manipulação social e o exercício do poder, estes autores contribuíram pouco para a valorização da história das religiões como objeto de investigação, mantendo uma análise formal e subordinada dos fenômenos religiosos.

Nesse sentido, se o trabalho de Weber manteve uma leitura etnocêntrica, evolucionista e mesmo idealista da história das religiões, contribuiu imensamente para lançar a temática das religiões no campo das reflexões conceituais, indispensáveis para sua estruturação e sistematização como disciplina.

Pode-se, assim, refletir os usos do discurso religioso e seu impacto social no alvorecer da época Moderna. A Suma Teológica teve uma grande importância naquele período, pois por seu intermédio a Igreja Romana sistematizou aquilo que seria o regimento da Instituição religiosa, e não só isso, a Suma Teológica deu legalidade a tudo que a Igreja discursava através de seus representantes aqui na terra. Aquino foi ordenado sacerdote no século XIII, lecionou em Paris, ainda no século XIII, publicou

¹⁰⁸ Idem 17

seus escritos e resumos 1254, sem muita confirmação da data.¹⁰⁹ Mas o pano de fundo estava pronto pois o objetivo central era perseguir os “inimigos” “Os dirigentes da Igreja e do Estado encontram-se mais do que nunca diante da urgente necessidade de identificar o inimigo” (Delumeau, 2009. p.586). A igreja no final do século XVI do começo do século XVII, na Espanha, faz uma perseguição aos judeus e mouros e observava de perto os conversos para que não aquietasse com feiticeiras. Já na Europa ocidental e central os perseguidos eram os heréticos – protestantes e feiticeiras e segundo Delumeau, o que parecia é que quando se combatia um grupo esquecia-se do outro, sendo que em todas as direções do continente europeu o que se via era o medo tomando conta das pessoas. “É então que explica a ação persecutória em todas as direções, conduzidas pelo poder político-religioso, na maior parte dos países da Europa no começo da idade média.” (Delumeau, 2009).

A Suma teológica não foi sozinha a régua legislativa para punir e matar aqueles que se achavam envolvidos com feitiçarias, adoração a Satã, converter-se ao protestantismo também era motivo de perseguição, Delumeau afirma no seu livro *História do Medo no Ocidente 1300-1800 uma cidade sitiada*.

Esses processos e essas condenações à morte evidentemente não teriam sido possíveis sem a incitação repetida das autoridades religiosas e civis. A *bula Summis disederantes de 1448*, que foi chamada de “o canto de guerra do inferno”, foi com efeito seguida de vários textos pontificais que iam no mesmo sentido. Em 1500, Alexandre VI escreve ao prior de Klosterneuburgo e ao inquisidor *institoris* para informar-se dos progressos da feitiçaria na Boêmia e na Morávia. Em 1513, Julio II ordena ao inquisidor de Cremona que puna aqueles que adoram Satã e utiliza a hóstia com um fim maléfico. Em 1521, Leão X protesta, com ameaça de excomunhão e de interdito, junto ao senado de Veneza, que se opõe à ação dos inquisidores de Brescia e de Bérghamo contra os feiticeiros. Assim agem os papas do brilhante Renascença italiana. Por sua vez, Adriano VI ordena que inquisidores de Cremona e de Côme que persigam a feitiçaria análogas ao governador de Bolonha e ao capítulo de Sion. Como não ficar impressionado com a repetição dessas injunções e a obsessão satânica que eles subentendem? Quanto aos textos tristemente célebres de João XXI e de Inocência VII, são solenemente retomados e confirmados por bulas de 1585 e 1623. A essas instruções gerais de Roma fazem eco,

¹⁰⁹ <http://mb-soft.com/believe/beliepoa.html>

no plano local, decisões conciliares.

CONCLUSÃO

O medo e sua instrumentalização com fins políticos e sociais ocorrem entre grupos humanos há milhares de anos. Desde a Revolução Cognitiva, sabemos que a possibilidade de imaginar – temer – o sobrenatural abriu a possibilidade de usos diversos do discurso que envolvia elementos que estavam além daquilo que os olhos podiam enxergar. No ocidente cristão, pelo menos a partir do final da Idade Média, este medo também serviu de base para a formação de uma visão unitária daquela sociedade, que nos séculos posteriores acabou por formar a base da ideia de “civilização”. Está, por sua vez, esteve na base de uma perspectiva expansionista, na qual a própria religião cristã foi colocada no topo da humanidade e acabou servindo como ferramenta para a destruição de outras culturas. Com o pensamento científico desenvolvido no século XIX, inclusive dentro da Antropologia, reforçou-se a ideia de que os europeus, por serem cristãos, compunham uma parcela mais “evoluída” da sociedade, justificando sua presença imperialista em outras regiões do globo. O uso da religião cristã, seja dentro de um contexto religioso ou a partir de interpretações científicas, esteve durante muito tempo, ligado à expansão não apenas num ideal de solidariedade, mas à expansão de algumas formas de medo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, F., & Vainfas, R. *Domínios da História*. São Paulo: Campus.1997.
- CARDOSO, F., & Vainfas, R.. *Novos Domínios da História*. São Paulo: Elsevier. 2011.
- DELUMEAU, J. *História do Medo no Ocidente 1300-1800: Uma cidade sitiada*. (M. L. Machado, Trad.) São Paulo: Companhia das Letras.2002
- ELIADE, M. *O Sagrado e o Profano: A natureza da Religião*.(R. Fernandes, Trad.) São Paulo - SP: Martins Fontes.1992.
- HARARI, Y. N. *Sapiens - Uma breve história da humanidade*.(J. Marcoantonio, Trad.) Porto Alegre, RS: L&PM.2018.
- KRAMER, HEINRICH, & SPRENGER. *O martelo das Bruxas: São Paulo: Rosa dos Ventos*.2007

HISTÓRIA

Como citar: RIGO, José Nilton. *A Imigração Italiana para o Rio de Janeiro no final do século XIX* In: Revista Digital Simonsen, Nº 11, novembro, 2019. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN: 2446-5941.

A IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O RIO DE JANEIRO NO FINAL DO SÉCULO XIX

*Por: José Nilton Rigo*¹¹⁰

¹¹⁰ Pós-graduado em História do Rio de Janeiro pelas Faculdades Integradas Simonsen. E-mail: pastorrigo@outlook.com

RESUMO: Este artigo tem como objetivo pesquisar a imigração italiana urbana, na cidade do Rio de Janeiro, no século XIX. A imigração é um tema que se destaca na historiografia brasileira. Em geral, os pesquisadores costumam inserir os imigrantes no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre e/ou assalariado, por um lado, e no ideário de branqueamento do “povo” brasileiro, de outro. Tendo em vista as discussões suscitadas por este tema, propõe-se analisar o movimento de italianos em direção ao Brasil, ao longo do período de 1880 a 1900, buscando esclarecer os motivos que levaram a sua saída do país, de sua comunidade e como se deu sua chegada ao Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Imigrantes; Italianos; Rio de Janeiro.

ABSTRACT: This article aims to investigate urban Italian immigration in the city of Rio de Janeiro in the nineteenth century. Immigration is a theme that stands out in Brazilian historiography. In general, researchers often include immigrants in the process of transition from slave labor to free and / or wage labor, on the one hand, and the idea of bleaching the Brazilian “people” on the other. In view of the discussions raised on this subject, it is proposed to analyze the movement of Italians towards Brazil, during the period from 1880 to 1900, seeking to clarify the reasons that led to their departure from the country, its community and how arrived in Rio de Janeiro.

Keywords: Immigrants; Italians; Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar dados sobre a imigração italiana para a área urbana da cidade do Rio de Janeiro no século XIX.

Os acontecimentos migratórios têm uma irrefragável importância para se abranger a formação das sociedades modernas, já que, desde as épocas mais distantes até os dias contemporâneos foram registrados os deslocamentos humanos. Em relação à Itália, destacamos que as migrações dos povos da península foram promovidas por sua posição geográfica.

De todos os destinos de imigrantes italianos durante o período de migração em massa, nenhum país conquistou mais o imaginário italiano do que o Brasil. As percepções italianas sobre o Brasil flutuaram dramaticamente ao longo do tempo, inspirando debate vivo entre os italianos a favor e contra migração para o Brasil. Para alguns, uma vasta terra do futuro prometendo riqueza e prosperidade, para os outros uma selvageria atrasada gerida por fazendeiros cruéis que tratavam os italianos como faziam os escravos do passado.

Ao realizar este artigo, procuramos contribuir para o conhecimento da história da emigração italiana, tornando mais próximas, histórias de “carne e osso”, de gente que encarou as dificuldades enfrentadas na Itália e teve, por força das circunstâncias, que partir para uma aventura em nova terra.

A PARTIDA: O MOMENTO SOCIOECONÔMICO ITALIANO

Durante uma noite do mês de março de 1889, emigrantes italianos percorriam uma pequena ponte que ligava a terra ao navio. Neste, mulheres carregavam crianças no colo e sacos sobre a cabeça, além do passaporte que deveria ser apresentado ao delegado de polícia, por todos os passageiros, depois de passar noites nas estradas de Gênova, dormindo como cães pelas ruas, cansadas. As pobres mães que tinham uma criança na mão aguentavam suas trouxas nos dentes, enquanto carregavam velhos tamancos e levantavam suas saias para não tropeçar. Outros carregavam os calçados pendurados no pescoço. Muitos tinham medo de serem enganados. Em meio à miséria, passava de vez em quando uma senhora vestida elegantemente, mas também padres e outros senhores, conforme narra Rosely dos Santos (1999).

No interior do navio as condições eram precárias. Uma mulher soluçava sem parar, pois sua filha havia morrido horas antes, ficando seu corpo com os agentes de saúde. Enquanto as mulheres iam para as suas acomodações, os homens aguardavam com esperança chegar a nova terra, enquanto um velho fazia gestos rudes com os braços e, aos gritos, falava “Viva a Itália!”, em tom irônico. Na hora da partida, as luzes do anfiteatro de Gênova brilhavam, poucos falavam, as mulheres choravam e os homens passavam as mãos no rosto... Era hora de iniciar uma nova história (SANTOS, 1999; *LA GAZZETA DI MANTOVA*, 13/03/1889, p. 1).

Por que famílias e comunidades inteiras foram capazes de deixar tudo para migrar rumo a uma terra desconhecida?

Em primeiro lugar, os italianos já tinham uma história de emigração sazonal, ou temporária, partindo os homens, principalmente daqueles lugares onde o inverno era rigoroso, para trabalhar em outras regiões, em busca de dinheiro para sustentar suas famílias. Muitos, ao retornar, traziam hábitos estranhos na visão da Igreja Católica.

Os emigrantes temporários eram mal vistos, tanto pela comunidade da qual participavam, quanto pelos moradores dos locais para onde iam trabalhar, pois, em geral, eram pouco instruídos quanto às técnicas de cultivo da terra. Muitos desconheciam a engorda dos animais no estábulo e o valor dos adubos.

Já a opinião pública, particularmente da burguesia dos clérigos, variava. Muitos admitiam que realmente era inegável que a emigração temporária era uma fonte segura de ganho. No entanto, havia certo desconforto moral e social (FRANZINA, 2006).

A queda no preço do trigo, no mercado internacional, prejudicou a economia italiana, particularmente os pequenos proprietários e pequenos arrendatários que não tinham força no mercado, pois não tendo como competir com os grandes produtores, ficaram ainda mais fragilizados (FRANZINA, 2006).

No ano de 1888, um jornal liberal fez declarações que nos ajudam a entender a grande emigração. Foram feitas referências aos impostos abusivos, à ferocidade dos agentes que cobravam taxas de 30 e 40% da renda líquida, sem contar a cobrança feita sobre casas simples dos camponeses. Muitos pobres não aguentaram pagar pesados impostos. Venderam tudo o que tinha e emigraram, estimulados pelos panfletos que

anunciavam que o melhor a fazer era pegar o caminho para Gênova, para, em seguida, embarcar para o Brasil (*LA GAZZETTA DI TREVISO*, 19 e 20/01/1888, p. 1).

Se hoje em dia moradores em condição de rua incomodam a sociedade, imagina a situação dos italianos no século XIX, expulsos da “pátria” que deveria protegê-los? (SANTOS, 1999).

Cada vez que morria um animal, três ou quatro camponeses tinham ordem para enterrá-lo. Na presença do oficial de Justiça do Município, esses se afastavam, vindo pessoas famintas tirar o boi ou a vaca do buraco. Partindo o animal, levavam-no para casa e o comiam, sem nenhuma preocupação com doenças (SANTOS, 1999). Sobre isso, o *L'Eco di Bergamo* conta um caso envolvendo uma senhora e dois homens que chegaram a disputar a cabeça de uma vaca morta (25/12/1890, p. 1), o que demonstra o grau de pobreza que existia na Itália neste período.

Ninguém sai com sua família de sua pátria sem motivo. Cabe a pergunta: Por que migraram os italianos?

A ascensão do capitalismo no século XIX promoveu melhorias no sistema de transporte, viabilizadas pela construção de ferrovias e de navios a vapor mais rápidos, cuja capacidade de transportar pessoas era maior. O mesmo processo permitiu o estabelecimento de um controle da mortalidade, ao passo em que a dinâmica capitalista estabelecia a indústria, a qual possuía maior capacidade de produção de alimentos e manufaturados mais baratos, o que arruinava milhões de pequenos agricultores e artesãos. O crescimento rápido da população tornava a questão ainda mais difícil. Uma massa de trabalhadores, visto que as famílias eram numerosas, não tinham condições de ganhar a vida, lhe restando a morte ou a emigração (BERTONHA, 2010).

Os Conselhos Estaduais passaram a liberar para os municípios os impostos adicionais, além daqueles que já existiam. Houve um acréscimo de 679% sobre vários serviços, como sobre a gleba, o imposto de renda, o imposto fundiário etc. O município de Civezzano, em 1881, obteve permissão de cobrar um adicional de 400% (AMC; Atos Adm. 1880, envelope 206). É bom observar que se tratava de impostos suplementares, somando-se aos exigidos pelo Estado. Essas leis passaram a vigorar em todos os municípios, visto que alguns anos antes os mesmos estavam com pouco em caixa. Com o desespero diante do problema, acabaram apertando os trabalhadores pobres, que já

não tinham de onde tirar mais dinheiro. Segundo as autoridades, isso era necessário devido aos desastres naturais, como enchentes (GROSSELLI, 2008).

Um jornal católico trazia o seguinte comentário: “Por dívidas correntes de família ou de sociedades, tiveram início os leilões de imóveis” (*LA VOCE CATTOLICA*, 15/05/1875). Esses leilões, em parte devido à desvalorização da terra, agravada por muitos tributos que incidiam sobre a sociedade, como os cobrados pelos municípios e Estado, levaram, por exemplo, à desapropriação todos os imóveis à baixo preço. Muitas eram as famílias que viviam da sua propriedade e, de repente, viram-se sem nada, descendo aos níveis mais baixos de miséria. Em 1880, passou-se a exigir do contribuinte imposto sobre a propriedade de imóveis, esmagando os trabalhadores. O Judiciário era considerado culpado, segundo o camponês, pois leiloava terras e casas, sempre com preços baixos. Com essas medidas, metade dos imóveis havia mudado de proprietário. Infelizmente, a maior parte dos pequenos proprietários não tinha escolha, sendo obrigados a venderem suas terras (GROSSELLI, 2008).

Os miseráveis escreviam cartas às prefeituras pedindo dinheiro para alimentos e outros itens de primeira necessidade. Alguns tentavam trabalhar na França, na Áustria, ou na Suíça, visto que perambular pelo território italiano podia levar a sua prisão. Ficar andando de um lado para o outro rendia o título de vagabundo, aos olhos da elite e das autoridades. Como as famílias eram grandes e a miséria batia as suas portas, foram criados arquivos nas prefeituras, onde aquelas eram chamadas de “pobres”.

Para agravar ainda mais a situação, foi criado um imposto para aqueles que se casavam. Estes deviam comprovar que tinham meios para manter uma família. Desta forma, furtos e ações de “vandalismo” tornaram-se frequentes (GROSSELLI, 2008).

Filhos eram abandonados nas escadarias das prefeituras. Posteriormente, enquanto as famílias escreviam ao prefeito pedindo que alimentasse as crianças, estavam à procura de trabalho. Era uma alternativa encontrada a fim de evitar a mortalidade infantil muito alta na época. Os camponeses escreviam ao prefeito de Civezzano, por exemplo, pedindo dinheiro para comprar roupas e um par de botas, pois estavam molambentos (GROSSELLI, 2008).

Quais os motivos para que camponeses, em situação precária, não se rebelassem? A resposta a essa pergunta está vinculada à uma profunda religiosidade.

Acreditavam que alguém no plano superior iria auxiliá-los, tirando-os do estado de sofrimento, acreditando que tudo tinha o seu tempo, porque o Pai Eterno tudo conhecia. Portanto, a Igreja exercia o papel de acalmar os ânimos dos que tanto sofriam o que levava à ideia de que os “famintos” italianos eram pacíficos, visto que Cristo sofreu muito mais (GROSSELLI, 2008). Diante de tal quadro de miséria, as autoridades outorgaram a lei de emigração. Esta foi sancionada em 30 de dezembro de 1888 e regulamentada em 10 de janeiro de 1889, permitindo a liberdade para emigrar e reconhecendo oficialmente a função dos agentes de emigração, que buscavam convencer a população a ir embora para uma terra que oferecesse trabalho e comida. Os agentes tinham total liberdade para persuadir os trabalhadores a irem para o Porto de Gênova (IOTTI, 2010).

A lei dizia que o Estado italiano tinha a tarefa de tutelar os imigrantes, antes mesmo de sua partida e também durante a viagem. Depois disso, tal responsabilidade era passada ao Ministério dos Negócios Exteriores, através de oficiais. A lei de emigração foi considerada de cunho liberal, agradando os transportadores, que até 1901 gozavam de liberdade quase absoluta para recrutar, atendendo até mesmo os governos estrangeiros (IOTTI, 2010).

Daí em diante houve uma mudança significativa na atitude do Estado italiano em relação ao processo emigratório, pois a emigração passou a ser vista como comércio. A emigração, junto à abertura de mercado para os produtos industrializados, parecia ser a única maneira de competir com a Inglaterra e a França, as quais tinham criado mercados consumidores quase cativos, além de manter suas respectivas colônias (FRANZINA, 2006).

A emigração passou a ser encarada como meio para conseguir divisas, manter vivo o sentimento italiano pelo mundo através da educação e ampliar os meios de trocas comerciais.

Assim, a emigração deixará de ser um problema para se tornar fonte de produção de riqueza e influência. Os embaixadores italianos passam a ter comportamentos diferentes em relação à emigração, procurando, em toda caso, tirar proveito da mesma. Naturalmente, os emigrantes deixavam de ser vistos com indiferença e passavam a ser encarados como uma solução para as dificuldades econômicas que o país estava

atravessando. Com isso, os pobres camponeses saíam da Itália com apoio do Estado, mas continuavam sendo explorados (IOTTI, 2010).

A circular de número 2, de 14 de novembro de 1887, solicitava que os representantes diplomáticos celebrassem, com as colônias de emigrados, as datas comemorativas italianas, como a festa do Estatuto, o aniversário da libertação de Roma, do rei e da rainha. O objetivo era manter os emigrantes ligados à Itália, conservando-se os vínculos da italianidade, ou criando outros (Roma, circolare n° 2, de 14 de novembro de 1887, Museu do Emigrante).

Tais festas ainda existem. Por exemplo, no Espírito Santo, além de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo etc.

A emigração não passou despercebida aos olhos dos poetas, a exemplo de Barbaroni. Cânticos comuns entre a massa faminta e desprezada ultrapassaram as fronteiras italianas, tasi como: “*Quaranto gionni di nave a vapore* (Quarenta dias de barco a vapor); *Giovanotta, bel giovanotta do quale parte vorrerti andare* (Jovenzinho, belo jovenzinho, para onde você gostaria de ir); *Quando soro in America* (Quando estiver na América)”, só para citar os cânticos mais famosos (FRANZINA, 2006, p. 319).

Nos arquivos públicos italianos, podemos ler os jornais da época, como o *Il Papolo Trentino*, (1888-1891) e o *Il Raccoglitore* (1875-1877), e notar os enganos e malogros pelos quais passavam os emigrantes. Esses jornais faziam críticas às atitudes do Estado em relação aos pobres camponeses.

Além dos problemas narrados, citamos a pelagra. A introdução do milho na Europa provocou uma revolução nos hábitos alimentares dos camponeses da Itália, principalmente no Norte. Por sua alta rentabilidade e produtividade, o milho caiu no gosto das classes mais pobres. Com a farinha de milho faziam polenta, que, para as pessoas mais humildes, era o único alimento diário. Faziam também bolo e farofa, entre outros alimentos, mas embora a farinha desse cereal fosse muito gostosa não satisfazia todas as necessidades de uma dieta alimentar. Dessa forma, o uso exclusivo do milho

levou os camponeses a contraírem uma doença conhecida como pelagra¹¹¹ (*IL PELLAGROSO*, nº 3, 11/01/1885).

A pelagra tomou conta do meio rural, atingindo, sobretudo, os mais humildes, que tinham uma dieta alimentar escassa. A imprensa, por sua vez, passou a criticar os ricos e os governantes pela situação.¹¹² Dizia-se, à época, que “a pelagra é filha da miséria” e que sua difusão contribuiu para aumentar o número daqueles que ocupavam os manicômios e cemitérios (*LA GAZZETTA DI TREVISO*, 21/07/1891).

Nas seções de notícias dos periódicos, era comum ler relatos como: um pelagroso que tirou a própria vida, pulando da ponte, saltando sobre o trilho do trem, saltando da torre... Os pelagrosos eram impedidos de viajar, com isso não podiam emigrar com a família. A fiscalização sanitária, no porto de Gênova, inspecionava severamente cada emigrante (*LA GAZZETTA DI TREVISO*, 13-14/07/1888, p. 1; *L'ECO DI BERGAMO*, 28/02/1895).

A doença tornou-se um mal rural que castigou, principalmente, os pobres, que tinham muito a trabalhar e pouco a comer (FRANZINA, 2006). Ora, se o povo já estava vivendo um tormento social, o mínimo que se poderia esperar de seus líderes religiosos era a oferta de algum conforto, uma palavra para atravessar aquela situação que parecia não acabar, mas, pelo contrário, alguns discursos levavam esses miseráveis, inclusive, a sentir culpa.

Durante séculos os bispos desempenharam papel de líder político, além de espiritual. Por sua vez, por centenas de anos a população camponesa teve toda sua história em torno da Igreja católica. A moral camponesa tinha identificação com a religião católica. Os intelectuais orgânicos da classe camponesa eram os sacerdotes, principalmente os que conviviam nos campos. Os líderes religiosos iam a diferentes locais, no campo e na cidade. A paróquia era o lugar onde tinham domínio e controle. Estavam presentes nos principais acontecimentos, como o batismo, a primeira comunhão, o matrimônio, o sepultamento; guiavam as práticas devocionais, e, através da confissão, passavam a ser senhores absolutos das consciências (GROSSELLI, 2008; ADT: Catálogo do clero da diocese de Trento. Q Antonelli: Fede e Lavoro: ideologia e

¹¹¹ Segundo o Dicionário de Língua Portuguesa, a pelagra se define como uma “avitaminose caracterizada por eritema das partes descobertas, seguindo de graves alterações na membrana mucosa do canal digestivo, o que sucedem fortes reações psíquicas e a morte” (1977, p. 1304).

¹¹² Cf. *La Gazzetta Di Treviso*, 24/03/1885, p. 2.

linguaggio di um universo simbólico. 1886. Stampa Cattolica trentino tra 800 e 900, Trento 1981, p. 28).

Tratava-se de uma época em que a religião exercia um grande papel, principalmente no meio rural. Por outro lado, parecia não haver por parte da Igreja católica interesse no problema emigratório. Os fenômenos naturais, como enchentes, seca, vendavais, granizo, etc., eram vistos pela liderança católica como punição divina caída sobre a sociedade italiana, corrompida pelo materialismo e pela falta de religiosidade. Uma preocupação demonstrada pelos católicos era exorcizar a emigração, mas também conter a difusão do socialismo e do comunismo, doutrinas consideradas “destruidoras” e “desagregadoras” da ordem religiosa (FRANZINA, 2006).

A Igreja católica, sempre preocupada com os bons costumes e a moral de seus fiéis, tratou rapidamente de indicar os hábitos nefastos dos camponeses. No jornal *La Voce*, dizia-se que a miséria era causada pelo abuso do vinho e os vícios em jogos de cartas entre a população mais pobre, humilde.

No ano de 1893, quando a emigração era algo corriqueiro, o *La Voce*, continuava insistindo na denúncia. Relato aqui a edição de 25/01/1893, com seu título “Emigração para a América”, dizendo: “neste século o camponês está conseguindo progresso, com mania de querer sair a qualquer custo de sua condição, o que é uma desordem, isso levará consequências funestas para toda a sociedade”. Porém, anos antes já se criticava o comportamento dos camponeses, argumentando-se que:

“Este querer ser maior do que é, este querer concorrer com os nobres, como está virando moda entre o nosso povo, vejam querem vestir como os ricos, dar passos maiores que as pernas, levando suas famílias a ter gastos exorbitantes. Estão querendo seguir os passos dos pequenos burgueses, já esfarrapados do bom comércio, para conseguir sem objetivos esses pobres acabam abandonando seu próprio lugar para ir ganhar a vida na América” (*LA VOCE CATTOLICA*, 31/03/1877).

A Igreja não sabia mais o que fazer com essa gente tão sofrida, que queria, como os outros, melhores oportunidades. Você consegue imaginar uma casa cheia de filhos querendo comida? Algo precisava ser feito. Na verdade, a Igreja estava aflita, pois perdia as rédeas do domínio que havia mantido por séculos. No entanto, a Igreja não perdeu todo o controle sobre seus fiéis que se encontravam fora da Itália, como veremos a seguir (SANTOS, 1999).

Apesar dos agentes de emigração estabelecidos nas praças e da propaganda que buscava mostrar as “maravilhas da América e do Brasil”, os párocos também gozavam de grande confiança entre os camponeses, pois eram a voz oficial da “Madre Igreja”. Suas palavras mereciam todo crédito pelo fato de serem vistos como conselheiros e juízes por este grupo social.

Se a propaganda dos agentes era “fantasiosa”, no caso dos padres que foram para o Brasil, suas cartas foram para os jornais, principalmente o *La Voce Cattolica*, transparecendo uma extraordinária admiração pela terra brasileira, levando à manutenção da ideia de que a terra brasileira era lugar de comida e terras fartas.

No jornal *La Voce Cattolica* é relatada a história do padre Dom Bartolomeu Tiecher, um dos primeiros a sair com um grupo, inclusive acompanhado de sua família, para se estabelecer no Rio Grande do Sul. Suas cartas eram animadoras, contando as possibilidades de ganhos e de trabalho ali encontradas. O Brasil era um lugar para fazer fortunas, mas era preciso, segundo o padre, cuidado para não ser enganado. Tiecher relatava o litoral brasileiro com tom poético. (SANTOS, 1999).

Pronto, a saída estava pintada com cores mais nítidas e os padres ajudavam a diminuir a insegurança, mas bastava atravessar o Atlântico para se encontrar a realidade.

A CHEGADA: O MOMENTO POLÍTICO E ECONÔMICO DO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XIX

A partir da segunda metade do século XIX, é clara a aproximação entre a elite política e grandes proprietários visando a elaboração de um projeto político no Brasil, cuja finalidade era sobrevalorizar a terra e aumentar o controle do Estado sobre a propriedade. Havia muita terra devoluta que passava a ser mercadoria nas mãos da elite proprietária, de modo que o imigrante não poderia, ao chegar, ter acesso facilitado a sua posse. (KLUG, 2009)

Neste tempo, pode-se afirmar que os italianos eram bem-vindos ao Brasil, tanto pela necessidade de braços para o trabalho na produção de café, como para atender a uma preocupação racista da elite brasileira, o branqueamento da população. Reafirmava-se o ideal de um Brasil branco e europeu, que necessitava eliminar a população negra, sinônimo de atraso e de futuro incerto. Planejava-se o desaparecimento de negros e índios conforme avançasse a miscigenação com o

elemento “branco”. O homem branco contribuiria para a construção do Brasil enquanto força de trabalho, sim, mas também enquanto elemento fundador de uma nova civilização (SKIDMORE, 2012).

Assim, a política de imigração imperial tinha como objetivo principal atrair estrangeiros (europeus, basicamente) para servir de mão-de-obra na lavoura cafeeicultora. O imigrante mais desejado era o agricultor, colono e artesão que aceitasse viver em colônias. O governo imperial subvencionava a formação de núcleos coloniais de agricultores em terras devolutas, como ocorreu no Sul do Brasil. Porém, com a chegada de grande quantidade de europeus, a subvenção passou a ser feita também pelos governos das províncias e por proprietários de terras ligados ao café, deixando de ser exclusiva do governo central. Algumas companhias internacionais de imigração passaram a atuar nesse ramo, recrutando, transportando, instalando os imigrantes, isso mediante a vigência da Lei de Terras (1850) que regulamentando o acesso à terra, impunha sérios obstáculos a posse por parte dos imigrantes, conforme argumenta a socióloga Oliveira (2002).

Existiam algumas dificuldades para atrair os imigrantes a serem assentados nas terras devolutas: a existência do latifúndio, que controlava grandes extensões de terras, a vigência da escravidão e a associação entre vida civil e religião, que no caso da Igreja Católica procurava impedir a vinda de protestantes dentre os adeptos de outras denominações religiosas. Essas limitações faziam crer que o modelo norte-americano da pequena propriedade, que na época fazia sucesso, fosse o mais apropriado para povoar as terras brasileiras (OLIVEIRA, 2002).

No Rio de Janeiro, funcionou a Sociedade Central de Imigração, entre 1883 e 1891, cuja finalidade era trazer trabalhadores para a pequena propriedade, visando transformar o país latifundiário-monocultor em uma sociedade de culturas múltiplas e de pequenas propriedades. A Sociedade Paulista, por sua vez, tinha a finalidade de trazer braços para a lavoura de café, e assim conseguiu recrutar em média 120 mil italianos até 1896. Lembrando que a subvenção deixou de ser exclusiva do governo imperial. Essas associações contavam com agentes a serviço delas em várias cidades europeias, os mesmos faziam propaganda do Brasil como terra de grandes oportunidades. Recebendo uma porcentagem por cada pessoa que embarcava, esse

peçoal seduzia aqueles que viviam com poucas alternativas, embarcando em um sonho que muitas vezes acabava se tornando um pesadelo (OLIVEIRA, 2002).

Adair da Cruz Paiva e Soraya Moura (2008) relatam que os cafeicultores foram capazes de pressionar o governo de São Paulo para que este arcasse totalmente com a passagem dos imigrantes, visto o poder que tinham, mais tarde a preeminência desta classe social deu origem à expressão da política do “café com leite”, muito conhecida na historiografia.

Sendo a imigração em certo período controlada pela iniciativa privada, os italianos chegavam nas hospedarias, passavam por exames e muitas vezes chegavam doentes. Grupos eram separados para receber cuidados, depois, sob os olhares dos proprietários, eram levados para as fazendas. Desse modo, a mão-de-obra italiana foi acrescentada ao contingente de trabalhadores escravos.

A recepção ao imigrante nem sempre foi comemorada por conta da questão racial, pois sobre eles pesava muita desconfiança, já que, para muitos brasileiros, um homem que abandonou sua pátria de nascimento, não pensaria duas vezes em perturbar sua pátria adotiva. Após a proclamação da República (1889), o governo decretou por serem considerados brasileiros todos os estrangeiros aqui residentes e todos os que tivessem residência no país por dois anos ou mais. A Constituição de 1891 garantia a nacionalidade automática a qualquer estrangeiro que vivesse no Brasil, caso o mesmo não fosse contrário. A mesma Constituição passou o domínio de terras devolutas para os Estados e em 1894 os serviços de imigração passaram ao domínio da ação Estadual (OLIVEIRA, 2002).

Ao chegarem à hospedaria os imigrantes eram recebidos com direito a controle médico-sanitário, registro e direcionamento para o trabalho, o que significava deslocar-se para alguma fazenda de café, geralmente. Quanto aos serviços médicos, vale destacar os serviços de higiene, como banho, desinfecção, troca de roupas, inspeção médica etc.. O tempo de permanência no local durava cerca de dois dias. Após estes procedimentos, os imigrantes eram vacinados, depois de devidamente registrados, recebiam um cartão que lhes dava acesso às refeições. Era feito uma chamada, com nome, idade, profissão, parentesco e constituição de família, o que se chamava *Certidão de Imigração*, conforme o documento abaixo:

Sobre a vida social e o trabalho: os imigrantes não eram escravos, mas muitas vezes foram tratados como tais. Parte dos italianos “embranqueceu” por manter-se distante dos negros e também dos indígenas, fecharam-se em casamentos endogâmicos¹¹³ ou casaram-se com filhas brancas de brasileiros, outra parte preferiu fazer o contrário, casando-se com uma pessoa não branca e assim não atendeu às expectativas da elite brasileira. Pode-se afirmar que as opções dos italianos quanto a atender ou não a política do governo brasileiro em relação ao branqueamento pautou-se pela diversidade, mas era sabido que, de acordo com a escolha realizada, não gozariam de certas vantagens oferecidas pelo Estado brasileiro. Tornar-se “branco” era de suma importância para subir na escala social para quem estava chegando. (LESSER, 2015).

Ao chegar ao Rio de Janeiro, de acordo com Avella (2010), os imigrantes italianos desembarcavam na Baía de Guanabara e eram conduzidos para a Ilha das Flores onde cumpriam a quarentena. Lembre-se que uma das características do período foi a alta mortalidade causada pela febre amarela, a varíola, a cólera, a tuberculose e outras epidemias, o que justificava a medida.

Bertonha (2014) comenta que ao oposto do que aconteceu nas demais cidades brasileiras, no Rio de Janeiro esses imigrantes eram em sua maioria, urbanos. Ao desembarcarem na cidade, constatava-se que os italianos não vinham diretamente da Itália, mas de outras cidades brasileiras, fascinados pelas oportunidades de emprego. Eles falavam dialetos caracterizados, eram empreendedores e com foco na família. Durante o começo do século XIX eles trabalhavam como vendedores ambulantes, mas apesar disso, existiam muitos alfaiates, sapateiros, barbeiros, pedreiros, garçons e carpinteiros. Destaca-se ainda que grande parte das bancas e distribuidoras de jornais da cidade ainda pertence aos italianos e a seus familiares, hoje.

Algumas trajetórias nos ajudam a conhecer mais de perto esses homens. Cappelli (2013) conta que viveu na cidade do Rio de Janeiro, certo Antonio Jannuzzi, calabrês de Fuscaldo, grande construtor que trabalhou na cidade por pelo menos cinquenta anos, entre o final do século XIX e início do XX. Sua contribuição para a modernização urbana foi notável, especialmente com a abertura da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, além da construção de casas populares para os trabalhadores.

¹¹³ Mantendo a cultura italiana mais fechada em si mesma.

Ainda de acordo com Cappelli (2013) o italiano Felinto Santoro tinha graduação em Engenharia na Real Academia de Nápoles, começou sua profissão na cidade do Rio de Janeiro, no final do século XIX, como engenheiro-chefe da Companhia Evoanes Fluminense, que era uma grande construtora que pertencia aos irmãos Januzzi, compatriotas do parágrafo anterior. No governo do então Presidente Floriano Peixoto (1891-1894), Santoro realizou vários projetos, dentre eles, a nova estação central de estradas de ferro.

É difícil ter uma data exata para o início da imigração italiana para o Rio de Janeiro, contudo, existem sinais de que, dentre os escassos italianos presentes no Brasil antes de 1880, parte considerável estava na cidade, com vistas ao processo de urbanização em meados do século XIX. Após 1880, vários italianos chegaram ao Rio de Janeiro. De acordo com os censos, os números de italianos vivendo no Rio de Janeiro são: de 20 mil no ano de 1895 para 30 mil em 1901 e 35 mil em 1910. Grande parte dos italianos era de meridionais, tornando esta imigração diferenciada da gaúcha e paulista. (BERTONHA, 2014)

Antes da Primeira Guerra Mundial, os italianos tinham grande participação no comércio ambulante, monopolizando esse segmento. Eram vendedores de animais, legumes, vassouras, tecidos, jornais, dentre outros. No ano de 1874, as autoridades italianas ratificavam que o comércio ambulante era a principal atividade realizada pelos imigrantes italianos no Rio de Janeiro. Weyrauch (2009) enfatiza que os meridionais que emigraram para os Estados Unidos, também se conduziram para a área urbana, especialmente para trabalhar como vendedores ambulantes ou nas fábricas.

A participação dos italianos no contexto cultural e artístico da cidade e de sua transformação arquitetônica corroborou para um novo olhar sobre a imigração. Segundo Carmo (2011), de 1870 a 1920, o Rio de Janeiro sofreu uma grande modificação não somente pela transformação de Capital Imperial em Distrito Federal, mas, sobretudo, através de políticas públicas que procuravam copiar o padrão arquitetônico Europeu, abrindo frentes de trabalho para o imigrante. Por conta disso, as consecutivas reformas urbanas de Barata Ribeiro (1843-1910), Paulo de Frontin (1860-1933), Pereira Passos (1836-1913) e Carlos Sampaio (1861-1930), passando pela emblemática derrubada do Morro do Castelo (1921-1922), transformaram a cidade, sendo a participação dos italianos, notável.

Logicamente que esta história tem dois lados, o embelezamento se deu à custa de grande especulação imobiliária, de uma política segregadora do espaço urbano, tendo em vista a violenta exclusão dos mais pobres e menos brancos das regiões centrais para as mais afastadas do Rio de Janeiro, como a zona norte e zona oeste que se desenvolvia a margem das linhas férreas. Bertonha (2014) relembra que neste período – início da República – a reurbanização da cidade desarticulou, também, imigrantes pobres que viviam nas regiões centrais para Campo Grande, Irajá, Andaraí, Inhaúma, Guaratiba e Santa Cruz.

Camargo (2011) ratifica que os italianos, em grande parte sujeitos humildes, sofreram com tais políticas, mas é importante ressaltar que seria complexo delimitar a heterogeneidade do grupo de imigrantes ancorados no Brasil, especialmente na cidade do Rio de Janeiro. Nem todos os italianos que emigraram para a cidade eram miseráveis ou pobres. Alguns deles eram abastados e na capital, realizaram volumosos investimentos, conjecturando a ausência de oportunidades que existia na Itália para a classe média.

Weyrauch (2009) assinala a existência de diferentes artistas, dentre eles a cantora Adelaide Ristori e vários profissionais liberais, como médicos, joalheiros e proprietários de companhias de navegação de transporte de imigrantes no final do século XIX. Ainda segundo Weyrauch (idem), na metade do século, vários italianos encontravam-se achegados à corte imperial, convivendo com a aristocracia local, já que a própria imperatriz Tereza Cristina, era de Nápoles, e apoiava a Società Italiana di Beneficenza e Mutuo Socorro, criada em 1854.

QUANTOS?

No final do século XIX, um grande quantitativo de estrangeiros desembarcava no porto do Rio de Janeiro: portugueses, japoneses, italianos, espanhóis, judeus etc. que chegaram ao Brasil em busca do sonho de “Fazer a América” (WEYRAUCH, 2009). Segundo Carmo:

“De acordo com as listagens de vapores disponíveis *online* à consulta no Arquivo Nacional 8, de 1880 a 1930, passaram pelo porto do Rio de Janeiro 74.460 italianos, o que não quer dizer que os mesmos tenham aqui se estabelecido. Muitos aportavam no Rio de Janeiro apenas como cidade de passagem, com destino final a São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia etc. Ademais, um número expressivo vinha de portos não localizados na Itália. Localizamos italianos tendo como porto de embarque cidades como Nova Iorque, Liverpool, Havre,

Marselha, Bordeaux, Hamburgo, Buenos Aires, Rio da Prata e Montevideu.” (2012, p. 49)

Os italianos lideram vários números da imigração para o Brasil no século XIX, foram 42% do total dos imigrantes que entraram no Brasil entre 1870 e 1920, ou seja, em 3,3 milhões pessoas, os italianos somam cerca de 1,4 milhões. Por isso, no Censo de 1906 temos a emblemática frase de Bertillon:

Ao Rio de Janeiro, assim como a outras cidades cuja população é em parte formada pela absorção de grandes massas de imigrantes, poder-se-hia aplicar a espirituosa phrase que Bertillon applicou aos Estados Unidos: “Um paiz que recebe homens já feitos não precisa fazel-os”. (RECENSEAMENTO de 1906: 159)

A Tabela 1 ilustra o percentual de estrangeiros e italianos na cidade do Rio de Janeiro (1871-1920), sendo dados do Portal do IBGE, e o crescimento do número de italianos na cidade, especialmente no ano de 1906.

Tabela 1: % de italianos e estrangeiros na cidade do Rio de Janeiro

Ano	Estrangeiros	Italianos	% entre os habitantes	% entre os estrangeiros
1872	84.279	1.738	0,65%	2,06%
1906	190.514	25.557	3,15%	13,41%
1920	239.131	21.929	1,89%	9,17%

Fonte: adaptado, Memória IBGE.

Desse modo, observa-se que existia, na cidade do Rio, uma abundante presença de italianos. Destaca-se ainda que alguns italianos foram responsáveis pelo processo migratório de outros italianos, dentre eles, como já dito acima, o arquiteto Antonio Jannuzzi.

Os dados do IBGE demonstram um imenso crescimento dos italianos na cidade do Rio de Janeiro entre 1872 e 1906, oferta que se manteve no tempo até 1920, o que comprova a grande presença de italianos na cidade entre fins do século XIX e início do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a bibliografia dedicada à emigração/imigração italiana pudemos chegar à algumas conclusões: ela não surgiu como um movimento voluntário, pelo contrário, foi forçada pelas circunstâncias como a extrema pobreza e a indiferença do Estado. O italiano que deixou para trás sua comunidade, sua terra natal e até sua família, viveu momentos dramáticos, muitos viram seus filhos passarem fome, não tinham o que vestir e buscaram o Brasil como um meio de sobreviver.

A propaganda realizada por agentes da emigração ajudou a criar o mito de “fazer a América”, por conta da possibilidade de conseguir trabalho no Brasil e pela política de branqueamento e de acesso a mão de obra em um país que, de forma emancipacionista, se preparava politicamente para por fim a escravidão.

Parte da historiografia dá ênfase excessiva ao objetivo de substituir a mão-de-obra escrava pelo trabalhador livre apenas pela questão econômica, porém, esse movimento teve também motivações racistas, pois estava entre as pretensões da elite e de intelectuais brasileiros, empreender o branqueamento do povo por meio da miscigenação. Esse objetivo seria alcançado com a crescente atração de imigrantes brancos e europeus, que deviam, acreditava-se, ao se relacionarem com pessoas da “raça” negra, fazer com que seus traços, como a cor da pele e costumes fossem diluídos ou exterminados por “comportamentos brancos”. Assim, seria possível tornar o Brasil uma nação “civilizada”, livre da “mancha da escravidão”.

Quanto à imigração italiana para o Rio de Janeiro, o destaque fica por conta de sua presença na vida urbana da cidade. Na época que envolve este artigo, a capital despontava como principal centro urbano brasileiro, e ofertava um campo muito grande de trabalho para o imigrante como indústria, comércio, serviços e atividades portuárias. Assim, pode-se afirmar que o italiano ajudou a fazer a América, a fazer o Brasil e a construir o Rio de Janeiro deixando para sempre sua cultura que pode ser hoje vista em diversos locais do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARQUIVO NACIONAL. Disponível em: <[http:// www.arquivonacional.gov.br/br](http://www.arquivonacional.gov.br/br)>. Acesso em: 2 de março de 2019.
- AVELLA, Aniello Angelo. Brasil, Portugal e Itália. Figuras e Momentos de uma Nova Geografia Cultural. Geo UERJ - Ano 12, nº. 21, v. 2, p. xx-xx 2º semestre de 2010
- CAPPELLI, Vittorio. Belle Époque italiana no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Eduff, 2013.
- CARMO, Maria Izabel Mazini do. **Imigração Italiana na Cidade do Rio de Janeiro (1870 – 1920)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.
- ARIAS NETO, J. M. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. (O Brasil Republicano, v. I).
- AUDENIMO, Patrizia; CORTI, Paola. *L'emigrazione italiana*. Fenice, Itália: Milano, 2000.
- BERTONHA, João Fábio. *Os Italianos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- CAPPELLI, Vittori A Belle Époque italiano no Rio de Janeiro; Rio de Janeiro: Eduff, 2015.
- CARMO, Maria Izabel Mazini do. *Nelle vie della città – os Italianos no Rio de Janeiro 1870-1920*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.
- CARVALHO, J. M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3 ed. 23 reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CORTELETTI, Frei José. *Os Capuchinos e a instrução em Santa Teresa*. Santa Teresa, ES: Gráfica Sodré, 2013.
- FARIA FILHO, L. M.; CHAMON, C. S.; INÍCIO, M. S. Instruir sem incluir, *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 10, nº 120, setembro de 2015.
- FLORES, Elio Chaves. A consolida o da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclama o da República   Revolu o de 1930*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 2014. (O Brasil Republicano, v. I).
- FRANZINA, Emílio. *A Grande Emigra o*. São Paulo: Editora Unicamp. 2006.
- GHIRALDELLI JR., Paulo. *História da Educa o*. São Paulo: Editora Cortez, 2001.
- GROSSELLI, Renzo M. *Col nias Imperiais na Terra do Café*. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em:< <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/italianos.html>>. Acesso em: 11 de jun. 2019.

IBGE. Metodologia do Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. (Série Relatórios Metodológicos. Disponível em:<<https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos.html>>. Acesso em: 12 de jun. 2019.

IOTTI, L. H. *Imigração e Poder*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2010.

KLUG, João. Imigração no Sul do Brasil. In: GRINBERG, Leila; Salles, Ricardo (Orgs). *O Brasil Imperial*. Vol. III (1870-1889). Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2009. p. 199-231.

LEMOS, Renato. A alternativa republicana e o fim da Monarquia. In: GRINBERG, Leila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Vol. III (1870-1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LESSER, Jeffrey. *A invenção da brasilidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

NEVES, M. S. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Editora Record LTDA, 2014. (O Brasil Republicano; v. 1).

OLIVEIRA, L. L. *O Brasil dos Imigrantes*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002.

_____. *Nós e eles: relações culturais entre brasileiros e imigrantes*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PAIVA, O. C.; MOURA, S. *Hospedaria de Imigrantes de São Paulo*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.

SANTOS, R. S. dos. *Terra prometida*. Emigração italiana: mito e realidade. 2 ed. Itajaí, SC: Edição Univali, 1999.

SCHUELER, A. F. M.; MAGALDI, A. M. B. M. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo*, n. 26, Rio de Janeiro, 2009, p. 32-55.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WEYRAUCH, Cléia Schiavo. *Deus abençoe esta bagunça*. Imigrantes italianos na cidade do Rio de Janeiro. Niterói: Comunità, 2009.

HISTÓRIA

Como citar: AMARAL, Rodrigo. *História e Teoria: o uso da noção de Antigo Regime nos trópicos para a América portuguesa no período 1750-1850*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 11, novembro, 2019. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN: 2446-5941.

HISTÓRIA E TEORIA: O USO DA NOÇÃO DE ANTIGO REGIME NOS TRÓPICOS PARA A AMÉRICA PORTUGUESA NO PERÍODO 1750-1850

Por: Rodrigo Amaral¹¹⁴

¹¹⁴ Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ –, autor do livro *Cativeiro, desigualdade e brutalidade* publicado pela editora *Autografia* em 2018; Bacharel em Direito; Advogado; Diretor da Universidade Candido Mendes. E-mail: amaralrod@gmail.com

RESUMO: A noção de *Antigo Regime* nos trópicos tem sido largamente utilizada na historiografia brasileira desde a publicação do livro “O Antigo Regime nos trópicos” por João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa e Maria Fernanda Baptista Bicalho no ano de 2001. Após quase duas décadas já é possível discutir seu alcance, suas principais críticas e ferramentas conceituais para seu emprego em trabalhos acadêmicos. É exatamente esta a discussão deste artigo, cujo objetivo é (re)pensar a viabilidade do conceito para trabalhos que enfrentam cronologias entre os séculos XVIII e XIX.

Palavras-chave: Brasil Colonial; *Antigo Regime*; discussão conceitual; discussão historiográfica.

ABSTRACT: The notion of Ancient Regime in the Tropics has been widely used in Brazilian historiography since the publication of the book “The Ancient Regime in the Tropics” by João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa and Maria Fernanda Baptista Bicalho in 2001. It is possible to discuss its scope, its main criticism and conceptual tools for your employment in academic work. It is exactly this discussion of this article, whose objective is (re) to think about the viability of the concept of works that face chronologies between the eighteenth and nineteenth centuries.

Keywords: Colonial Brazil; Old Regime; conceptual discussion; historiographical discussion.

INTRODUÇÃO

Em nossa historiografia, desde a clássica à atual, encontramos diversas passagens determinadas a discutir os fundamentos da formação social brasileira, seus erros e vícios, seus acertos e dogmas, seus problemas e revisões. Neste artigo discuto as concepções teóricas sobre o uso da noção de *Antigo Regime nos trópicos*, tendo como objetivo testar sua validade para utilização em trabalhos sobre a América portuguesa no período 1750-1850.

Caio Prado Júnior, um dos célebres exemplos destes intelectuais preocupados em discutir a formação social e econômica do Brasil, já foi devidamente laureado, contextualizado e criticado. Mas cabe lembrar um dos pontos mais contestados de seu estudo: a parte onde destaca a dependência colonial diante da metrópole. Apesar de estar correto ao afirmar que a trajetória da América portuguesa inseria-se historicamente como um “capítulo da história do comércio europeu” – uma vez que os “descobrimientos” foram parte de um projeto amplo de estratégias ibéricas para acessar riquezas no ultramar –, o resultado de seu pressuposto não emprestava aos homens coloniais quaisquer capacidades de modificar sua história. A colônia sofreria de uma maldição de origem, uma força superior que a aprisionava rumo ao atraso. Responsável por isso: o tal do “objetivo exterior” de nossa constituição como país.

Num contexto sociológico, estas ideias possuíam um impacto muito maior, pois ultrapassavam os limites de uma investigação histórica *stricto sensu*. Elas explicavam não só o Brasil colonial, mas o Brasil da época em que Prado Jr. escrevia, a década de 1940. Na própria *orelha* da edição que manipulo este dado é enfatizado, pois a mesma vinha:

“atualizada para *os dias que estamos vivendo*, [e portanto] oferece um *nítido* quadro onde a ligação e relação de dependência do mais remoto passado brasileiro, e toda a evolução do País, com as circunstâncias da maior atualidade, se retratam de forma patente, pondo assim a nu as raízes mais profundas das dificuldades e obstáculos que hoje em dia encontramos, no esforço de superação de nosso subdesenvolvimento. O que fornece os elementos necessários para os vencer. (Grifos nossos). A HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL, de Caio Prado Júnior, não é assim unicamente um texto obrigatório de estudo, mas leitura indispensável para todos quantos desejam conhecer a realidade do nosso País e *compreender o momento que estamos vivendo*.”¹¹⁵

¹¹⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Editora Brasiliense, 18ª edição, São Paulo, 1976. Grifo nosso.

As ideias de Caio Prado¹¹⁶, que ganhariam fôlego em Celso Furtado¹¹⁷ e Fernando Novais¹¹⁸ ficaram conhecidas por seus críticos como “teoria da dependência” discutindo-as, João Fragoso buscou dados empíricos para contestá-las. Para tanto, formulou a seguinte questão:

“(…) de acordo com os trabalhos mais clássicos da historiografia brasileira, a economia colonial se resumiria, no essencial, às unidades [produtivas] voltadas para a exportação. (...). A agricultura de alimentos e a pecuária ou bem existiriam no interior das *plantations*, ou girariam ao redor desta (...), a reiteração da economia colonial seria incompatível com a existência de um mercado interno de peso e, portanto, contínuo no tempo. Cabe, então, indagar sobre a pertinência dessas ideias. Afinal, como se abastecia a *plantation*?”¹¹⁹

Fragoso demonstrou que havia no Rio de Janeiro – e também na Bahia, citando Stuart Schwartz – áreas voltadas para o mercado externo com uma produção de alimentos local que não atendia às necessidades da população regional, como Campos em 1778. Existiam também outras regiões onde a produção para o mercado externo era ínfima – como Inhomirim no mesmo ano –, mas com uma produção de alimentos que ultrapassava as necessidades locais.

Contrariando o que afirmara Caio Prado, havia espaço para o crescimento do mercado interno, a teoria da dependência foi contextualizada.¹²⁰ Os homens coloniais, apesar de viverem num local sob domínio exterior poderiam – segundo condições históricas específicas ligadas à produção, prestação de serviços ao Rei e associação em redes clientelares – diminuir aquela dependência, não em prol de um projeto de país, jamais fundado antes do século XIX, mas preocupados em garantir que o que fosse criado, conquistado, produzido e reproduzido, “à custa de nosso sangue, vidas e fazendas”¹²¹ fosse devidamente reconhecido por um senhor, patrono ou dependendo do

¹¹⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1977.

¹¹⁷ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1976.

¹¹⁸ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1983.

¹¹⁹ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992. p. 83. *Grifo meu*.

¹²⁰ Idem. Ver tabela 5.1, p.84.

¹²¹ Ver: MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: O imaginário da restauração pernambucana*. 2ª Ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. Especialmente os capítulos 3 e 4, respectivamente: “À custa de nosso sangue, vidas e fazendas” (pp.105-151) e “A metamorfose da açucarcracia” (pp.153-194).

caso, pelo próprio Rei. Esta situação histórica proporcionava aos homens alguma movimentação própria, o que fazia com que a Colônia fosse criação de Portugal, mas criatura também dos atores locais.

Sabendo disso, cabe perguntar se seria proveitoso definir essa sociedade como de *Antigo Regime* ou se seria melhor criar novas categorias de definição, dada a tipicidade local?

DESENVOLVIMENTO

Uma das maiores dificuldades teóricas para se trabalhar com a noção de Antigo Regime está na sua diversidade regional. Não existiu um Antigo Regime europeu que enquadrasse as ações sociais de camponeses piemonteses e minhotos, parisienses e londrinos. Antigo Regime é uma referência a comportamentos, atitudes políticas, sociais e econômicas praticadas em diversas sociedades ocidentais pré-industriais na era moderna.

Em Portugal o lugar social dos nobres era hierarquicamente superior ao dos camponeses, sendo as suas “qualidades” numa sociedade pré-industrial, diferentes.¹²²

A noção de sociedade pré-industrial foi discutida por Karl Polanyi, quando este abordou o papel do mercado na história. Segundo o autor, em sociedades pré-industriais, a economia humana não seria caudatária apenas da noção de lucro. Na verdade, a economia não existia como instância independente, ela estava inserida no conjunto das relações sociais. O princípio norteador da economia humana seria a ação de salvaguardar a situação social, para o qual alianças, proteção e sobrevivência eram mais importantes que aspectos estritamente econômicos.¹²³

Giovanni Levi foi um dos autores que melhor definiu como a ação política poderia tomar espaço da noção de lucro em sociedades pré-industriais. Segundo o historiador – que fala textualmente de um *Antigo Regime* no Piemonte –, por trás do

¹²² MATTOSO, José (Dir.) *História de Portugal*. 1993-1994. op.cit. MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. *O Crepúsculo dos grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda. 2000.

¹²³ POLANYI, Karl. *A Grande Transformação. As origens da nossa época*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Campus, 2000. p.62, p.65.

aparente mecanismo do mercado, fatores, como poder, sobrevivência, solidariedade e recursos, condicionariam os preços e as transações supostamente econômicas.¹²⁴

Na análise deste mercado afetado pela situação pessoal, familiar e clientelar dos agentes envolvidos nas trocas, nas compras e vendas, um conceito bastante utilizado é o de reciprocidade. Para Levi, o conceito de reciprocidade deve absorver trocas desiguais, pois:

“(…) En una sociedad que no tiene una definición clara de la determinación de los valores económicos, que no conoce un mercado impersonal y autorregulado, los problemas de definición del precio justo y del salario justo son complejos y remiten continuamente al concepto de equidad. No se trata de deducir el valor de los bienes intercambiados de una determinación definida en el intercambio, ni de una característica intrínseca de los bienes, sino de construir un sistema de intercambio en el que los valores estén determinados por las características específicas de quienes sean las personas que entran en la transacción. (...)”¹²⁵

Equidade é um conceito chave na formulação de Levi, pois ele atenta para a diferença social. Tomar a reciprocidade como trocas simétricas seria uma armadilha em sociedades onde a hierarquia influenciava nas relações sociais. A *Equidad* revela que essas sociedades são governadas pela *justicia distributiva*, ou seja, uma justiça cujo papel visa garantir a cada um o que lhe corresponde segundo o seu *status*.¹²⁶

Reciprocidade, na formulação de Levi, engloba o contato entre grupos, no interior de cada grupo; ou, no limite, as relações de cada pessoa com todas as outras. Ao chamar a equidade para a discussão, Levi desvincula a reciprocidade da equivalência. Neste sentido, poderia haver trocas, mesmo que desiguais entre pessoas situadas em posições diferentes na sociedade. Os sujeitos trocavam para que cada um saísse ganhando, e é justamente neste sentido que a reciprocidade entre desiguais se justifica em sociedades segmentadas em corpos. Nelas, não só as pessoas eram desiguais, mas agiam de forma diferente: “um mendigo aspirava, antes, a tornar-se o rei dos mendigos do que um comerciante pobre.”¹²⁷

¹²⁴ LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista do Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000. p.147-149.

¹²⁵ LEVI, Giovanni. *Reciprocidad Mediterránea*. Paper, p.22. Publicado originalmente em: *Hispania*, Madrid, nº204, pp. 103-126. Opto por traduzir durante o texto, toda a noção disposta no conteúdo citado em língua estrangeira.

¹²⁶ Idem, p.3.

¹²⁷ LEVI, Giovanni. *Comportamento, recursos, processos: antes da revolução do consumo*. In REVEL, Jacques (Org) *Jogos de escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.212.

Silvia Lara chamou atenção para esta hierarquia no Brasil escravista:

“Ao contrário do mundo em que vivemos, em que há uma preocupação constante em afirmar a igualdade entre os homens (apesar das desigualdades sociais), nas sociedades do antigo regime imperavam as diferenças: concebida a partir deste princípio, a arquitetura social previa para cada um o seu lugar, numa rede ordenada e hierarquizada de posições. (...) Todos possuíam seus direitos, privilégios, deveres e atribuições, distribuídos de modo diverso conforme o lugar ocupado na rede hierárquica.”¹²⁸

A estratégia de mobilidade social de um escravo, por exemplo, seria diferente da de um senhor. Inicialmente lutava-se para assumir a posição de liderança no interior do próprio grupo. Este tipo de hierarquia pode ser definido como uma hierarquia de tipo estamental.

A hierarquia estamental carrega alguns problemas, pois pressupõe uma sociedade estática, quase paralisada. Para a América portuguesa entre 1750 e 1850, havia fluidez e mobilidade tanto ascendente como descendente, mesmo que apenas no interior dos grupos que compunham a sociedade.¹²⁹ Destarte, pode-se dizer que havia nas sociedades americanas, traços da sociedade estamental, quais sejam: a hierarquização das pessoas e o *status* ligado à prática de algumas funções.

Segundo José Antonio Maravall:

“(...) toda sociedad que ha alcanzado um cierto grado de evolución y ha entrado en el campo de la historia, tiene que proceder a diferenciar las funciones que sus miembros han de llevar a cabo en el seno de la misma. En consecuencia, (...) ha de establecer un sistema de atribuciones y deberes, y correlativamente de compensaciones o ‘retribuciones’ por el ejercicio de las diversas actividades en servicio de todo el grupo, que derivan de aquellas funciones y que les son conferidas a los individuos conforme a los diferentes sectores en que se distribuyen. (...)”¹³⁰

Os setores da sociedade onde se distribuíam os homens eram os estamentos. As pessoas se organizavam dentro dessas sociedades, a partir de um sistema de atribuições e deveres que teriam suas retribuições ligadas ao exercício das diferentes atividades praticadas em prol de todo o grupo. Esse sistema engendraria valores de integração,

¹²⁸ LARA, Silvia. *Fragmentos setecentista: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. Tese de Livre Docência. Unicamp, Campinas, 2004. p.90.

¹²⁹ Ver a este respeito: FERREIRA, 2005. op.cit. sobretudo o capítulo II; MACHADO, 2006 op.cit; FARIA, op.cit. 2004. Sobre o item 2.3 do capítulo II. “cor e condição social no período escravista”. pp.65-78.

¹³⁰ MARAVALL, José Antonio. *Poder, honor e elites en siglo XVII*. Madri: Siglo XXI, 1989. p.16. Opto por traduzir durante o texto, toda a noção disposta no conteúdo citado em língua estrangeira.

funções conservadoras e retribuições compensatórias onde os homens tinham acesso a recursos.

Nesse esquema, eram distribuídos *status*, *papel social*, *prestígio* e *compensação*. O *status* refere-se à função ocupada na sociedade. Daí deriva o *papel social*, que determina o que cada um tem obrigação de fazer. Do que se faz e da posição reconhecida na comunidade, deriva o *prestígio*. E finalmente, de acordo com o prestígio, cada um deve receber sua *compensação*.

A compensação é observada por Maravall através da honra. Cada pessoa, segundo o que faz recebe a sua, sendo a distribuição da honra desigual, assim como desiguais são as pessoas de acordo com o seu estamento. Para a sociedade se perpetuar no tempo, cada estamento precisa praticar uma função específica. A honra é atribuída quando a pessoa pratica com correção a sua função. Cada estamento tem por aceitação geral sua dignidade, honras, privilégios, direitos, deveres, sujeições, símbolos sociais, trajes, alimentos, emblemas, maneiras de viver, maneiras de seus membros serem educados, maneiras de gastarem seu dinheiro e recursos, modos de distraírem-se, funções e ocupações que os homens podem ou não exercer, além do comportamento que devem observar com respeito aos membros de outros grupos.¹³¹

A historiografia sobre o Brasil colonial tem incorporado conceitos, teorias e métodos criados para abordar modelos originariamente europeus, como os discutidos acima. Esta incursão – cujos pressupostos de uma investigação mais detida na teorização, rigor metodológico e empiria estão na geração da década de 1970: Ciro Cardoso, Maria Yedda Linhares etc. – trouxe para o debate acadêmico brasileiro discussões que proporcionaram nas últimas duas décadas uma proliferação de pesquisas de mestrado e doutorado.¹³² Desta produção, alguns conceitos tem tido impacto importante, dentre os quais, o de *Antigo Regime nos trópicos* tem gerado fecundos debates em nosso meio acadêmico.

¹³¹ MARAVALL, 1989. op.cit. p.23.

¹³² São frutos deste aprofundamento, livros de coletâneas que envolvem pesquisadores das principais universidades do Brasil e de Portugal, liderados por pesquisadores formados na Universidade Federal do Rio de Janeiro e pela Universidade Federal Fluminense e seus orientandos, depois parceiros de trabalho do grupo de pesquisa nomeado ART – Antigo Regime nos Trópicos –, como João Frangoso, Maria de Fátima Gouvêa, Maria Fernanda Baptista Bicalho e Jucá de Sampaio. Cito em especial a última coleção chamada “Brasil Colonial” que envolve em torno de três dezenas de autores, publicada em 2014. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2014.

Recentemente esta noção recebeu uma crítica violenta, vamos a ela. Segundo Laura de Mello e Souza, a “ideia de um Antigo Regime nos trópicos ameniza as contradições e privilegia olhares europeus”.¹³³

“(…) as diferenças entre metrópole e colônia são irrelevantes a ponto de justificarem a abordagem da América portuguesa como quase uma versão tropical do Antigo Regime europeu. Se não, como explicar o título?”¹³⁴

Segundo Mello e Souza o “Antigo Regime nos trópicos” carregaria o problema de se basear num modelo exterior para entender a sociedade colonial. Seria na verdade – e o título apontaria para isso – apenas uma “versão”, quase uma *tradução literal*¹³⁵ da sociedade portuguesa.

É certo que pelas diferenças entre reino e conquista, o resultado da outra sociedade seria distinto, ou seja, ela não seria uma mera extensão da vigente na metrópole, o que é enfatizado na coletânea antes mesmo do livro começar, pois na apresentação/prefácio, Russel-Wood destaca que “(...) Tais modelos não foram, no entanto, aceitos de forma acrítica (...)”¹³⁶, o título estendido – *nos trópicos* – não é um exemplo disso?

Entendo que a noção de Antigo Regime nos trópicos está baseada num esforço empírico que procura compreender traços de uma sociedade vigente na América portuguesa, que, sob forte influência do Antigo Regime português – nossos colonizadores não eram austríacos – fundamentava-se na desigualdade dos homens, na hierarquia, nos privilégios.¹³⁷

¹³³ MELLO E SOUZA, Laura de. *O Sol e a Sombra: Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo, Cia das Letras, 2006. p.69.

¹³⁴ Idem, p.60.

¹³⁵ Este é o significado de “versão” segundo o Aurélio da forma como utilizado pela autora. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa*. 6ed. rev. atualiz. – Curitiba, Posigraf, 2004. p.814.

¹³⁶ FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Prefácio de Russel-wood. p.12.

¹³⁷ Ponto que é destacado em praticamente todos os 12 capítulos da coletânea. Citamos exemplo: “(...) tanto o ideário da conquista quanto a norma de prestação de serviços apareciam, no quadro do império, como mecanismos de afirmação do vínculo político entre vassalos ultramarinos e soberano português. A *economia política de privilégios* deve ser, portanto, pensada (...) enquanto cadeias de negociação e redes pessoais e institucionais de poder que, interligadas, viabilizavam o acesso dos ‘descendentes dos primeiros conquistadores’, dos ‘homens principais’, e da ‘nobreza da terra’ a cargos administrativos e a um estatuto político (...), hierarquizando tanto os homens quanto os serviços dos colonos em espirais de poder que garantiam (...) a coesão política e o governo do império.” BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *As câmaras ultramarinas e o governo do império*. in: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos*, 2001. Op.cit. pp. 189-

No afã de tentar enquadrar os autores de “O Antigo Regime nos trópicos”, Laura de Mello e Souza lança sua censura para o texto de Hebe Mattos:

“(…) a coletânea que se vem aqui discutindo propõe um Antigo Regime totalmente atípico ao mesmo tempo que afirma a sua tipicidade: ele é também atlântico e escravista, já que ‘[a] escravidão foi uma instituição *plenamente* [grifo original de Mello Souza no texto de Hebe Mattos] incluída na lógica societária do Antigo Regime’. De fato, numa sociedade hierarquizada e assentada em ordens que se distinguiam conforme o privilégio, a honra e a estima social – na Península Ibérica distinguiam-se ainda pelo *estatuto de pureza de sangue* –, a escravidão vinha a calhar. Por que, contudo, teria sido ‘plenamente’ recriada – na forma da escravização de africanos – apenas no contexto de sociedades europeias de Antigo Regime que, ademais, tinham colônias – Portugal, Espanha, França, Holanda, Inglaterra –, e não em outras – Áustria, Prússia, Rússia, Polônia? Em outros termos: seria historicamente enriquecedor considerar equivalentes ou até iguais as lógicas societárias de Portugal, Espanha e suas colônias, por um lado, e, por outro, as da Prússia e da Áustria – este país, indiscutivelmente, um dos mais tipicamente *Ancien Regime* da Europa?’”¹³⁸

Mello e Souza parece que vai discordar de Hebe Mattos, depois concorda: “De fato, numa sociedade hierarquizada e assentada em ordens (...) a escravidão vinha a calhar.” Ou seja, Mattos estaria correta ao sugerir que a escravidão não se contrapunha ao Antigo Regime, ao contrário, incluía-se em sua lógica. Desta questão, surge uma pergunta sobre a “plena” recriação da escravidão na lógica societária do Antigo Regime: Por que isto ocorreria com Portugal, Espanha, França, Holanda, Inglaterra e não com Áustria, Prússia, Rússia, Polônia? Vamos com calma!

Houve, na pergunta acima uma mudança de foco da discussão inicial: na verdade, o que Mattos sugere – daí o seu “plenamente” – é que haveria entre o Antigo Regime e a escravidão um traço comum e que os tornava passíveis de convivência. Não eram como água e óleo, poderiam coexistir *plenamente*, uma vez que o Antigo Regime “legitimava e naturalizava as desigualdades e hierarquias sociais”, adaptáveis às sociedades escravistas.¹³⁹ Podemos, inclusive, voltar mais de uma década, na tese de doutorado de Mattos, algo modificada e publicada pelo Arquivo Nacional em 1995, onde se percebe que esta questão já aparecia em suas indagações. Em suas palavras:

221; pp.220-221; FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Afogando em nomes: temas e experiência em história econômica*. In: TOPOI. Revista de história. Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em História Social da UFRJ / 7 Letras, Set. de 2002, n.5, 404p. pp.41-69.

¹³⁸ MELLO e SOUZA, 2006, op.cit. pp.66-67.

¹³⁹ MATTOS, Hebe. *A escravidão moderna nos quadros do império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica*. In: FRAGOSO, João; GOUVEIA, Fátima; BICALHO, Fernanda. (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos*, 2001. op.cit. pp.141-162. p.143.

“A representação da ordem escravista, na Colônia ou no Império, sempre qualificou diferentemente os homens livres, diferenciando uma elite de ‘homens bons’ e, posteriormente à emancipação política, de ‘cidadãos ativos’. A historiografia brasileira sobre o período tem, em diversas oportunidades, tentado dar conta desta camada intermediária, formada por homens livres pobres e dos lugares que ocupavam na ordem social.”¹⁴⁰

O texto de Hebe Mattos na coletânea “O Antigo Regime nos trópicos” é um exemplo de como a reprodução da ordem escravista nos trópicos bebeu na fonte do *Antigo Regime*.¹⁴¹

Ao afirmar que os autores de “O Antigo Regime nos trópicos” não consideravam estas questões, em especial a escravidão e as diferenças entre Portugal e Brasil, Laura de Mello e Souza acaba por esvaziar sua própria crítica. Como não consideraram a escravidão, se a proposta do livro foi compreender o *Antigo Regime* no Brasil levando em conta a sociedade colonial e escravista? Como o livro não levava em conta a escravidão, se o texto que abre o livro considera o escravismo como meio de acesso a recursos e poder? Poder e recursos que seriam utilizados justamente para referendar a hierarquia típica de *Antigo Regime*.

Assinada pelos três organizadores – João Fragoso, Maria de Fátima Silva Gouvêa e Maria Fernanda Baptista Bicalho – fica claro já na introdução do livro a proposta da coletânea: “compreender a sociedade colonial e *escravista* na América enquanto uma sociedade marcada por regras econômicas, políticas e simbólicas de Antigo Regime.”¹⁴²

No texto que abre a coletânea, Fragoso fala sobre os cabedais e as estratégias empresariais das “primeiras famílias” do Rio de Janeiro colonial. Uma das atividades marcantes desta “nobreza da terra” era o “apresamento/venda de índios e, mais tarde”, o comércio de escravos Africanos.¹⁴³

¹⁴⁰ MATTOS, 1995. op.cit. p.32.

¹⁴¹ Mattos considera que a “(...) a legitimidade e a existência prévia da instituição da escravidão no Império português como condição básica para o processo de constituição de uma sociedade católica e escravista no Brasil colonial. (...)”. MATTOS, Hebe. *A escravidão moderna nos quadros do império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica*. In: FRAGOSO, João; GOUVEIA, Fátima; BICALHO, Fernanda. (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos*, 2001. op.cit. p.143.

¹⁴² FRAGOSO, João; GOUVEIA, Fátima; BICALHO, Fernanda. (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos*, 2001. op.cit. p. 21. Grifo nosso.

¹⁴³ FRAGOSO, João. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVIII)*. In: FRAGOSO, João; GOUVEIA, Fátima; BICALHO, Fernanda. (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos*, 2001. op.cit. pp. 29-72. p.40.

Ademais, após a publicação da coletânea em 2001, João Fragoso continuou versando sobre o assunto. Confirmava no ano de 2002, ao explicar a relação entre qualidade e cabedal no Antigo Regime, a importância da escravidão na sociedade colonial, além das diferenças entre reino e conquista:

“Relação central no Antigo Regime europeu e ainda mais importante nos trópicos, pois, nestes, prevalecia uma economia mercantil escravista. Diante desta última noção, o perfil da elite e os contornos da hierarquia colonial tornam-se mais interessantes. Parte da direção da sociedade colonial estava nas mãos de uma nobreza bem diferente da européia. (...)”¹⁴⁴

Nesta sociedade diferente da reinol, a escravidão tinha, como se viu, papel central.¹⁴⁵ Fragoso destaca a importância deste e de outros grupos subalternos na Colônia quando afirma que:

“(...) O poder de *mando* da nobreza não decorria de um dom divino, dado para sempre. Portanto, a sociedade colonial continha seus mecanismos de reprodução e de elasticidade, entre os quais as práticas de negociação. (...)”¹⁴⁶

Esta negociação era fundamental para os grupos que alcançavam o topo da hierarquia, uma vez que o poder e o mando deveriam ser consentidos – diria apoiado, até mais que consentido –, por isso a importância de lançar mão de estratégias via casamentos e relações sociais e políticas com os mais diversos grupos.¹⁴⁷

Importante afirmar que os grupos menos abastados também lançavam estratégias e recursos, ou seja, investiam nestas relações, recebendo por elas, não só obrigações, mas também benefícios.

CONCLUSÃO

Na historiografia brasileira mais recente, diversos autores têm trabalhado com a noção de Antigo Regime, ou “traços de”, para se definir o comportamento dos atores sociais. Parte destes estudos adentrou a segunda metade do século XIX, como o de Márcio Soares, que salientava que:

¹⁴⁴ FRAGOSO, Topoi 5, 2002. op.cit. p.45.

¹⁴⁵ Apesar de a autora de “O Sol e a Sombra” ter feito uma leitura diferente. MELLO e SOUZA, 2006, op.cit. p.67.

¹⁴⁶ FRAGOSO, Topoi 5, 2002. op. cit. p.46.

¹⁴⁷ Idem, pp.45-50.

“(...) nas sociedades de Antigo Regime, assentadas numa cultura de base majoritariamente oral, a palavra empenhada valia alguma coisa, sobretudo quando revestidas de ‘pública voz e fama’.”¹⁴⁸

No caso, o autor adverte sobre a pouca recorrência à reescravização, assegurando que a alforria estaria assentada numa base moral que tinha, como pano de fundo, o fato de ser um acordo regido diante da cultura política do *Antigo Regime*.

Roberto Guedes Ferreira utilizou noção semelhante ao pesquisar a mobilidade de egressos do cativo. Uma rica trajetória familiar, tendo como estudo de caso o “camaleão”, Plácido das Neves: pardo numa lista nominativa de Porto Feliz de 1798; noutra de 1803, embranqueceu, cor/condição mantida noutros documentos de 1808 e 1810. Já em 1813, 1815 e 1818 o “camaleão” empardeceu, voltando a ser referido como branco no ano de 1824 e 1829. Em 1843, lá estava o centenário Plácido das Neves, pardo novamente. Na análise desta trajetória, que alcança a última década da primeira metade do século XIX, o autor utiliza os conceitos de sociedade pré-industrial¹⁴⁹, além de os de sociedade estamental e escravista¹⁵⁰, com “traços de Antigo Regime”. Para Ferreira, “a sociedade colonial/imperial não era somente de Antigo Regime, mas também escravista” e nela existia uma hierarquia de tipo estamental.¹⁵¹

Cacilda Machado realça a “natureza estamental do Antigo Regime brasileiro”, em estudo sobre o comportamento de senhores, escravos e forros diante da “trama” de suas “vontades” em São José dos Pinhais na passagem do século XVIII para o XIX.¹⁵²

Como apontam João Frago e Fátima Gouvêa, a utilização da noção de *Antigo Regime* para os trópicos tem por fundamento tratar de comportamentos através de forte “base empírica”.¹⁵³ Daí as propostas abalizadas nesta noção pautarem a empiria em conceitos antropológicos¹⁵⁴, em métodos da microhistória italiana, utilizados aqui de

¹⁴⁸ SOARES, Márcio. *A Remissão do cativo. alforrias e liberdades nos Campos dos Goitacases, c. 1750 - c. 1830*. Tese de Doutorado, UFF, Niterói. 2008. p.249.

¹⁴⁹ FERREIRA, Roberto Guedes. *Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social. Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. p.283.

¹⁵⁰ Idem. p.284.

¹⁵¹ Idem. pp.68-70.

¹⁵² MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social. (São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. p.116, p.320.

¹⁵³ FRAGOSO, João & Gouvêa, Maria de Fátima. *Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI – XVIII*. Paper Inédito. p.2.

¹⁵⁴ Faço referência aqui ao uso do Antropólogo Norueguês Fredrick Barth por exemplo.

forma específica, dada a nossa “microhistória tapuia”¹⁵⁵. A tese de livre-docência de João Fragoso é um bom exemplo dessa proposta.¹⁵⁶

Por todas as mudanças ocorridas na segunda metade do século XVIII e no século XIX, o historiador deve utilizar, tal como Soares, Ferreira e Machado, a noção de Antigo Regime com cautela, uma vez que questões do tempo como a revolução francesa, a revolução industrial, as independências e a abertura de novos mercados que insinuam o início do capitalismo começam a alterar as relações de poder entre os Estados e as relações de trabalho entre os homens. Outrossim, com apoio em farto material de arquivos históricos e a utilização de conceitos da antropologia e da sociologia como ensinava a saudosa Maria de Fátima Gouvêa e ensinam João Fragoso, Jucá de Sampaio e Carla Almeida, citados durante este trabalho, a noção enriquece a análise e pode ser muito bem vinda para que se compreenda as relações sociais na América portuguesa.

¹⁵⁵ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Afogado em nomes: temas e experiência em história econômica*. In: TOPOI. Revista de história. Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ / 7 Letras, Set. de 2002, n.5, 404p. pp.41-69.

¹⁵⁶ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *À Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c.1600 – c.1750)*. Tese apresentada no Concurso Público para Professor Titular de Teoria da História da UFRJ. Rio de Janeiro: 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas: Damas Mercadoras: As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Concurso para Professor Titular em História do Brasil, Niterói, 2004.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa*. 6ed. rev. atualiz. – Curitiba, Posigraf, 2004.
- FERREIRA, Roberto Guedes. *Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social. Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Afogando em nomes: temas e experiência em história econômica*. In: TOPOI. Revista de história. Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ / 7 Letras, Set. de 2002, n.5, 404p. pp.41-69.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2014.
- FRAGOSO, João & Gouvêa, Maria de Fátima. *Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI –XVIII*. Paper Inédito. p.2.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *À Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c.1600 – c.1750)*. Tese apresentada no Concurso Público para Professor Titular de Teoria da História da UFRJ. Rio de Janeiro: 2005.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1976.
- LARA, Silvia. *Fragmentos setecentista: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. Tese de Livre Docência. Unicamp, Campinas, 2004.

- LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista do Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- LEVI, Giovanni. *Reciprocidad Mediterránea*. Paper, p.22. Publicado originalmente em: *Hispania*, Madrid, nº204, pp. 103-126.
- LEVI, Giovanni. *Comportamento, recursos, processos: antes da revolução do consumo*. In REVEL, Jacques (Org) *Jogos de escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social. (São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- MARAVALL, José Antonio. *Poder, honor e elites en siglo XVII*. Madri: Siglo XXI, 1989.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro:Arquivo Nacional, 1995.
- MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.
- MATTOS, Hebe. *A escravidão moderna nos quadros do império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica*. In: FRAGOSO, João; GOUVEIA, Fátima; BICALHO, Fernanda. (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos*, 2001.
- MATTOSO, José (Dir.) *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Quarto Volume. Coordenador: Prof. Doutor António Manuel Hespanha. Editorial Estampa, 1993.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: O imaginário da restauração pernambucana*. 2ª Ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- MELLO E SOUZA, Laura de. *O Sol e a Sombra: Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo, Cia das Letras, 2006.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. *O Crepúsculo dos grandes. A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda. 2000.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1983.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação. As origens da nossa época*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Campus, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Editora Brasiliense, 18ª edição, São Paulo, 1976.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1977.

SOARES, Márcio. *A Remissão do cativo. alforrias e liberdades nos Campos dos Goitacases, c. 1750 - c. 1830*. Tese de Doutorado, UFF, Niterói. 2008.

SOCIOLOGIA

OLIVEIRA, Rosane Cristina de. *Um Olhar sobre a Vulnerabilidade de Crianças e Adolescentes no Brasil*. In: Revista Digital Simonsen, n° 11, novembro, 2019. Disponível em: [www.simonsenbr/revista Simonsen](http://www.simonsenbr/revista%20Simonsen). ISSN: 2446-5941.

UM OLHAR SOBRE A VULNERABILIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

*Por: Rosane Cristina de Oliveira*¹⁵⁷

¹⁵⁷ Doutora em Ciências Sociais pela UERJ, Profa. das Faculdades Integradas Simonsen e Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da UNIGRANRIO.

RESUMO: O objetivo deste estudo é apresentar uma discussão a vulnerabilidade de crianças e adolescentes, enfatizando a problemática em torno da dificuldade em construir políticas de proteção para a criança e adolescente no Brasil. Do ponto de vista teórico, chamou-se a atenção para os estudos de Philippe Aiès e Colin Heywood para as questões conceituais sobre infância, Norbert Elias e a discussão sobre a importância da infância no processo civilizador, Judith Butler, enfatizando a questão da precariedade da vida e a vulnerabilidade de crianças e adolescentes. A realidade da infância no Brasil está alicerçada em dados advindos da UNICEF, Polícia Rodoviária Federal, Pnad / IBGE e IPEA. O método de pesquisa que orientou este trabalho baseou-se em bibliográfica, exploratória e discussão de dados a partir de institutos de pesquisa e demais órgãos nacionais e internacionais.

Palavras-chave: Infância; Adolescente; Vulnerabilidade; Proteção.

ABSTRACT: The objective of this study is to present a discussion relating human rights and childhood, emphasizing the problematic around the difficulty in constructing protection policies for children and adolescents in Brazil. From a theoretical point of view, attention was drawn to the studies of Philippe Aiès and Colin Heywood on conceptual issues about childhood, Norbert Elias, and the discussion on the importance of childhood in the civilizing process, Judith Butler, emphasizing the precariousness of life and vulnerability of children and adolescents. The reality of childhood in Brazil is based on data from UNICEF, the Federal Highway Police, Pnad / IBGE and IPEA. The research method that guided this work was based on bibliographic, exploratory and data discussion from research institutes and other national and international bodies.

Keywords: Human Rights; Childhood; Vulnerability; Protection.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A discussão sobre direitos humanos é vasta, abrangendo as mais variadas esferas sociais, políticas e econômicas no que diz respeito ao direito à vida. Embora o marco mais importante para esta dimensão esteja na carta de 1948, a chamada Declaração Universal dos Direitos Humanos, é fato que o século XX trouxe e estabeleceu a necessidade constante de pensar o direito e a dignidade da pessoa humana. Não obstante, há, também, alguns equívocos que permeiam o senso comum em se tratando dos direitos humanos, quando atrelados à “defesa de bandidos” e, portanto, desconfigurando sua principal finalidade no âmbito das sociedades.

O lugar da infância, ou seja, o reconhecimento da criança na condição de cidadão dotado de direitos é relativamente recente, pois está pautada nas constituições e outros marcos regulatórios pelo mundo (especialmente, o ocidental), direcionando desde o que é infância até o papel do Estado e da Sociedade em relação ao tratamento, proteção e visibilidade como um direito fundamental da criança.

Neste sentido, este breve artigo procura travar um diálogo entre vulnerabilidade e a Infância e adolescência, reconhecendo esta fase da vida como uma construção histórica e parte imprescindível do que Norbert Elias chamou de “processo civilizador”. Este processo, complexo em sua historicidade e na construção social do que é ser “criança”, trouxe para a contemporaneidade uma série de movimentos e ambiguidades, especialmente quando dentro da dimensão legal, os direitos aparecem garantidos e no espaço social onde está a criança, esta mesma proteção precisa de constante manutenção, controle, avaliação, inserção de políticas sociais e ações protetivas.

O artigo está alicerçado, metodologicamente, na discussão bibliográfica sobre a construção histórica e social do que é ser “criança” e como a infância é observada no contexto social. Unido à esta reflexão, procedeu-se análise dos dados recentes produzidos por órgãos internacionais, como a UNICEF, e nacionais, como Pnad / IBGE, IPEA e Política Rodoviária Federal, acerca da vulnerabilidade em relação à crianças e adolescentes.

O trabalho está dividido em três partes. Na primeira, apresentamos uma discussão histórica e social em torno do processo de construção da infância, destacando o fato de que somente de meados do século XIX em diante que a criança começaria a

ocupar um lugar de “infância”, destacada da realidade do adulto. Na segunda parte, a discussão sobre os direitos humanos e a infância está atrelada à historicidade da questão da infância no Brasil, bem como as dificuldades em criar elementos normativos de assistência, proteção e amparo para a infância. Na terceira parte, a análise concentra-se em dados da UNICEF, no âmbito internacional, e Pnad / IBGE e Polícia Rodoviária Federal, no contexto nacional. Estes dados, embora não consolidados e sem padronização, são interessantes para percebermos a situação de vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, a dificuldade em elaborar políticas públicas de qualidade destinadas à crianças e adolescentes em situação de risco.

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DA INFÂNCIA: DESCASO, ABANDONO, VIOLÊNCIA... AFINAL, SÃO APENAS MINI-ADULTOS

Compreender o que é ser criança ao longo do tempo é uma tarefa importante para que, no tempo presente, possamos observar determinados aspectos que, embora sujeitos direitos, a criança ainda é uma das partes extremamente vulneráveis na sociedade. Na Grécia antiga, por exemplo, além da criança não exercer cidadania, há indícios históricos de que eram tratadas com violência, especialmente no espaço familiar. Ao comentar sobre fontes iconográficas típicas do período Arcaico (aproximadamente século VI a.C.), Luísa Ferreira de Nazaré (2015, p. 73), reforça a agressão contra crianças no “contexto educativo familiar”,

Num espaço interior, o que é indicado pelo objecto pendurado, talvez uma peça de roupa, uma criança do sexo masculino tenta escapar ao alcance de um homem e corre em direcção a uma mulher. Os gestos contrastantes dos dois adultos, eventualmente os seus pais, traduzem a cena doméstica: à firmeza do castigo que o pai parece querer aplicar a todo o custo opõe-se claramente o afecto ou a condescendência da mãe. O menino, representado com a anatomia característica de um adulto em tamanho reduzido, de acordo com as convenções pictóricas deste suporte artístico, suscita-nos claramente simpatia.

Um ponto interessante é a representação do “corpo” da criança, semelhante à ideia de um mini-adulto, ou seja, alguém que responde como inferior, pois ainda não alcançou a “maturidade” adulta, componente básico para tornar-se cidadão (os meninos). O espaço escolar também aparece retratado nas pinturas da *pólis* ateniense e na literatura, atestando para o uso de métodos punitivos violentos.

Em Roma, no período da antiguidade, a criança também se encontrava sujeita às mais variadas formas de violência. Na organização social romana atribuía a ideia de

“família” todos faziam parte do domínio doméstico, sendo o “pai” o sujeito que exercia o poder sobre todos os demais membros da casa. No que concerne a criança, o nascimento não significava inicialmente que este já tornava membro da família, pois cabia ao “pai” decidir que aquele novo indivíduo permaneceria ou não e, ainda, caso a decisão fosse a não permanência, a criança poderia ser abandonada ou vendida como escravo. (ONEMA, 2007)

Neste sentido, o não reconhecimento da criança como sujeito, cidadão, seguiu, também, ao longo da Idade Média. Embora já existisse neste contexto uma “determinação” do período infantil (“até a criança ser desmamada, por volta dos seis ou sete anos de idade”), passado este tempo, a criança era automaticamente transferida para o mundo dos adultos. Neste novo contexto, a criança estava apta para o trabalho e a participação em todos os ambientes adultos. Philippe Aïès (1981), argumentou em seus estudos o modo de vida familiar da Idade Média, enfatizando que não havia o desenvolvimento de afetividade pelas crianças, cuidados ou qualquer sentimento fraterno. A criança seria um mini-adulto e inferior. Para Aïès (1981), somente a partir do século XV-XVI que a questão infância passou a ter proximidade com a concepção mais atual. Naquele período há indícios de cobrança da sociedade em relação à cuidados e desenvolvimento de vínculos afetivos com as crianças.

Colin Heywood (2004), diferentemente de Aïès (1981), observou no estudo intitulado “Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no ocidente”, as várias concepções de infância e o fato de que dependendo do tempo e do lugar, a mesma forma “impura” que a criança era vista na idade média, poderia se repetir no início do século XX.

O final do século XVIII e ao longo do século XIX, a criança também passaria a ingressar o mundo do trabalho, obviamente sem igualdade de condições. O que chamamos na atualidade de trabalho infantil, no século XIX era condição naturalizada para as crianças. Como os demais trabalhadores adultos, a criança também não possuía direitos ou qualquer tipo de assistência neste sentido. O trabalho infantil foi gradativamente substituído pela escola a partir do século XX e, como um bom exemplo, as teorias pedagógicas formaram uma nova concepção de criança / infância.

Entretanto, esta nova concepção de infância, apresenta dupla forma de conceber o que é ser criança, ou seja, a imagem da criança no pensamento pedagógico. Kramer e

Horta (1982), a partir dos estudos de Bernard Charlot, intitulado *La Mystification Pédagogique*, enfatizaram que a infância assimilada pela pedagogia “a partir das noções de natureza e da cultura”, tem construção temporal, ou seja, a questão da idade é um fator fundamental para compreender onde se estabelece o período da infância. Entretanto, é importante destacar que a imagem da infância é idealizada e assimilada de acordo com a concepção do adulto e, por este motivo,

O adulto exerce sobre a criança uma autoridade constante. De uma maneira geral, toda a sociedade adulta se arroga o direito de dar ordens à criança, que encontra sempre em seu caminho um parente, um vizinho ou simplesmente um transeunte, cuja solicitude traduz-se nas mais diversas ordens. A obediência e o respeito são considerados as virtudes principais da infância. Na realidade, a autoridade do adulto sobre a criança é social e reproduz, de uma forma geral, as formas dominantes de autoridade em uma determinada sociedade. (KRAMER e HORTA, 1982, p. 27)

Assim, é possível compreender que historicamente, o que o Norbert Elias chamou de “Processo Civilizador” é um ponto-chave para a discussão sobre os caminhos da infância, reconhecimento do lugar da criança, direitos e cidadania. Longo, lento e dramático, a infância como observamos na atualidade seria fruto da complexidade sob a qual as sociedades estabeleceram suas teias de relações entre indivíduo e sociedade ao longo da história.

Seja como mini-adulto na Grécia e na Roma antiga, ou como estorvo e destituído de cuidados e afetividade na Idade Média, a aprendizagem sob a qual o indivíduo está submetido em determinado contexto histórico compõe uma peça fundamental em sua própria formação. A sociedade seria fruto de incertezas e complexidades que se modifica constantemente, mas que não significa algo positivo ou negativo, mas sim a mutabilidade social. A infância, para Norbert Elias, seria parte central do processo civilizador,

A distância em comportamento e estrutura psíquica total entre crianças e adultos aumenta no curso do processo civilizatório. Aqui, por exemplo, reside a explicação de por que algumas pessoas ou grupos de pessoas nos parecem “mais jovens” ou “mais infantis”, e outras “mais velhas” ou “mais adultas”. [...] o processo específico de “crescimento” psicológico nas sociedades ocidentais, que com tanta frequência ocupa a mente de psicólogos e pedagogos modernos, nada mais é do que o processo civilizador individual a que todos os jovens, como resultado de um processo civilizador social operante durante muitos séculos, são automaticamente submetidos desde a mais tenra infância, em maior ou menor grau e com maior ou menor sucesso. (ELIAS, 1994, p. 15).

Neste sentido, a história observada ciclicamente, conforme a perspectiva da Escola de Frankfurt, lugar de onde Elias construiu seu estilo teórico-metodológico, fornece elementos interessantes para olhar a infância também de forma cíclica. Isso é possível, pois, as características atribuídas à criança ao longo do tempo, se modificaram lentamente e, como resultado do processo civilizador, bem como sua complexidade, a sociedade apesar de, na contemporaneidade, constituir inúmeras formas de caracterizar a infância, não significa que estes indivíduos estejam protegidos ou em igualdade de direitos no cerne da sociedade.

SER CRIANÇA, SER ADOLESCENTE NO BRASIL: O RETRATO DA VULNERABILIDADE

No Brasil, a história da infância entrelaça-se com as dimensões de raça, etnia e classe social. Desde a colônia, de acordo com Mary Del Priori (2012) a criança negra e escravizada estava destinada ao trabalho forçado tão logo atingisse “estatura” e a criança branca e nobre estava voltada para o estudo. Outra questão importante é a diferença semântica entre infância e criança, apresentadas como o mesmo significado no senso comum. Neste ponto, Sarmiento (2005, p. 371), destacou que,

Por isso a Sociologia da infância costuma fazer, contra a orientação aglutinante do senso comum, uma distinção semântica e conceptual entre infância, para significar a categoria social do tipo geracional, e criança, referente ao sujeito concreto que integra essa categoria geracional e que, na sua existência, para além da pertença de um grupo etário próprio, é sempre um actor social que pertence a uma classe social, a um gênero, etc.

Entretanto, não há consenso sobre quando começa e termina a infância. No Brasil, a determinação da fase “criança” é de acordo com o critério etário e biológico, ou seja, para o Estatuto da Criança e do Adolescente, no Art. 2º. “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompleto, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”.¹⁵⁸ Para a Convenção dos Direitos da Criança, em 1989, criança é todo ser humano até dezoito anos de idade. A partir desta idade, o indivíduo conquista direitos cívicos, especialmente o voto. Do ponto cultural, a

158 O documento completo referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

infância também pode responder à critérios diversos, como, por exemplo, a puberdade e não a idade que determina a vida adulta.

Os ciclos escolares também compõem uma fonte de análise que fomenta a dificuldade de determinar infância. No caso brasileiro, a educação infantil é atribuída às crianças até seis anos de idade, o ensino fundamental de nove até quatorze anos. Esta idade seria, de certa forma, para determinar o limite para o sujeito ser considerado criança.

Nos estudos sobre direitos humanos, a infância ocupa um lugar de destaque. O cientificismo do século XIX, especialmente a psicologia experimental e a pedagogia ajudaram na construção da imagem da criança como um sujeito em formação e a necessidade de pensar comportamentos e normas que melhor respondessem a esta fase de desenvolvimento do sujeito. Neste interim, Soares (1997), enfatizou a construção da criança como sujeito vulnerável, sensível, inocente e, por estes motivos, necessitando de proteção, tanto familiar como no âmbito dos direitos sociais.

Ao longo do século XX, a infância ganhou visibilidade e o status de sujeito de direitos. No âmbito internacional, tal visibilidade foi construída a partir dos seguintes documentos:

Quadro 1

Ano	Documento	Conteúdo
1923	Declaração de Genebra	Necessidade de proteção e auxílio à infância, enfatizando as necessidades de sobrevivência das crianças. (contexto pós-primeira guerra mundial)
1959	Declaração Universal dos Direitos da Criança	Garantia de educação escolar, gratuita e obrigatória, igualdade de oportunidade, desenvolvimento de senso de responsabilidade social e moral.
1989	Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança	Caráter universal, assimilado por mais de 192 países. Reuniu inúmeras medidas internacionais de proteção à infância. Determina que é criança toda pessoa até os dezoito anos de idade, proteção dos direitos da criança à sobrevivência, registro civil imediato após o nascimento, receber proteção contra qualquer forma de abuso ou exploração sexual.

Fonte: elaboração própria.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, no ano seguinte estabeleceu-se a Organização das Nações Unidas, com o intuito de refletir e criar

mecanismos que impedisse uma nova guerra e os desrespeito à condição humana. Em 1946, reconhecendo o problema das crianças órfãs em decorrência da guerra, a ONU criou a UNICEF, com o intuito de angariar fundos de ajuda à infância necessitada pelo mundo, especialmente Europa, China e Palestina.

Os documentos gerados pelas três convenções interacionais citadas acima, apontam para a vulnerabilidade da criança e a necessidade de criar mecanismos legais de proteção. Neste ponto é interessante chamar a atenção para os contextos de guerras nas últimas décadas do século XX e o século XXI, como é o caso da guerra nos Balcãs no início dos anos 1990 e a guerra civil na Síria, há quase uma década no século XXI. Embora a ONU tenha produzido no campo dos direitos humanos uma série de tratados e estatutos de proteção à vida, a vida de crianças e mulheres, nestes contextos são as mais vulneráveis.

Em geral, crianças e mulheres estão sujeitas à outras violências como tráfico de pessoas, exploração sexual, estupro. Judith Butler, no livro “Quadros de Guerra”, chamou a atenção para a maior vulnerabilidade destes sujeitos, indagando quais são as vidas passíveis de luto. Para Butler, o ato de “reconhecer uma vida” traduz-se em fatores históricos e normativos, por outro lado, a precariedade da vida é parte de um processo onde se pressupõe que esta depende da aprovação de alguém ou de alguma instituição. Neste sentido,

A precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos de outro. Isso implica estarmos expostos não somente àqueles que conhecemos, mas também àqueles que não conhecemos, isto é, dependemos das pessoas que conhecemos das que conhecemos superficialmente e da que desconhecemos totalmente. (BUTLER, 2015, p. 31)

Em se tratando da criança, a interdependência unida à precariedade enfatizada por Butler, tornam suas vidas vulneráveis uma vez que estão sob a “guarda” de outros e, em situações de violência (guerras, pobreza extrema ou vítimas de abusos), sujeitas à traumas e assassinatos. Assim, de meados do século XX em diante a temática da infância passou a ocupar lugar de destaque nos organismos internacionais, reconhecendo tanto seu aspecto de fragilidade, como a necessidade de instituir normativamente, pela via dos direitos humanos, mecanismos de proteção específicos para a infância.

No Brasil, a questão dos direitos da infância encontrou nos anos 1980 um ponto importante de análise. No aspecto internacional e a pressão advinda dos movimentos sociais, especialmente de oposição em relação ao regime militar, constituiu um cenário favorável para a elaboração de marcos legais em relação à infância. Com a institucionalização de políticas de atendimento à infância, estes sujeitos passaram a serem dotados de direitos.

Em períodos que antecederam a Carta Constitucional de 1988, a assistência à criança ocorria predominantemente por parte de asilos infantis, creches, escolas maternais e jardins de infância. Após a promulgação da constituição de 1988, o reconhecimento da criança como cidadã inaugurou uma nova perspectiva em relação aos direitos, enfatizando que creches, escola, assistências passavam a ser assegurados pela legislação constitucional e, portanto, reconhecia-se também, os direitos dos pais.

Entretanto, apesar dos avanços a partir de 1988, a garantia dos direitos da criança e a proteção à infância no Brasil encontram diversos entraves, entre os quais a ausência de controle efetivo de denúncias com o intuito promover políticas públicas de proteção à criança. A não produção efetiva de dados consolidados, impede análises mais aprofundadas e, por conseguinte, a elaboração de políticas públicas mais eficazes. A maior parte dos dados em relação à situação de crianças e adolescentes no Brasil é produzida pela UNICEF, Pnad / IBGE e Polícia Rodoviária Federal.

De acordo com a UNICEF, a situação de crianças e adolescentes no Brasil tem se mostrado preocupante em relação à violência. Do ano de 2012 em diante a taxa de homicídios de adolescentes, por exemplo, tem se apresentado mais alta a cada ano e o perfil dos jovens assassinados são, majoritariamente, negros, moradores de periferias, pobres e, em geral, que se encontram fora do ambiente escolar há, pelo menos um semestre. Paralelamente, é alta a quantidade de adolescentes que estão em regime fechado cumprindo medidas socioeducativas. Tal realidade demonstra a ineficácia destas medidas no combate e diminuição dos índices de violência. A UNICEF estimou em 2016 que 31 crianças e adolescentes são assassinados por dia no Brasil e destes meninos tem 12 vezes mais riscos de serem mortos do que menina e, em relação à etnia, crianças e adolescentes negros tem 3 vezes mais chances de serem mortos. No que concerne às medidas socioeducativas, mais de 18 mil adolescentes estavam reclusos em 2016. A violência sexual também apresentou dados alarmantes em 2016, pois mais de

15 mil casos de denúncias contra crianças e adolescentes foram contabilizados no Brasil.¹⁵⁹

A Polícia Rodoviária Federal em parceria com a ONG Childhood Brasil, realizou uma pesquisa sobre os pontos de exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes e constatou que o estado do Ceará é o que mais apresenta casos desse tipo de crime. Além do Ceará, os estados com localidades que mais constatou-se abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes foram Goiás, Pará, Minas Gerais e Paraná. A rodovia BR 116 é a que possui maior quantidade de pontos críticos, com 114 localidades e os postos de combustível situado à beira das estradas são os que mais abrigam crianças e adolescentes em situação de risco e prostituição.¹⁶⁰

Além da exploração sexual e abuso, o trabalho infantil compõe outro problema em relação às crianças e adolescentes no Brasil. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), em 2016 haviam mais de 1 milhão de crianças de cinco a 15 anos de idade em situação de trabalho infantil, não permitida pela legislação.¹⁶¹

A partir das informações advindas da UNICEF, Política Rodoviária Federal e Pnad, é possível constatar que, além de dados diversificados, a visibilidade em relação à relatórios mais efetivos que demonstrem a situação das crianças e adolescentes ainda é incipiente. As informações seguem critérios variados de metodologias e, por este motivo, a construção de políticas eficazes é dificultada.

Assim, apesar da constituição de 1988 tornar a criança e o adolescente efetivamente sujeitos possuidores de direitos, ainda há um longo caminho a ser percorrido no intuito de proteção e amparo. A vulnerabilidade sob a qual esses sujeitos estão expostos, além das dimensões apontadas pelos órgãos citados anteriormente, é importante destacarmos a problemática em torno da violência doméstica e familiar.

Um estudo interessante, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicado em 2014 e com base nas estatísticas produzidos pelos microdados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), gerido pelo Departamento de Análise de Situação de Saúde (Dasis), da Secretaria de Vigilância em

159 Os dados completos estão disponíveis no site: <https://www.unicef.org/brazil/protecao>

160 Para ler a reportagem completa, acessar: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/ceara-e-o-estado-com->

161 Demais dados referentes à situação da criança e adolescentes no que tange o trabalho infantil, acessar: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18384-pnad-c-trabalho-infantil-noticia>

Saúde (SVS), do Ministério da Saúde (MS), apontaram que crianças e adolescentes são os que mais sofrem abuso e violência sexual e as meninas são as principais vítimas. O agressor é majoritariamente homem, independente da faixa etária. (CERQUEIRA e COELHO, 2014) O vínculo ou grau de parentesco dos agressores de crianças e adolescentes são pai, padrasto, desconhecido (a), amigos/conhecidos, conforme os dados na tabela abaixo:

Tabela 1: Vínculo/grau de parentesco do agressor com a vítima do estupro segundo a faixa etária da vítima.

	<i>Crianças</i>	<i>Adolescentes</i>	<i>Adultos</i>
<i>Pai</i>	11,8%	5,3%	1,1%
<i>Mãe</i>	1,7%	0,8%	0,3%
<i>Madrasta</i>	0,4%	0,0%	0,0%
<i>Padrasto</i>	12,3%	8,4%	1,1%
<i>Cônjuge</i>	0,8%	1,2%	9,3%
<i>Ex-cônjuge</i>	0,2%	0,3%	4,3%
<i>Namorado (a)</i>	7,1%	8,2%	1,6%
<i>Ex-namorado (a)</i>	0,6%	1,9%	1,7%
<i>Filho(a)</i>	0,1%	0,1%	0,5%
<i>Desconhecido (a)</i>	12,6%	37,8%	60,5%
<i>Irmão (ã)</i>	3,2%	1,6%	1,0%
<i>Amigos/Conhecidos</i>	32,2%	28,0%	15,4%
<i>Cuidador(a)</i>	1,2%	0,6%	0,2%
<i>Patrão/chefe</i>	0,2%	0,6%	0,5%
<i>Pessoa com relação institucional</i>	0,8%	0,8%	0,7%
<i>Policial/agente da lei</i>	0,2%	0,4%	0,3%
<i>Outros</i>	0,1%	0,2%	0,1%

Fonte: Sinan/Dasis/SVS/Ministério da Saúde. Dados de 2011. ¹⁶²

Os números contidos na tabela 1 apontam uma realidade desconcertante e preocupante. O agressor / abusador, ao fazer parte do cotidiano da criança e do adolescente, especialmente no convívio do lar, torna mais complexo o combate a esta

¹⁶² Esta tabela faz parte do estudo elaborado por Cerqueira e Coelho (2014, p. 10). É importante chamar a atenção para o fato de que, embora os dados sejam de 2011, há dificuldade em encontrar dados recentes advindos dos órgãos ligados à saúde. Entretanto, as informações contidas no estudo são interessantes para compreendermos o grau de exposição e vulnerabilidade sob o qual crianças e adolescentes estão submetidos.

modalidade de crime cometido contra estes sujeitos. O espaço doméstico é, portanto, um dos lugares mais perigosos para a criança e o adolescente.

Neste sentido, uma opção coerente para facilitar a identificação, punição e combate de violência sexual contra crianças e adolescentes é a implantação, manutenção e elaboração de materiais voltados para educação sexual nas escolas. Além disso, a desmitificação do olhar da sociedade em relação ao espaço doméstico como um lugar onde o Estado não deve interferir e, por esta razão, há dificuldade no processo de denúncia dos abusos e a punição, também necessita urgentemente fazer parte da agenda legislativa e de processos de criminalização e punição dos agressores. Por fim, é necessário, também, a criação de redes de proteção unida à lugares de acolhimento destinados às crianças e adolescente vítimas de violência, especialmente no espaço doméstico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste breve artigo procurou-se discutir a questão da infância à luz dos direitos humanos, enfatizando o aspecto histórico-social em torno da concepção de criança e adolescente. A criança ou o sentido de ser criança, ao longo do tempo, sofreu muitas alterações. De mini-adultos na Grécia Antiga à sujeito dotado de direitos na contemporaneidade, o lugar da criança sempre foi complexo. Assim, na primeira parte deste estudo, apresentamos sucintamente a construção da criança e da infância na Grécia antiga e Idade Média, destacando os estudos de Philippe Aïès, Colin Heywood, Luísa Ferreira de Nazaré, entre outros. No que tange a compreensão da infância como umas fases fundamentais para o processo de construção da civilização destacaram Norbert Elias, cujo aspecto da socialização e reprodução social ao longo da infância é um componente eficaz na manutenção ou transformação da sociedade.

Na segunda parte, as reflexões acerca dos direitos humanos e da infância demonstraram a dificuldade em identificar as fases de determinação da infância e da adolescência de acordo com o ECA e os ciclos escolares. Tal constatação, de certa forma, gera na sociedade descompasso em relação às medidas protetivas e políticas públicas em torno da infância. Embora ao longo do século XIX a criança fosse concebida na condição de sujeito vulnerável e, portanto, necessitando de proteção familiar e portadora de direitos sociais, somente no século XX que a criança ganhou status de sujeito de direitos.

Na terceira parte, discutimos a problemática em ser criança e adolescente no Brasil, tanto no que diz respeito à proteção, quanto na construção de alternativas viáveis para coibir a violência contra essa parcela da população. A reflexão foi elaborada de acordo com dados advindos de fontes diversificadas e, constatou-se que além da vulnerabilidade, a dificuldade em obter dados consolidados acerca da situação da infância no Brasil, traduz-se como um dos entraves para a construção e manutenção de políticas eficazes de combate à violência contra crianças e adolescentes.

Portanto, este estudo pretendeu contribuir, na condição de alerta, para a necessidade urgente de construir políticas e demais ações de proteção à criança e adolescente no Brasil, cumprindo-se, assim, a principal prerrogativa dos direitos humanos, ou seja, o direito à vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

AIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BUTLER, Judith. Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CERQUEIRA, Daniel e COELHO, Danilo de Santa Cruz. Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar). IPEA – Nota Técnica, N. 11, Brasília, março de 2014. (disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadist11.pdf)

CHARLOT, Bernard, La Mystification Pédagogique. Paris, Payot, 1977.

DEL PRIORI, M. A criança negra no Brasil. In JACÓ-VILELA, AM., and SATO, L., orgs. Diálogos em psicologia social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 232- 253.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador – uma história dos costumes (vol.1). Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERREIRA, Luísa de Nazaré. Violência e infância na Grécia antiga: três aspectos de uma problemática. In: Ana Iriarte & Luisa de Nazaré Ferreira (coords.). Idades e gênero na literatura e na arte da Grécia Antiga. Humanitas Supplementum, Imprensa da Universidade de Coimbra – ANNABLUME. 2015. (disponível em: https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/35789/1/LNF_ViolenciaInfancia2015.pdf)

HEYWOOD, Collin. Um história da infância. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KRAMER, Sônia. A idéia da infância na pedagogia contemporânea. Em Aberto. Brasília: INEP/MEC, v1, n4, março.1982

OMENA, Luciane Munhos de. Os Ofícios: Meios de Sobrevivência dos Setores Subalternos da Sociedade Romana. Disponível em < <http://www.revistafenix.pro.br> >

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e Alteridade: Interrogações a partir da Sociologia da Infância. In: Educação e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361- 378, maio/ago. 2005.

SOARES, N. F. Direitos da criança: utopia ou realidade. In: PINTO, M., SARMENTO, M. J. As crianças: contextos e identidades. Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho. 1997

SERVIÇO SOCIAL

Como citar: MORAES, Márcia Cristina da Silva; OLIVEIRA, Rosane Cristina de. *Configurações familiares e sua influência na trajetória dos adolescentes em conflito com a lei no Brasil*. In: revista digital Simonsen, n°11, novembro, 2019. Disponível em: [www.simonsenbr/revista Simonsen](http://www.simonsenbr/revista%20Simonsen). ISSN: 2446-5941.

CONFIGURAÇÕES FAMILIARES E SUA INFLUÊNCIA NA TRAJETÓRIA DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NO BRASIL.

Por: Márcia Cristina da Silva Moraes¹⁶³

Rosane Cristina de Oliveira¹⁶⁴

¹⁶³ Graduanda em Serviço Social pelas Faculdades Integradas Simonsen.

¹⁶⁴ Doutora em Ciências Sociais pela UERJ, professora das Faculdades Integradas Simonsen e profa. Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da UNIGRANRIO.

RESUMO: A família é umas das mais antigas e milenares instituições. E onde a maior parte dos indivíduos tem suas primeiras experiências de vida em sociedade. É um ambiente onde se herdamos costumes, valores, culturas. E seus laços transcendem a consanguinidade. Considerada por muitos estudiosos como sendo o cerne para elucidar uma boa parte das mazelas sociais, a família vem sendo alvo de muitos estudos ao longo de todo seu processo histórico. O presente artigo tem por objetivo explicitar a trajetória das transformações em que a família vem sofrendo ao longo do tempo, visando se adaptar a cada período em que a sociedade vivencia. E propõe uma reflexão sobre a interdependência existente entre a família e a sociedade, em como suas relações recíprocas, em como qual seria a sua influência no comportamento dos adolescentes que se encontram em conflito com a lei.

Palavras-chave: Família, Adolescentes, Conflito, Lei.

ABSTRACT: The family is one of the oldest and millenarian institutions. And where most individuals have their first experiences of life in society. It is an environment where customs, values and cultures are inherited. And their ties transcend consanguinity. Considered by many scholars as the core to elucidate a good deal of social ills, the family has been the subject of many studies throughout its historical process. The purpose of this article is to explain the trajectory of the transformations in which the family has been suffering over time, in order to adapt to each period in which society lives. And it proposes a reflection on the interdependence between the family and society, on how their reciprocal relations, on how their influence on the behavior of adolescents who are in conflict with the law.

Keywords: Family, Adolescents, Conflict, Law.

INTRODUÇÃO

Considerada “a célula mater da sociedade”¹⁶⁵, a família de um modo geral, é onde maioria dos indivíduos vivenciam suas primeiras experiências de convívio social. A referência herdada na convivência familiar, é determinante na formação moral, psicológica e intelectual do indivíduo. Sua indiscutível relevância e importância justifica a família como sendo alvo de vários estudos e pesquisas, que visam descobrir sua real origem, sua estrutura, e as mudanças ocorridas em sua formação ao longo dos anos. Bem como as transformações pelo qual, vem sendo acometidas ao perpassar gerações. E toda essa transformação global ocorrida no mundo, não exclui a família de seu contexto histórico. (MOORE, 1967).

Diversos autores possuem definições similares e antagônicas do conceito de família, abordaremos alguns deles neste presente artigo. A família “é um grupo social no qual os membros coabitam unidos por uma complexidade muito ampla de relações interpessoais geralmente em uma residência comum, podendo haver colaboração econômica, e no âmbito deste grupo existe a função da reprodução” (BELTRÃO, 1989, p.17).

Diferentes áreas de conhecimento demonstram quais são as várias vertentes em que se pode analisar a família. Visto que por ser uma instituição com suas especificidades se distinguem das demais entidades. (GOMES, 1990). Nela se enfrentam e integram as forças da subjetividade e do social, sendo passada de modo singular a geração mais nova padrões de valores e normas de conduta que serão absorvidos de acordo com suas idiossincrasias. O sistema familiar muda conforme a sociedade e por ser uma (MINUNCHIN, 1985).

A família é muito importante para a sociedade, configura um contexto social mais amplo, sendo ponto de referência para a concepção de identidade. (BIASOLINI-ALVES, 1995).

Ainda do ponto de vista teórico, podemos dizer também que a família pode ser considerada como um espaço de socialização, onde há possibilidade para desenvolvimento individual e coletivo. Não obstante as novas configurações estruturais que a família vem sendo influenciada durante todo o seu processo histórico, pois sua dinâmica é própria, sendo influenciada tanto pelo desenvolvimento de seu ciclo vital

¹⁶⁵ Famosa frase criada pelo escritor Rui Barbosa (1849-1923).

bem como pelas políticas econômicas e sociais. (CARTER & MCGOLDRICK 1995; FERRARI & KALOUSTIAN, 2004).

O contexto familiar é de fundamental importância para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, uma vez que as relações estabelecidas neste ambiente são determinantes de comportamentos ante ou pro-sociais. Baseando-se nessa afirmativa, que tem como objetivo confirmar a relevância do tema abordado e partindo do pressuposto que a família é ou deveria ser a primeira experiência de convivência em sociedade do indivíduo, de modo que todas as complicações provenientes das relações familiares interferem de forma direta na sociedade em sua amplitude.

O presente trabalho está estruturado em duas partes. A primeira parte apresenta uma discussão sobre o conceito de família e suas variações ao longo do tempo. Na segunda parte abordamos, especificamente, a questão da família em relação aos jovens em conflito com lei. Neste tópico, a discussão baseia-se nas possibilidades e entraves no relacionamento entre a família e adolescentes em conflito com a lei.

SOBRE O CONCEITO DE FAMÍLIA AO LONGO DO TEMPO

“Na realidade a família é o primeiro refúgio em que o indivíduo ameaçado se protege durante os períodos de enfraquecimento do Estado. Mas assim que as instituições políticas lhe oferecem garantias laços de sangue se afrouxam. A história da linhagem é uma sucessão de contrações e distensões, cujo ritmo sofre as modificações da ordem política.” (Georges Duby, apud Ariés, 1981 p.213).

A família é a primeira célula de organização social tendo antepassados comuns com vínculo afetivo. Seu surgimento fora acerca de aproximadamente há 4600 anos. A origem etimológica da palavra família, deriva do vocabulário latim “famulus” que significa “escravo doméstico”, e que primitivamente considerava a família como sendo o conjunto de escravos e servos de uma mesma pessoa.

As contribuições dos estudos de Lewis Henry Morgan (1877) foram pioneiras na elucidação da origem dos primeiros grupos familiares na antiguidade, pois deixara um imenso legado mencionado no livro “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, escrito por Frederich Engels (1891), que relata como foram aprimorados os estudos de Morgan sobre a “teoria dos gens”, dentre outras. E retrata a forma zelosa como resumiu e publicou seus estudos, que foram precursores na compreensão da transformação histórica da família.

Inicialmente de fato, o estudo da história da família começa em 1861, de acordo com Engels (1891). Para o autor, primitivamente os seres humanos viveram em promiscuidade sexual, onde intitulou de “heterismo”. E em consequência dessa forma livre de coabitação entre os povos daquela época, não era possível estabelecer uma forma exata para determinar a filiação paterna das crianças nascidas. Sendo contada somente a filiação pela linha feminina.

Os escritos de Mac Lennan (1886) corroboram no tocante a teoria da origem da família em sua essência nos moldes de família matriarcal, pois afirma ter existido nas raças primitivas classificadas por ele como exógamas e poliandricas, com disparidade numérica entre homens e mulheres. De forma que entre as raças exógamas, era reconhecido somente o vínculo consanguíneo materno. Por conseguinte, as mulheres mães, como únicas progenitoras reconhecidas obtinham imenso respeito, e chegavam ao pleno domínio feminino, configurando uma ginococracia.

Na perspectiva desses autores, a transição entre o “heterismo” até a monogamia, se dá particularmente entre os gregos, advinda de concepções religiosas, e da inserção de novas divindades em meio ao grupo dos tradicionais deuses, reiterando assim as velhas ideias. Sendo a reflexão religiosa, a principal responsável pelo desenvolvimento das transformações históricas entre homem e mulher no tocante a origem das configurações familiares.

A família patriarcal, onde o homem exercia a plena liderança, advém do modelo da Roma Antiga. Onde o patriarca tinha o poder sobre a mulher e os filhos. Esse poder patriarcal superava o do Estado, durando até a sua morte na família. O dito poder lhe dava até mesmo o direito de vender os seus próprios filhos como (ENGELS, 1884).

A família passou por profundas transformações ao longo dos anos. E uma das características da família até o século XVIII, era a falta de afeto entre seus entes, cujo propósito das uniões seria tanto a conservação dos bens, como a preservação da honra e da vida. Naquele momento a linhagem, e os bens familiares, bem como a manutenção do sobrenome das famílias, eram as principais preocupações.

Naquela ocasião os filhos eram tratados de forma diferida. Quando a filha se casava não fazia mais parte da família de origem. Por conseguinte, não herdava os bens, somente os filhos homens. (FUSTEL DE COULANGES, 1998). Os filhos pertenciam aos pais, a quem deviam suas vidas, de forma que sesses se julgavam com total direito sobre eles. O sentimento de posse e de poder estavam perceptivelmente ligados a origem e evolução do grupo familiar (BILLAC, 1993).

Não podemos deixar de mencionar a participação da Igreja Católica, que colaborou para o processo de “romantização” dessa instituição familiar. Haja vista que o Direito Canônico conferia ao casamento uma conotação de sacralidade. Que desde então, passara a ser constituído somente através de cerimônias religiosas e, tornando-se indissociável. Devendo ser separado apenas pela morte. A Igreja Católica pôs-se a embater naquela época, aproximadamente no século XIX, tudo que pudesse vir a desintegrar as famílias.

E nessa perspectiva, afirma D’Incao (1989): Nas relações conjugais havia uma idealização de romantismo, onde se amava “um conjunto de ideias sobre o amor”, sem ligação particular com mais amplos processos sociais. (GIDDENS, 1993). Tendo sido difundido globalmente esse modelo de união, que se faria determinante para a constituição da família tradicional nuclear.

Paradoxalmente, para Guiddens (1993), o amor romântico não se limitava ao casamento, pois considera o amor apaixonado ser tomado por uma urgência que deixa o indivíduo à parte das rotinas da vida cotidiana. De maneira que essa afirmativa do autor faz uma analogia entre a história romântica entre o homem e a mulher, e a individual:

“O amor romântico, que começou a marcar a sua presença a partir do final do século XVIII, utilizou tais ideais e incorporou elementos do ‘amour passion’, embora tenha se tornando distinto deste”. O amor romântico introduziu a ideia de uma narrativa para uma vida individual – fórmula que estendeu radicalmente a reflexividade do amor sublime”. (GIDDENS, 1993, p. 50)

As mudanças nas configurações familiares vêm se solidificando desde os processos de industrialização e urbanização (SARACENO, 1976) e uma nova ordem familiar toma forma nitidamente no século XIX, na passagem da Sociedade Pré-industrial à Sociedade Industrial Moderna (BELTRÃO, 1989). A partir de então nasce um novo conceito de família. Não somente no sacramento imposto pela Igreja, mas por vínculo afetivo entre seus membros, onde se idealizava a convivência de forma harmoniosa e a integração de sentimentos com vistas a um projeto pessoal de felicidade. Sendo esse o cerne da família na atualidade. Não se limitando somente aos laços consanguíneos, mas os da intimidade, amor e convivência. Onde a concepção subjetiva da definição de família se dá de forma individual através de suas próprias crenças e valores que os permite aprendizado constante proveniente da vida cotidiana (CREPALDI, 1998).

Na afirmação desse atual modelo familiar podemos mencionar a definição das Organizações das Nações Unidas (ONU) que em uma nota do Sistema ONU no Brasil de 2015, prevê que “em diferentes sistemas culturais, políticos e sociais, existem diversas formas de família”, e considera de extrema importância assegurar que outros arranjos familiares, devam ser igualmente protegidos. Não adotando dessa forma um conceito “padronizado” de família, mas respeitando a pluralidade das configurações família. Familiares existentes na sociedade, dentro de um contexto muito mais amplo do que seria.

A família deveria ser aquela que propicia aportes afetivos e o bem estar de seus componentes; e desempenhar um papel decisivo na educação formal e informal; são em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários onde se aprofundam laços de solidariedade; é também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados os valores culturais (FERRARI, 2004).

A família ainda se mantém, porém com a necessidade de novos liames (BILAC, 1993), recombina em uma disparidade de relações sociais, bem como sobre outros diversos arranjos e configurações. Não existindo mais um “padrão” de família conforme outrora. As transformações relacionadas às configurações familiares estão inseridas num contexto globalizado. Para Guiddens (1991), esse modelo de organização de sociedade que surgira na Europa no século XVIII, influenciou de alguma forma o mundo.

Na atualidade, de acordo com a Organização das Nações Unidas no Brasil (ONUBR), não existe mais uma definição “padrão” de família, considerando dessa forma todos os tipos de arranjos familiares existentes na sociedade moderna.

De acordo com o documento da Declaração¹⁶⁶ e Plataforma de Ação de Pequim, da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres e o Programa de Ação da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento de Cairo, reconhecem na família o “núcleo básico da sociedade e como tal deve ser fortalecido” e afirma que “a família precisa receber proteção e apoio amplos. Em diferentes sistemas culturais, políticos e sociais, existem diversas formas de família. Os direitos, capacidades e responsabilidades dos membros da família devem ser respeitados”.

¹⁶⁶ Texto Integral da Declaração e Programa de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, parágrafo 29. Tradução não oficial. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf. Acesso em 12 de outubro de 2015.

Podemos afirmar que na sociedade moderna, a consanguinidade não é um fator determinante para definir ou conceituar família.

FAMÍLIAS, ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, DIFICULDADES E POSSIBILIDADES.

“O menino carrega consigo, pelas ruas da cidade, as dificuldades comuns da adolescência acrescidas dos dramas da pobreza, no contexto da imensa desigualdade brasileira. Sabemos que a adolescência é uma criação histórica cultural recente, mas também sabemos como pode ser desafiadora, do ponto de vista psicológico, com seu rosário de ambiguidades, cobranças, promessas e frustrações”. (SOARES 2005, p.1).

Considerada por alguns autores como uma fase do desenvolvimento humano, a adolescência ao longo do tempo tem sido alvo de vários estudos, na perspectiva de “desvendar” ou “descortinar” os segredos e peculiaridades desse momento tão importante e especial na vida do indivíduo. Podendo ser caracterizado como “...um modo de vida entre a infância e a vida adulta”. (ERICKSON, 1976, p.128)

Um importante autor da América Latina chamado Knobel (1989), no final da década de 1980, introduziu um conceito de “síndrome normal da adolescência”, no qual ele classifica os sintomas a seguir como parte desse processo de desenvolvimento, sendo eles: “(1) busca de si mesmo e da identidade; 2) tendência grupal; 3) necessidade de intelectualizar e fantasiar; 4) crises religiosas, que podem ir desde o ateísmo mais intransigente até o misticismo mais fervoroso; 5) deslocalização temporal, em que o pensamento adquire as características de pensamento primário; 6) evolução sexual manifesta, desde o autoerotismo até a heterossexualidade genital adulta; 7) atitude social reivindicatória com tendências ante ou associadas de diversa intensidade; 8) contradições sucessivas em todas as manifestações da conduta, dominada pela ação, que constitui a forma de expressão conceitual mais típica deste período da vida; 9) uma separação progressiva dos pais; e 10) constantes flutuações de humor e do estado de ânimo”. (KNOBEL, 1989, p.29)

Partindo do pressuposto da singularidade dessa fase, o autor Outeiral (1994), considera como referência, a classificação da adolescência como sendo uma fase de crescimento humano e elucidação de sua própria identidade. Fase que segundo o autor tem seu início logo após as transformações do corpo na puberdade. Acrescenta, ainda,

que a estrutura familiar vivenciada pelo adolescente difere da vivida por seus pais, de modo que a busca pela independência é o seu foco central, bem como a definição sexual. Alega também que o adolescente visa à identidade profissional e a posterior inserção no mercado de trabalho. Acompanhada da independência financeira, não deixando também de vislumbrar o reconhecimento da sociedade em que vive.

Na perspectiva de avançar no sentido de superar o conceito abstrato de adolescência podemos considerar a afirmativa do autor:

“Numa sociedade em que os adultos fossem definidos por alguma competência específica, não haveria adolescentes, só candidatos a uma iniciação pela qual seria fácil decidir: sabe ou não sabe, é ou não é adulto. Como ninguém sabe direito o que é um homem ou uma mulher, ninguém sabe também o que é preciso para que um adolescente se torne adulto. O critério simples da maturação física é descartado. Falta uma lista estabelecida de provas rituais. Só sobram então à espera, a procrastinação e o enigma, que confrontam o adolescente - este condenado a uma moratória forçada de sua vida - com uma insegurança radical...”. (CALLIGARIS 2000, p. 21)

Partindo de outro ponto de vista, relacionado ao conceito de adolescência, podemos afirmar que o indivíduo tem seu desenvolvimento iniciado na sua conexão com o mundo social e cultural, de forma que “... o homem se torna mais individual e pode desenvolver uma atividade totalmente autônoma, necessariamente através de um grande desenvolvimento das relações sociais, da realidade humana objetivada e com a plena socialização do indivíduo”. (DUARTE, 1993 p. 157).

Um fator contribuinte para a concepção de transformações na fase na vida do jovem adolescente na sociedade moderna seria o declínio da família enquanto unidade de produção, onde o padrão de vida mudava naquela época do agrário para o urbano, algo que colaborou para mudanças significativas na vida dos jovens na sociedade moderna. Observemos o trecho a seguir:

“A indústria cultural se apropria dos valores e atributos próprios desta fase da vida e contribui para criar uma cultura adolescente. Desse modo, as mudanças econômicas, familiares e culturais transformam a experiência de crescimento e a adolescência tornou-se um importante estágio na biografia individual e, mais do que isso, em um conjunto etário nas sociedades modernas ocidentais” (SANTOS, 1996, p. 154).

A autora Eisentein (2005) cita em seu artigo¹⁶⁷ que a Organização Mundial de Saúde (OMS), considera como limites cronológicos na classificação etária para

¹⁶⁷ Revista Oficial do Núcleo de estudos da Saúde do adolescente/UERJ.

adolescentes sendo entre 10 e 19 anos, e complementa que a Organização das Nações Unidas (ONU), classifica como sendo jovens os que integram a faixa etária entre 15 e 24 anos.

Existem vários tratados internacionais garantidores da promoção do bem-estar e proteção à criança e ao adolescente, tais como: Declaração de Genebra (1924), Declaração Universal dos Direitos das Crianças (1959), Diretrizes de Riade (1990), Regras de Tóquio (1990). Dentre os mais importantes, gostaríamos de destacar as “Regras de Benjing¹⁶⁸ que em seus princípios gerais nos respectivos parágrafos preveem:

1.3 “Conceder”-se-á a devida atenção à adoção de medidas concretas que permitam a mobilização de todos os recursos disponíveis, com a inclusão da família, de voluntários e outros grupos da comunidade, bem como da escola e de demais instituições comunitárias, com o fim de promover o bem-estar da criança e do adolescente, reduzir a necessidade da intervenção legal e tratar de modo efetivo, equitativo e humano à situação de conflito com a lei. 1.4 A Justiça da Infância e da Juventude será concebida como parte integrante do processo de desenvolvimento nacional de cada país e deverá ser administrada no marco geral de justiça social para todos os jovens, de maneira que contribua ao mesmo tempo para a sua proteção e para a manutenção da paz e da ordem na sociedade.”.

No Brasil, ao longo de seu processo histórico relacionado à promoção do bem-estar e proteção à criança e ao adolescente viveram imensas lutas sociais que visavam garantir esses direitos, já conquistados por esses tratados internacionais, de forma a tê-los garantidos em nosso país.

Foi durante o governo Getúlio Vargas, que a assistência prestada por instituições à criança e adolescentes passa por outras formulações e reformulações. A Era Vargas (1930-1945). E é nesse período que o Estado passa a intervir nas sequelas da questão social, fruto da sociedade capitalista que vinha se concretizando no Brasil. De forma que gradualmente o Estado brasileiro passa a reconhecer a questão social como uma questão política a ser resolvida sobre sua gerência. (SPOSATI, 1995).

As lutas sociais em todo país colaboraram para a aprovação do artigo 227 da Constituição Federal de 1988 que, já era considerada um grande avanço nessa área.

Norteando direitos específicos à criança e ao adolescente e, posteriormente a

¹⁶⁸ Regras mínimas das Nações Unidas para a administração da Justiça da Infância e da Juventude. Adotadas pela Assembleia geral das Nações Unidas na sua resolução 40/33 de 29 de Novembro de 1985.

promulgação da Constituição Federal de 1988, algumas organizações da sociedade civil, articulados com o Ministério Público, o Poder Executivo e entidades defensoras da doutrina de proteção integral a criança e ao adolescente, implementaram e formularam a lei complementar aos artigos 227 e 228 da Constituição Federal, que viria a ser chamada de Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº8069/90.

Considerado um marco jurídico na área de infância e adolescência, o Estatuto da Criança e do Adolescente, é um modelo para a construção de um Estado de bem estar para a infância e adolescência. E dentre outros fatores importantes previstos no Estatuto, podemos citar a municipalização do atendimento, advindo da descentralização político administrativa, que colabora para que as políticas sociais sejam locais, onde a participação popular permite a centralidade das decisões políticas, respeitando as especificidades de cada território. Colaborando dessa forma para a efetivação desse Estado de bem estar à infância e adolescência.

O ECA é um importante instrumento político-cultural e institucional. Que preconiza a garantia de direitos a criança e ao adolescente, inclusive mantém todos os seus direitos constitucionais, enquanto em situação de conflito com a lei, no cumprimento de medida socioeducativa. Prevendo que os direitos sociais sejam de responsabilidade do Estado, o qual deverá gerir e implementar as políticas sociais neste segmento, despreendendo-se assim do cunho compensatório no atendimento à infância e adolescência.

O ECA institui a criação de Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares, Justiça da Infância e da Juventude, Promotorias e Defensorias Públicas, e também o Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente atuando como mecanismos de desenvolvimento da cidadania e democratização da sociedade.

A complexidade do ciclo de adolescentes autores de ato infracional no Brasil, não é recente, pois a criminalidade é uma antiga expressão da questão social, fruto das desigualdades sociais (IAMAMOTO, 2001) provenientes do sistema capitalista vigente em nosso país.

As transformações ocorridas nas famílias dos adolescentes no passado o corridas na época em que as saíam da área agrária, para a urbana, após o início do processo de industrialização, fez com que as mulheres necessitassem sair de suas casas para

trabalhar e auxiliar no sustento de sua prole. Onde eram submetidas a jornadas intensas de trabalho, que favoreciam a diminuição do convívio familiar. E mediante o aumento da produção de riqueza por parte dos detentores do capital, a miséria só aumentava na vida desses operários, por conta da exploração.

Observemos a crítica da autora ”a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. (IAMAMOTO, 2013 p.27). A pobreza tem sido estigmatizada como fator determinante para ditar a similaridade com a criminalidade. E muitos adolescentes vivem na miséria devido a uma desigualdade social latente no país, onde o Estado tem falhado enquanto garantidor de direitos. Encontrando-se nesse panorama de discriminação e exclusão social. “Hoje a pobreza é radicalizada: é o perigoso, o transgressor, o que rouba e não trabalha sujeito à repressão e à extinção. São as classes perigosas, e não mais laboriosas destinatárias da repressão. Reforça-se assim a violência institucionalizada, colocando-se em risco o direito à própria vida”. (IAMAMOTO, 2013 p.42)

A culpabilização das famílias como motivação para o ingresso de adolescentes na criminalidade é alvo de muitos estudos. Porém, o Artigo 227 da Constituição Federal elucida a responsabilidade também do Estado em garantir os direitos dos adolescentes a terem uma vida digna, como podemos observar:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

A adolescência é um período de muitas transformações na vida do jovem, pois embora seja um período natural, e universal, também é caracterizado por momentos de crise, instabilidade, a chamada “Síndrome da Adolescência normal” noção introduzida por Knobel (1989). E por ser um momento especial nessa fase de desenvolvimento do indivíduo (ERICKSON, 1976), requer prioridade no trato conforme exposto no SINASE (2006, p.26) “a adolescência é considerada momento crucial do desenvolvimento humano, da constituição do sujeito em seu meio social e da construção

de sua subjetividade”.

Em seu artigo “Boletim Segurança e Cidadania, o Autor João Trajano Sento Sé, cientista político, menciona em sua pesquisa que 72,5% dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa na ocasião de sua pesquisa, residiam com os pais no momento da autoria do ato infracional. E o autor relata ainda que esses adolescentes de alguma maneira mantêm laços com pais e familiares.

Sob outro ponto de vista, Ramos (2009), afirma em seu artigo “Trajetórias no tráfico: jovens e violência armada em favelas cariocas”, que é necessária melhoria nas escolas, criação de empregos dentre outros para acabar com a violência entre os adolescentes envolvidos em grupos armados. Elucida que enquanto houver “armas e munições em abundância” nas favelas, haverá meninos que por alguma razão, e em algum momento de suas adolescências ou juventudes, vão experimentar “a vida errada”. Nesse ponto, somente o Estado com políticas públicas eficazes poderá intervir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família é uma instituição milenar e bastante complexa, pois ao longo do processo histórico ela vem se modificando para se adequar a sociedade. Defendemos a sua importância na vida do adolescente, por ser um ambiente de construção de identidade. Dentro dessa construção, devemos primar pela valorização da diversidade humana, respeitando suas diferenças culturais, raciais ou econômicas, se desprendendo de uma conotação moralista, atribuída as famílias pela sociedade.

Diante do exposto no presente artigo, podemos observar que diversos podem ser os fatores que levam os adolescentes a serem autores de atos infracionais: tais como a questão econômica, a fragmentação dos vínculos familiares dentre outros fatores.

Porém a culpabilização das famílias está arraigada em nossa sociedade e alguns discursos ecoam classificando as famílias como “desequilibradas” e responsáveis por seus filhos se inserirem no mundo do crime, eximindo o papel do Estado nesse contexto socioeconômico. De modo que a ausência de políticas públicas favorece esse panorama desigual onde o adolescente negro e pobre se encontra. Com menores perspectivas de inclusão social.

A família é coparticipante no processo socioeducativo juntamente com o Estado.

A importância da família em suas diferentes configurações na vida do adolescente em conflito com a lei é notória, enquanto uma entidade de apoio e afeto.

Ressaltamos a importância de um maior investimento em políticas públicas e programas que destaquem a relevância do cumprimento das medidas socioeducativas com a participação das famílias, pois essa parceria Estado e família só irá favorecer a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, FERNANDO DE BRITO. A Homossexualidade e o Princípio Constitucional da Igualdade. *Argumentar: Revista do Programa de Mestrado em Ciência Jurídica da FUNDINOP; Centro de Pesquisa e Pós-Graduação (CPEPG), Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (CONPESQ), Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro*. N. 6, 2006.

ARIÉS, P. *História Social da Criança e da Família*. Trad. Dora Flaksman. 2. Ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978/ ano 2012.

BELTRÃO, P.C. (1989), *Sociologia Della Famiglia Contemporânea*, Roma, PUG.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. (1995) *Família, socialização e desenvolvimento: as práticas de educação da criança*. Tese de Livre-Docência, Ribeirão Preto: USP.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira. No século XX. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v.16, n.3, 2000.

BILAC, E.D. A família e a Fragmentação do Social, in *Natureza, História e Cultura – repensando o social: Caderno de Sociologia, IV(número especial), PPGS/UFRGS*, 1993.

BRASIL, (05 de Outubro de 1988-Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. (13 de jul de 1990). LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências* .

BRASIL. (18 de jan de 2012). LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012. *Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adol.*

CAHALIL, Y. S. Constituição (Org.). *Código do Processo Civil*. 5. Ed. São Paulo: RT, 2003.

CALLIGARIS, C. (2000). *A Adolescência*. Coleção Folha Explica. São Paulo: PUBLIFOLHA.

CESEC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania) Disponível em< <https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2012/03/trajetorias-do-traffic-jovens-e-violencia-armada-em-favelas-cariocas.pdf>>acesso em 08/07/2018.

CESEC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania) Disponível em <<https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2016/03/boletim04.pdf>> acesso em 09/07/2018.

COULANGES, Numa Denis Fustel de. A Cidade Antiga. Traduzido por Fernando de Aguiar. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 47.

CREPALDI, M. A. Famílias De Crianças Acometidas por Doenças Crônicas: Representações. Sociais da Doença. *Cadernos de Psicologia e Educação – Paidéia*, Ribeirão. Preto, v.8, n.14-5, p.151-167, 1998.

D'INCAO, M.A. (Org.). Amor e família no Brasil, São Paulo, Contexto, 1989.

DUARTE, N. *A Individualidade Para-si: Contribuições a uma Teoria histórico-social da formação do indivíduo*. Campinas: Autores Associados, 1993.

EISENTEIN, E. Adolescência: Definições, Conceitos e Critérios-Adolesc. Saúde -2005; 2(2): 6-7

EMERJ (Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro-Série aperfeiçoamento de Magistrados 13- 10 anos do Código Civil – Aplicação, Acertos, Desacertos e Novos Rumos-Volume 1-Luciano Silva Barreto Disponível em <http://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/13/volumeI/10anosdocodigocivil_205.pdf> acesso em 12/07/2015.

ENGELS, Friedrich. A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado: Texto integral. Traduzido por Ciro Mioranza. 2. Ed. rev. São Paulo: Escala [S.D], p. 31-7. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal, v. 2).

ERICKSON, E Identidade, Juventude e Crise. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FACO, V. M. G. *Famílias de zona rural e urbana: características e concepções de Adolescentes*. Bauru, 2007. 130 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento E Aprendizagem). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Do Desenvolvimento e Aprendizagem. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2007.

FERRARI, M.; KALOUSTIAN, S. M. Introdução. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.) *Família brasileira, a base de tudo* (p.11-5), 6. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF, UNICEF, p.11-5, 2004.

GOMES, J. Socialização: um problema de mediação. *Psicologia-USP*, 1(1) 57-65, São Paulo, 1990.

GUIDDENS. A – As Consequências da Modernidade – São Paulo, UNESP, 1991.

GUIDDENS. A-As transformações da intimidade. Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas. São Paulo: UNESP, 1993.

IAMAMOTO. Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. *Temporalis Revista da Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS*, Brasília, n° 3, p. 9- 32, jan./junho, 2001.

O Serviço Social na Contemporaneidade-Trabalho e Formação Profissional-24ªed. Rio de Janeiro, Cortez, 2013.

IBGE/- Nupcialidade, Fecundidade e Migração: Resultados da amostra. Censo Demográfico 2010 Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/98/cd_2010_nupcialidade_fecundidade_migracao_amostra.pdf acesso em 15/07/2018.

INSTITUTO IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0979.pdf acesso em 11/07/2018.

KNOBEL, M.(1989). A Síndrome da adolescência normal em A.Aberastury & M. Knobel Adolescência Normal. (pp.24-62). Porto Alegre: Artes Médicas.

MINUCHIN, P. Families and Individual Development: provocations from the field Of family therapy. *Child Development*, v. 56, p.289-302, 1985.

MOORE, W.E. Social Change, Englewood, Prentice Hall, 1967.

ONU/BR-Nota do Sistema ONU no Brasil-Sobre a Proposta de Estatuto da Família no Brasil – 2015 Disponível em <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/onu-est-familia.pdf> acesso em 15/07/2018.

OUTEIRAL, J. O. *Adolescer: Estudos sobre Adolescência*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PUC-RIO-Artigo Família Contemporânea – Certificação Digital número 0812167/CA- Disponível em < https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16785/16785_3.PDF>acesso em 22/07/2018.

RAMOS, Silvia. Trajetórias no tráfico: jovens e violência armada em favelas cariocas. *Trivium Estudos Interdisciplinares – Direitos Humanos*, ano 3, n. 2, 2º semestre de 2011, pp. 41-57.

Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude-(1985)-Disponível em < http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex47.htm> acesso em 31/08/2018.

Revista Oficial do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente / UERJ - Vol. 2 n° 2
Abr./Jun.- 2005- Disponível em
<http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=167>acessado em
31/08/2018.

SANTOS, W.G. Cidadania e Justiça. 2. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SARACENO C. *Anatomia Della Famíli*a, Bari, De Donato, 1976.

SCIELO BRASIL-Disponível em< <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v6n2/11.pdf> >acesso
em 08/07/2018.

SCIELO BRASIL-Disponível em< <http://books.scielo.org/id/965tk/pdf/oliveira-9788579830365-02.pdf>>acesso em 08/07/2018 às 23h53hs.

SENTO-SÉ, João Trajano. Adolescentes em conflito com a lei. Boletim Segurança e Cidadania, n. 4, maio de 2004.

SPOSATI, A. ET AL. A Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras. São Paulo: Cortez, 1985.

SERVIÇO SOCIAL

Como citar: SERPA, Thaís Viegas, A profissionalização para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas Estado do Rio de Janeiro. In: Revista digital Simonsen, nº11, novembro, 2019. Disponível em www.simonsenbr/revistasimonsen. ISSN: 2446-5941.

A PROFISSIONALIZAÇÃO PARA OS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Por: Thaís Viegas Serpa¹⁶⁹

Mauro Sérgio Vieira¹⁷⁰

¹⁶⁹ Bacharel em Serviço Social da Faculdades Integradas Simonsen.

¹⁷⁰ Mestre em Ciências Ambientais, Professor das Faculdades Integradas Simonsen

RESUMO: Este trabalho busca desconstruir perante a sociedade a ideia do “menor infrator e delinquente” e a compreender a integração do debate sobre “O adolescente em conflito com a lei e sua reinserção profissional” no âmbito histórico do Brasil colônia até os dias atuais, a atuação do Serviço Social no socioeducativo, procurando demonstrar o posicionamento que os estudiosos da área de Educação, do Sócio jurídico e do Serviço Social vêm tomando em suas reflexões. Neste sentido, essa pesquisa, justifica-se pelo o seguinte fato de haver uma necessidade maior de se construir materiais bibliográficos inovadores que possa contribuir com toda a comunidade acadêmica. A metodologia empregada nesse trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica, onde foram utilizados cartilhas, livros e artigos. A reflexão aqui apresentada neste estudo demonstrou que o profissional de Serviço Social possui uma função de extrema importância e, ao mesmo tempo, desafiadora no tratamento e no processo de promover a garantia de direitos e a reinserção profissional qualificada do adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade.

Palavras Chave: Adolescente em conflito com a lei; Medidas Socioeducativas; Serviço Social; Profissionalização; “ressocialização”.

ABSTRACT: This work seeks to dismantle the idea of the "offender and delinquent minor" to society and to understand the integration of the debate on "The adolescent in conflict with the law and its professional reintegration" in the historical scope of Brazil colony until the present day, of the Social Service in the socioeducative, trying to demonstrate the position that the scholars of the area of Education, the Legal Partner and the Social Service have been taking in their reflections. In this sense, this research is justified by the following fact that there is a greater need to build innovative bibliographic materials that can contribute to the entire academic community. The methodology used in this work is a bibliographical review, where booklets, books and articles were used. The reflection presented here in this study showed that the Social Work professional has an extremely important and at the same time challenging role in the treatment and in the process of promoting the guarantee of rights and the qualified professional reintegration of the adolescent in compliance with socio-educational measures of deprivation of liberty.

Keywords: Adolescent in conflict with the law; Educational measures; Social service; Professionalism; Ressalization

INTRODUÇÃO

O Jovem em conflito com a lei mediante a cumprimento de medidas socioeducativas e das possibilidades da sua reinserção na sociedade encontra várias definições: Reinserção social, readaptação, ajustamento social, integração à família e sociedade. O aparato legal do Estado, a partir da promulgação das particularidades do Estatuto da Criança e do Adolescente, foca no caminho da profissionalização dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade no Estado do Rio de Janeiro. O tema aqui a ser discorrido foca na importância desta profissionalização para que os adolescentes encontrem o equilíbrio necessário a partir das medidas socioeducativas de privação de liberdade e recebam uma “reinserção qualificada”, tendo em vista que a profissionalização de adolescentes já é um desafio para jovens das classes trabalhadoras¹⁷¹ cujas retórica encontram na “ressocialização” eventual contraponto a prover suas inserções no mercado de trabalho. Devido à criminalização da pobreza são esses os jovens mais afetados.

No desenvolvimento deste artigo, a Revisão Sistemática da Literatura lardeou os principais motores de busca disponíveis, como o Google Acadêmico, Plataforma Scielo e outras. Foram elaboradas *strings* de pesquisa que viessem abordar esta temática e relacioná-las ao contexto histórico da criança e do adolescente em conflito com a lei. Neste mesmo sentido, executado um levantamento Histórico da criança e do adolescente acerca da temática. Também abordaremos o Código Mello Mattos e a concretização do Estatuto da Criança e do Adolescente, e o adolescente em conflito com a lei e as medidas socioeducativas.

Analizou-se que a estrutura física, formação de recursos humanos, ações educativas e trabalho transdisciplinar são alguns dos aspectos implicados no cerne do tema e, neste contexto de discussão insere-se o presente trabalho, que terá por objetivo discutir o caráter socioeducativo das medidas da profissionalização para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade e as possibilidades de reinserção social do jovem em conflito com a lei no Estado do Rio de Janeiro.

¹⁷¹ Ricardo Antunes - Estudos do Trabalho - Ano II – Número 3 – 2008 Revista da RET Rede de Estudos do Trabalho www.estudosdotrabalho.org

O CONTEXTO HISTÓRICO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

Desde os primórdios, crianças e adolescentes sofreram pela falta de uma política de proteção que garantissem os direitos a elas pertinentes. Traremos para esta discussão um apanhado histórico dos elementos que trouxeram essas garantias e os desdobramentos que serão vistos no segmento deste trabalho assim como promover uma leitura leve e dinâmica acerca do tema.

Segundo o autor Carlos Simões (2014) as crianças e os adolescentes no Brasil colônia e imperial eram acolhidos por entidades da igreja com caráter assistencialista e de caridade. Naquela época era instituído pelas Ordenações e escolhido um juiz especial que era chamado de “juiz apartado de órfãos” e um escrivão que eram encarregados de investigar a situação dos tutores dessas crianças e adolescentes que viviam com muita precariedade na integração de sua família e comunidade, pois neste período colonial as crianças indígenas também chamadas de curumins viviam integrados aos filhos dos colonos quando eram afastados de suas tribos.

Ainda conforme o autor, com a chegada de milhões de escravos vindos da África entre os séculos XVI e XIX vieram muitas crianças com idade média de oito anos, que aqui foram separadas de seus pais para trabalhar no campo, na lavoura, e nos afazeres domésticos e também como aprendizes de alguns artesãos. As meninas que eram filhas de mães solteiras e de prostitutas, abandonadas e órfãs, eram acolhidas pela igreja católica que as recolhia, e eram levadas para a casa de recolhimento dos expostos, ou seja, as crianças eram levadas para essas casas, pois eram abandonadas ou porque viviam em situação de rua e muita precariedade, e era a câmara da misericórdia e de famílias abastardas responsável por acolhê-las.

Em 1775 um alvará fez com que a câmara perdesse essa autoridade e competência de acolher as crianças, porém o número de abandonados era muito grande, principalmente crianças negras e mulatas. Sabe-se que a sociedade escravista e o racismo são uma das bases de construção das desigualdades no Brasil, pois foi um país formado pela a exploração colonial. Foi a partir deste aumento que se criou a Lei do

Ventre Livre¹⁷², criada por Visconde do Rio Branco em 28/09/1871 com o intuito de dar proteção aos filhos dos escravos chamados de ingênuos (SIMÕES, 2014).

Com o fim da abolição e a formação do capitalismo industrial no Brasil os milhares de escravos foram se aglomerando nas grandes cidades formando assim as primeiras favelas. Em decorrência disso gerou um grande abandono de recém-nascidos que eram deixados por suas mães solteiras nas famosas “rodas”¹⁷³, de expostos e enjeitados. A primeira roda a ser criada foi em Salvador, na Bahia em 1726, que eram instaladas em casas de recolhimento, em famílias abastadas, conventos, hospitais e em algumas instituições públicas com a finalidade de proteger a identificação civil das mães que os abandonou, e zelar pela criação do bebê até sua vida adulta. A roda também configurou a primeira forma que foi denominada como parto anônimo.

À medida que as cidades cresciam e se transformavam, foi ficando cada vez mais precário o assistencialismo da igreja por conta da grande imigração dos trabalhadores por conta da industrialização e urbanização das capitais (SIMÕES, 2014).

A partir deste momento os municípios assumiram algumas funções assistencialistas que, de acordo com a Constituição de 1824, eram atribuições somente do legislativo, executivo e judiciário. A Lei Orgânica dos Municípios datada de 1º de outubro de 1928 foi chamada de Regimento das Câmaras Municipais do Império até a mudança que ocorreu na constituição em 1891 retirando dos municípios essas funções executivas.

Com tais mudanças foi criada uma Lei, de Cândido Mota: Lei nº 844 de 10/10/1902, a qual foi responsável pela criação do Instituto disciplinar que tinha como finalidade reeducar, dar instrução literária, agrícola e industrial para jovens com faixa etária de 9 a 21 anos. Pouco tempo depois o instituto foi nomeado como Unidade

¹⁷² LEI Nº 2.040, DE 28 DE SETEMBRO DE 1871 - Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos.

¹⁷³ A roda dos expostos ou roda dos enjeitados consistia num mecanismo utilizado para abandonar, expor ou enjeitar na linguagem da época, recém-nascidos que ficavam ao cuidado de instituições de caridade.

O mecanismo, em forma de tambor ou portinhola giratória, embutido numa parede, era construído de tal forma que aquele que expunha a criança não era visto por aquele que a recebia.

educacional modelo, e era famosa por ser bem repressiva com os jovens infratores (SIMÕES, 2014).

Foi então que a Liga das Nações¹⁷⁴ proclamou a primeira carta dos direitos universais da criança em 1924, foi aperfeiçoada pela ONU em 1959, tornando obrigatória aos estados de tornar política pública a responsabilidade pela assistência e proteção da criança, que aqui no Brasil foi expressada de início pelo código civil ajudando nas alterações importantes como a substituição do conceito de “posse dos filhos” para “proteção à pessoa dos filhos”, além de possibilitar a investigação para a paternidade que na época era de difícil acesso para aqueles que tinham poucos recursos e sem acesso ao sistema judiciário (SIMÕES, 2014).

Em 1923, no Rio de Janeiro, foi criado o primeiro Juizado de Menores dando início a uma nova assistência na centralização do atendimento oficial do “menor recolhido”. Foi através do decreto nº 16.272 de 20/12/1923, que a Assistência foi regulamentada e previa a criação de escolas para “menores criminosos e contraventores”, é válido aqui lembrar que os jovens chamados de “menores” são normalmente os pobres e negros, enquanto os jovens de classe média são vistos pela sociedade apenas como adolescentes. Em 1925 o governo, com autorização do congresso nacional aproveitando as instalações da antiga colônia de alienados, criou uma das primeiras escolas, localizada na Ilha do Governador, inaugurada em 11/11/1926 onde um dos juízes presentes na solenidade de inauguração da escola era o juiz de menores, José Cândido de Albuquerque Mello Mattos (SIMÕES, 2014).

Conforme o decorrer destes fatos surge então o primeiro Código de Menores do Brasil, através da publicação do decreto nº 5.083. Por meio da lei nº 170943-A de 12/10/1927 que começou a vigorar o decreto do Código de Menores que de acordo com o autor (...) “Em seu art. 15 já excluía o sistema de rodas para a admissão dos expostos à assistência pelas instituições, por que lhes impedia a identificação civil” (SIMÕES, 2014, p.223).

¹⁷⁴ Sociedade das Nações, também conhecida como Liga das Nações, foi uma organização internacional, idealizada em 28 de abril de 1919, em Versalhes, nos subúrbios de Paris, onde as potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial se reuniram para negociar um acordo de paz. Sua última reunião ocorreu em abril de 1946.

Com o objetivo de coordenar, em âmbito nacional, as atividades da infância, o Estado, na Era Vargas se constituiu no contexto do capitalismo monopolista momento em que o Estado brasileiro começa a intervir mais sistematicamente na "questão social" através de políticas públicas, criando o Departamento Nacional da Criança (1940), dando início à preocupação de políticas públicas voltadas para esta categoria, e é neste período que o Serviço Social é inserido participando efetivamente de programas de bem-estar, amparando os “menores desvalidos e infratores”.

As demandas de suas atividades voltadas para esse público favoreceu a criação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), que tinha por finalidade tirar das ruas as crianças e adolescentes e os encaminhar para o regime de internado, podendo até perder vínculos familiares, pois seu objetivo era substituir estes vínculos por vínculos institucionais com o intuito de recuperação e reintegração do menor para adequá-lo de acordo com as vontades comportamentais impostas pelo Estado. Na década de sessenta, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) passou por severas críticas, pois não estavam mais cumprindo o seu objetivo e finalidade inicial que era a recuperação desses menores, por consequência de superlotações, ensino precário, e até a incapacidade de recuperação de alguns. As crianças e adolescentes estavam expostas a muitos tratamentos desumanos, violentos e repressivos, a própria estrutura intramuros das instituições garantia o desconhecimento das autoridades e da sociedade sobre como era a atuação dos monitores (JUNIOR, 2017).

Com o golpe militar de 1964, interrompeu, entre muitos sonhos o de modificar o tratamento precário e desumano a crianças e adolescentes. Diante dos problemas que aconteciam e com a extinção do SAM, na tentativa de produzir uma política para atender aos direitos infanto juvenis, criou-se a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor), que era baseada na PNBEM (Política Nacional de Bem-Estar do Menor) com gestão centralizadora e verticalizada. Legalmente a PNBEM contemplava uma política pedagógica assistencialista, que na prática era mais um instrumento de controle político autoritário exercido pelos militares, que reproduzia a continuidade do tratamento desumano e repressivo. (JUNIOR, 2017, p. 4)

As Fundações Estaduais de Bem-Estar do menor (FEBEMs) eram redes nacionais que deram continuidade ao funcionamento das instituições de assistência, na realidade, a intenção de esconder o despreparo dos técnicos e as arbitrariedades dos monitores envolvidos nas situações de violência extrema e humilhação que os jovens tinham que enfrentar, Os menores ali passava por situações inaceitáveis como abuso sexual e casos de violências, que veio a gerar mobilizações sociais após as denúncias

dessas práticas, contribuindo para o surgimento de novos debates para efetivação de movimentos populares em prol dos direitos e defesa dos “menores” (JUNIOR, 2017).

Em 1979 em plena ditadura civil militar no Brasil, através da Lei nº 6.697 foi publicado o novo Código de Menores, aonde veio a consolidar a doutrina da Situação Irregular, deixando como solução para os carentes e delinquentes a cultura da internação. As mobilizações crescem na intenção de modificar este panorama e articular um pacto político-jurídico social para que pudesse modificar o modo de tratar os menores (JUNIOR, 2017).

Com os mesmos desgastes institucionais que fizeram o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) vir à extinção, as Fundações Estaduais de Bem-Estar do menor (FEBEMs) em 1990 veio a ser substituída pelo Centro Brasileiro para Infância e Adolescência o (CBIA), que trouxe a nova terminologia da “criança e do adolescente” e excluindo o termo “menor” conforme as mudanças significativas em relação à quebra de paradigmas e ordenação jurídica prevista na Constituição Federal de 1988.

A intensa mobilização de organizações populares nacionais e de latores da área da infância e juventude, acrescida da pressão de organismos internacionais, como o UNICEF, foram essenciais para que o legislador constituinte se tornasse sensível a já reconhecida como primordial em diversos documentos internacionais como a Declaração de Genebra, de 1924; a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas (Paris, 1948); A Convenção Americana sobre os Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica, 1969) e Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude - Regras Mínimas de Beijing (Res.40/33 da Assembleia-Geral, de 29/11/85). A nova ordem rompeu, assim, com o já consolidado modelo de situação irregular e adotou a doutrina da proteção integral. (JUNIOR, 2017, p.05)

A aprovação dos artigos 227 e 228 da Constituição Federal de 1988 foi um marco para introduzir a Doutrina de Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, devendo ser responsável pelos seus direitos fundamentais à família, a sociedade e o Estado. Facilitou, assim, a criação de um novo sistema para regulamentar e implementar a forma de como as crianças e adolescentes eram tratados. Assim passam a ser considerados como sujeitos de direito e pessoa em desenvolvimento, devendo ser tratados com prioridade absoluta. É neste ensejo que veio a ser promulgada a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, seu autor foi o Senador Ronan Tito e o relatório da Deputada Rita Camata.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) após ser regulamentado pela Constituição Federal de 1988 criou um novo modelo jurídico de responsabilização semelhante ao modelo penal de adultos, infelizmente essa responsabilização tem um corte de raça e classe a partir de uma seletividade focada em pobres e negros que faz parte dos Princípios do Direito Penal. Porém tem suas especificidades, ou seja, normas de responsabilização específicas para os adolescentes infratores. Este modelo se enquadra aos princípios da legalidade comum e ajustado em comunhão com os princípios do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 1990) dentre estes princípios, podemos citar alguns, o da legalidade, humanidade, proporcionalidade, intervenção mínima, responsabilidade subjetiva, da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e do melhor interesse do adolescente.

De acordo com Junior (2017, p.6) no que diz respeito ao Princípio da Legalidade, “Não haverá intervenção punitiva se não houver o respeito devido à lei. O artigo 103 do ECA, combinado com o 112, também do mesmo diploma, consagrou descrita como crime ou contravenção penal”, neste caso só pode aplicar medidas socioeducativas ao adolescente se for constatada a prática do ato infracional.

No que tange o Princípio da Condição Peculiar de Pessoa em Desenvolvimento, previsto no art. 6º da Lei 8.069 (ECA, 1990), esse princípio é a afirmação da criança e do adolescente como sujeitos de direitos e merecem prioridade e conforme o autor ele acrescenta que:

A consequência disso consiste no reconhecimento de que adolescentes infratores são detentores de todos os direitos que têm os adultos e que se sejam aplicáveis à sua idade e ainda alguns outros direitos que lhe são especiais, como decorrência de pessoa em condição peculiar em desenvolvimento. (JUNIOR, 2017, p.7)

Outro princípio citado pelo autor é o Princípio do Melhor Interesse do Adolescente, cuja consagração foi na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, é considerado como o pilar da Doutrina da Proteção Integral, (...) “Em todas as medidas relativas às crianças, tomadas por instituições de bem-estar social públicas ou privadas, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão consideração primordial os interesses superiores da criança.” (2017, p.7). Sua finalidade era diminuir a incriminação dos atos e também as restrições de direitos que seria, apenas do sistema penal comum.

Diante do exposto, Junior (2017) ressalta que o ECA foi criado com uma visão mais humana para os jovens, bem diferente das intenções do Código de Menores que via os jovens como menor em situação de irregular.

O ECA surge nesse movimento de consolidação da Constituição Federal, rompendo com a lógica do antigo Código de Menores. Os avanços do seu texto merecem reconhecimento, porém, apesar de ser chamada de “lei moderna”, a lógica de controle e dominação do Código de Menores perpetua-se. Muda-se o discurso, mudam-se os procedimentos, mais muito há que se percorrer para superar as razões da tutela na intervenção da esfera pública nas demandas por direitos da juventude. Neste sentido, constata-se que, antes de aprovação do ECA, um jovem era privado de sua liberdade para “sair as ruas” e parar de “oportunar a ordem” hoje, os jovens são privados de liberdade para se “reeducá-los”, “protegê-los”, “ajudá-los”, enfim, para que as instituições executem o que a família não fez. Observa-se, então, que na atualidade novas configurações se estabelecem e produzem novas faces de controle e punição. (BARROS,2014,- Apud JUNIOR, 2017, p.7)

Pelo exposto citado acima, o autor afirma que os ganhos em prol desde público foram fundamentais, porém, devemos ter uma reflexão de que não podemos nos acomodar com as políticas públicas já existentes, que podemos desenvolver articular e atuar mais. Ele enfatiza que é de suma importância a primazia de lutar pelas crianças e adolescentes, os reconhecendo como sujeitos de direitos em desenvolvimento, garantindo sua dignidade humana e as práticas das ações de políticas públicas voltada para eles como previsto na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Baseando-se na análise de artigos, livros e noticiários que envolvem os temas referentes aos adolescentes em conflito com a lei¹⁷⁵, percebemos que na maioria das vezes seu contato com os crimes foi através de furtos, roubos e tráfico de drogas crimes contra a vida. Neste desenvolvimento, veremos as políticas articuladas voltadas para esses jovens e como são executadas.

Analisando o conteúdo da cartilha do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, ela nos esclarece sobre o conjunto de normativas que vão compor os paradigmas de responsabilização

¹⁷⁵ Segundo o estudo Panorama, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2012, p. 10), os principais motivos de internação são crime contra patrimônio (roubo e furto), tráfico de drogas e homicídio.

dos adolescentes no país, e como funcionam as medidas de proteção integral bem como as medidas socioeducativas, previstas no (ECA).

Por isso, o que se pretende com o Sinase é demonstrar que o espírito de atenção e cuidado do ECA para com os adolescentes vale também para os adolescentes em conflito com a lei, os quais, se atendidos por programas de execução de medidas socioeducativas de qualidade, com direitos assegurados, serão responsabilizados e emancipados enquanto cidadãos. (SINASE, 2010, p.7)

Para que o SINASE fosse instituído, o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) em sua resolução publicada de nº 119/2006, diz que: (...) “o qual se constitui num documento referencial contendo as diretrizes voltadas ao funcionamento dos programas de atendimento socioeducativo amparadas numa linguagem de garantia de direitos humanos” (SINASE, 2010, p.7).

O SINASE explica o que se pretende no que diz respeito às medidas socioeducativas, fomenta ainda que precisamos desconstruir a visão da sociedade em relação ao ECA pois, tende popularmente a ser visto como “bonzinho” com os adolescentes que cometem ato infracional, de acordo com a cartilha. Para que as medidas sejam executadas precisamos entender como é o funcionamento do SINASE.

O Sinase é uma política nacional concebida com um desenho sistêmico e depende, para a sua execução, de um conjunto de ações articuladas com outras esferas de políticas públicas, especialmente com as instituições das áreas da “educação”, “assistência social”, “saúde” e “justiça” e “segurança pública”. Além disso, o estatuto prevê a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes a partir da articulação de um conjunto de entidades e pessoas (família, conselhos de direitos e tutelares, Juizado, Ministério Público, Defensoria, organizações da sociedade civil) que compõem o Sistema de Garantia de Direitos (SGD). É por isso que, no caso do Sinase, somente com todos esses serviços sendo oferecidos de forma integrada e satisfatória é possível garantir os direitos do adolescente autor de ato infracional. Essa integração sistêmica prevista a partir do ECA, é o que se costuma chamar de sistema de garantia de direitos (SINASE, 2010, p.11).

Figura 1: Sistema de Garantias de Direitos



Fonte: BRASIL (2012)

Como exposto no fluxograma (Figura 1), e no que diz a cartilha do SINASE na página 12, o sistema de garantia de direitos¹⁷⁶ tem como objetivo promover a proteção integral da criança e do adolescente, juntamente com as ações dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), pelas esferas do Poder Público (União, estados, Distrito Federal e municípios) e também pela sociedade civil, o SGD se divide em promoção, defesa e controle social.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), através do artigo 112 da Lei nº8.069, de 13 de julho de 1990 nos direciona que para entendermos a finalidade do SINASE, devemos conhecer quais são as medidas socioeducativas, pois elas variam de acordo com a gravidade que é cometida o ato infracional, estas podem ser de duas formas, como previsto nos artigos 103 ao 128 do ECA, medidas não privativas de liberdade (meio aberto) e medidas privativas de liberdade (meio fechado), vejamos:

¹⁷⁶É um conjunto articulado de pessoas e instituições que atuam para efetivar os direitos infanto-juvenis, dentre os quais podemos citar: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (com os gestores responsáveis pelas políticas públicas de educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer etc.), Conselho Tutelar, Juiz da Infância e da Juventude, Promotor da Infância e da Juventude, professores e diretores de escolas, responsáveis pelas entidades não governamentais de atendimento a crianças, adolescentes e famílias etc.

Quadro 1: Medidas não Privativas de Liberdade Meio Aberto

Medidas não privativas de liberdade meio aberto:	
Advertência; Artigo 115	Repreensão verbal feita pelo juiz, transformada em documento e assinada pelas partes envolvidas.
Obrigação de reparar o dano; Artigo 116	É determinada quando o a infração provoca danos patrimoniais, o adolescente restitui o bem material ou compensa o prejuízo a vítima de alguma outra forma.
Prestação de serviço à comunidade; Artigo 177	O adolescente deve realizar tarefas gratuitas junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas, programas comunitários ou governamentais.
Liberdade Assistida; Artigos 118 e 119	O adolescente é acompanhado por um orientador recomendado pelo programa de atendimento, este orientador voluntario junto com o apoio da autoridade competente, o acompanha e o insere se for necessário em programas de auxílio e assistência social. Além do acompanhamento escolar, esta medida deve ter uma duração mínima de seis meses, e pode ser prorrogada, substituída por outra e revogada.

Fonte: Cartilha do Sinase, 2010.

Quadro 2 Medidas Privativas de Liberdade Meio Fechado e Semifechado

Medidas de privação de liberdade meio fechado e semifechado:	
Semiliberdade Artigo 120	A medida de semiliberdade é aplicada como medida inicial ou como medida de transição para o meio fechado para os adolescentes que já se encontram em medida de privação de liberdade. Deve o adolescente seguir rotinas determinadas como pernoitar na unidade, sendo lhe permitido a realização de atividades externas cumprindo horários estipulados pelas atividades desta modalidade, nesta medida o adolescente também é encaminhado para entidades de ensino e cursos profissionalizantes como obrigatoriedade, além

	do fortalecimento de vínculos juntos as suas famílias.
<p>Internação em estabelecimento socioeducativo</p> <p>Artigos</p> <p>123 a 125</p>	<p>Esta medida socioeducativa se orienta e se baseia nos princípios da excepcionalidade e brevidade, devendo ser aplicada aos atos infracionais que são praticados com ameaça grave ou violência a pessoa, na reiteração de das graves infrações e pelo descumprimento das outras medidas socioeducativas que foram aplicadas anteriormente.</p>

Fonte: Cartilha do Sinase, 2010.

É importante ressaltar que o SINASE se preocupa com a qualidade, garantia e a manutenção do cumprimento das medidas socioeducativas, sem desvincular o direito que o adolescente tem de convivência com sua família e atividades comunitárias, de acordo com o Plano Nacional de Promoção e Defesa do Direito das Crianças e do Adolescente, que os reconhece como sujeitos de direitos. Vale reforçar também que, de acordo com o exposto além de ter um período mínimo para a medida de privação de liberdade, a mesma não deverá ultrapassar três anos, sendo reavaliada a cada semestre através do acesso ao defensor público ou advogado em qualquer período do cumprimento da medida, bem como a garantia de não serem submetidos a nenhuma forma de violência, tratamento cruel ou degradante e maus tratos, a cartilha ressalta que:

A internação não priva o adolescente de nenhum outro direito além da sua liberdade. Assim, durante o cumprimento da medida, o adolescente deve ter garantido o direito à realização de atividades pedagógicas, profissionalizantes, esportivas, ao lazer, à informação, à cultura à saúde (inclusive aos serviços médicos da rede pública especializados) e a todas as formas de auxílio ao seu desenvolvimento biopsicossocial garantidas no ECA. Da mesma forma que as medidas anteriores, é fundamental o envolvimento da família no processo e a realização de atividades comunitárias. (CARTILHA DO SINASE, 2010, p. 10)

Reiterando, a internação provisória não é uma medida socioeducativa, tendo em vista que ela não necessita de uma sentença judicial, neste caso o adolescente e sua prática do ato infracional estão sendo investigados para receber a adequada medida socioeducativa, sendo assim sua internação pode durar até quarenta e cinco dias.

Para discutir a perspectiva das expressões que norteiam os adolescentes em conflito com a lei e as políticas voltadas para eles, veremos no artigo “Adolescentes em

conflito com a lei e medidas socioeducativas: Limites e (im)possibilidades”, de Rosângela Francischini e Herculano Ricardo Campos, os mesmos destacam vários questionamentos sobre as medidas socioeducativas de privação de liberdade, se elas realmente têm caráter socioeducativo e diferenciado, dentre outros assuntos pertinentes ao trabalho desenvolvido pela instituição como, por exemplo, se eles diferem do cumprimento de pena, ou seja:

Do ponto de vista do tratamento emprestado pelo ECA à questão do adolescente em conflito com a lei faz-se necessário esclarecer que, enquanto sanção, a medida não é pena. Ou seja, muito embora se assemelhe à pena ao considerar o princípio da personalidade à sua aplicação- apenas o autor do crime responde por ele-, ser decorrência de lei e visar à ordem pública, a medida difere daquela em aspectos essenciais (FRANCISCHINI; CAMPOS, 2005, p.269).

Outro questionamento levantado pelos autores é sobre os estabelecimentos e suas estruturas físicas, se estão em conformidades para saber separar a ação pedagógica esquematizada em relação ao que difere pena e privação de direitos do transgressor e medidas socioeducativas.

Com a medida socioeducativa, por outro lado, é a ação pedagógica sistematizada que é visada, mesmo quando se trata de medida de privação de liberdade. A respeito da relação entre ação pedagógica e privação de liberdade, é importante considerar o debate que é suscitado a partir da compreensão de que há uma contradição entre essas duas (FRANCISCHINI; CAMPOS, 2005, p.269).

Como, os estabelecimentos que eram instituídos para manter o controle desses adolescentes podem ser considerados estabelecimentos educacionais e não punitivos, é outro ponto levantado pelos autores. Relatam que estes locais somente se tornaram estabelecimentos educacionais após a promulgação do princípio da brevidade e excepcionalidade em relação à condição de pessoa humana, ou seja, o marco histórico do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) veio para “desmistificar” o sistema de internação com caráter violento e punitivo. Vale ressaltar que seu avanço significa tem um significado enorme em termos legais, porém o Código de Menores continua impregnado no nosso sistema. O ECA ainda precisa de luta intensa para que funcione da melhor forma, sobretudo nos tempos atuais.

Francischini e Campos (2005) nos possibilita enxergar que educando e formando esses jovens para sua “ressocialização” social”, as medidas socioeducativas têm um caráter duplo, ou seja, do adolescente reparar o seu ato infracional, mais ao mesmo

tempo com educação, as medidas podem também contribuir para a redução da reincidência, dando aos adolescentes novos horizontes.

Para oferecer condições adequadas a estes jovens, as instituições não podem ser semelhantes às prisões, devendo extinguir qualquer tipo de coerção física, ou uso da força, além de garantir conforme a lei as visitas semanais, e que seus alojamentos não sejam celas, pois foge do espaço adequado para pessoas em processo de desenvolvimento.

Em sua grande maioria estas instituições dispõem de estruturas e espaços específicos que possibilite e facilite as dinâmicas e a interação familiar e comunitária. Os adolescentes recebem apoio de recurso humano não somente educacional, mas apoio técnico de psicólogos, assistentes sociais, administrativo e os agentes de segurança socioeducativo, que trabalham em conjunto para garantir a perspectiva de reinserção social na vida desses jovens (FRANCISCHINI; CAMPOS, 2005, p.271).

Para desconstruir a histórica doutrina de situação irregular, os educadores e psicólogos nas instituições deveriam seguir as exigências de critério mínimo para o trabalho educativo com os adolescentes em conflito com a lei, ressaltam que muitos destes profissionais escolhiam estar em creches e escolas do que lidar com adolescentes em conflito com a lei.

Por outro lado, a ciência Psicológica, produzindo, aderindo a, e mesmo fortalecendo, um discurso que, com raras exceções, desconsidera questões da ordem do sócio-histórico-cultural, cria um conjunto de dispositivos (teorias, instrumentos de medida e avaliação psicológicas, dentre outros) que, por um lado, não ultrapassa os limites de um sujeito individualizado e, por outro, fica circunscrito ao reduto “psi”. Em relação ao primeiro aspecto, assim se posicionando, a prática do psicólogo no interior da instituição de cumprimento das medidas socioeducativas restringe-se, não raro, à utilização das referidas técnicas de medida e avaliação, com o objetivo de emitir laudo psicológico, que via de regra funciona como instrumento de discriminação e opressão. No entanto, é cada vez mais evidente a necessidade de um profissional que considere o campo da subjetividade no enfrentamento da problemática da violência, investigando sua constituição, seu desenvolvimento (FRANCISCHINI; CAMPOS, 2005, p.271).

No tocante do que os autores definem sobre as ações socioeducativas institucionalizadas, eles afirmam que elas devem ter como objetivo, novos padrões de socialização, processos de subjetivação, ambos pautados nos conhecimentos e saberes que são produzidos pela psicologia, sociologia, pedagogia, história, arte, entre outras, todas com a finalidade de colaborar com a “ressocialização” tanto familiar como

comunitária e para que tenha êxito em sua reinserção (FRANCISCHINI; CAMPOS, 2005, p.272).

Já as propostas pedagógicas e das oficinas ofertadas preconizadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), os autores a destacam e afirmam que precisam receber uma atenção maior, ocupando um lugar de destaque no que tange as ações socioeducativas.

Em relação às oficinas, que aqui requerem atenção particular por ocuparem lugar de destaque nas ações institucionais, observe-se que nem mesmo a habilitação profissional dos adolescentes é garantida por seu intermédio. Esta situação decorre, ao menos, de dois aspectos essenciais: primeiro, da restrição de opção dos jovens quanto a que trabalho desenvolver, pois nem sempre se interessam pelo tipo de atividade que é proposto. E segundo, porque as atividades não consideram as especificidades dos sujeitos a quem se destinam: a peculiar condição de pessoas em desenvolvimento, o particular momento da adolescência e a circunstância de se encontrarem em conflito com a lei. Ou seja, constata-se a ausência de uma integração entre a atividade manual e a perspectiva pedagógica que remete à ética da vida (FRANCISCHINI; CAMPOS, 2005, p.272).

A reflexão feita pelos autores é sobre a precariedade de reintegrar a escola a estas instituições, quando se consegue não correspondem efetivamente, por falta de pessoal qualificado e de estrutura para com as famílias, ou seja, fica difícil desenvolver as atividades desta natureza.

Portanto, para concluir o levantamento dos limites e possibilidades impostas pelo modo de produção capitalista que vivemos, é preciso diminuir a regressão desses jovens às unidades de medidas socioeducativas, trabalhar com ética e respeito à vida são quesitos primordiais para obter oportunidades, e a redução das desigualdades sociais (FRANCISCHINI; CAMPOS, 2005).

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO E SUA ATUAÇÃO NA REINSERÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DO ADOLESCENTE

Este, no Sistema Socioeducativo, tem por finalidade, contribuir para a efetivação e garantia da execução das Políticas Públicas, como mediador em prol dos direitos e deveres dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, junto à equipe técnica multidisciplinar.

Marilda Vilela Iamamoto fomenta em seu livro, “*O serviço social na contemporaneidade*”, a prática como trabalho e a inserção do Assistente Social em processos de trabalho.

A compreensão dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social que informa a revisão curricular parte da premissa que decifrar a profissão exige aprendê-la sob outro ângulo. Em primeiro lugar, abordar o Serviço Social como uma profissão socialmente determinada na história da sociedade brasileira. Em outros termos, analisar como o Serviço Social se formou e desenvolveu no marco das forças societárias, como uma especialização do trabalho na sociedade. Mas pensar a profissão é também a pensar como fruto dos *sujeitos que a constroem e vivenciam*. Sujeitos que acumulam saberes, efetuam sistematizações de sua “prática” e contribuem na criação de uma *cultura profissional*, historicamente circunscrita (IAMAMOTO, 2015, p. 57).

A Assistente Social Fernanda Carneiro Soares (2015) expõe que a prática profissional do serviço social, enfrenta dilemas para com a garantia de direitos. Os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, tem seus direitos violados e que as políticas públicas falham, perdendo sua finalidade protetiva.

O Serviço Social deve atentar-se a sua ótica e ação profissional, tendo em vista os já rompimentos ocorridos das violações de direitos destes adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Praticamente em todos os campos sócio ocupacionais que o assistente social é inserido, sempre debruçará sobre as expressões da Questão Social, estas bem atuantes e que se manifestam através do modo de produção capitalista que vivemos (SOARES, 2015).

O Assistente Social tem suas especificidades em relação a sua autonomia profissional, conforme os princípios fundamentais previstos no Código de Ética de 1993, trabalham em comunhão com as políticas públicas, e também de acordo com o setor ao qual foi inserido para atuar nas diversas manifestações da questão social. (...) “A prática profissional do serviço social, particularmente na medida socioeducativa de internação, está inserida em uma política social mais ampla e ainda incipiente: A Política da Socio educação” (SOARES, 2015, p.162).

Tais Políticas de Socio educação, direcionadas para e inseridas nas unidades de internação, visa à dinâmica dos adolescentes, envolve ações, projetos, políticas públicas desenvolvidas pelas unidades, Secretarias Municipais de Assistência Social e também a Secretaria de Saúde.

Apesar do exercício profissional do Assistente Social na Política de Socioeducação também estar baseado no enfrentamento às expressões da Questão Social, esta ação tem suas particularidades. Primeiramente, porque o Serviço Social não irá lidar com um usuário que busca a requisição de um serviço e/ ou direito, mas sim com indivíduos que infringiram leis e, por isto, estão cumprindo uma medida socioeducativa de caráter pedagógico, mas também sancionatório. (SOARES, 2015, p. 162)

A função avaliativa é de suma importância, tanto do serviço social como de toda equipe técnica, devido a, muitas das vezes, os jovens terem receio ou até mesmo dificuldades de expor seus problemas. O propósito desta função é não medir esforços para avaliar e obter informações que fortaleçam os vínculos com a equipe técnica e os socio educandos.

O serviço social atende adolescentes inseridos nas diversas nuances provenientes das desigualdades das questões sociais, haja vista que em algum momento lhes foi negado o acesso aos direitos sociais; assim como eles também violaram o direito de outra pessoa e por este motivo estão no cumprimento de medida socioeducativa. É simultânea a ação do assistente social nesta área para a garantia de direitos destes jovens, e na prevenção de sua regressão (SOARES, 2015).

Soares (2015) relata que é fundamental o assistente social conhecer os diversos direitos e serviços a serem ofertados na política de socioeducação, como também nas demais políticas públicas que visam corroborar os jovens e suas famílias a o rompimento do ciclo vicioso ao qual estão inseridos.

Acredita-se que a ação profissional pode tensionar estes ciclos de violações, que em muitos casos atravessam gerações, contribuindo para o seu rompimento e, deste modo, auxiliar na construção de novas estratégias de vida, na reconstrução de trajetórias individuais e familiares (SOARES, 2015, p. 163).

O serviço social não pode perder de vista, os desafios e a complexidade da fragilidade da atual situação dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, e visa mediar junto às políticas públicas o fortalecimento dos vínculos entre estes jovens e suas famílias (SOARES, 2015).

O assistente social inserido no espaço de trabalho das instituições que nesses espaços executam as sanções previstas na lei brasileira muitas vezes percebe-se isolado da categoria, como se sua prática estivesse contra os princípios históricos do Serviço Social. É preciso enxergar com nitidez que essas sanções (privadas de liberdade por exemplo) estão previstas na legislação brasileira e podem constituir possibilidades concretas de tomada de consciência por parte dos sujeitos que a ela são submetidos. Por outro lado, a presença do profissional de Serviço Social nesses espaços pode constituir-se

também em esforços na garantia de direitos dos sujeitos atendidos (FREITAS, 2011, p. 47 Apud SOARES, 2015, p. 165).

ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

A presença do profissional de serviço social em organizações educacionais vem sendo discutido pelo seu histórico de intervir na realidade da sociedade e assim abrindo campo de atuação para o assistente social. Freitas (2011) diz que para a construção do conhecimento científico não pode separar teoria de prática, (...) “a prática profissional só é transformadora na medida em que se orienta por uma teoria” (FREITAS, 2011, p. 01).

A discussão do trabalho do assistente social partindo do projeto ético político da profissão, visa neste contexto, com a colaboração de sujeitos individuais e coletivos, construir vínculos com as políticas públicas, institucionais, em prol da garantia de direitos dos sujeitos atendidos, pois segundo a autora as unidades de internação têm cada uma suas particularidades e planos de ação (FREITAS, 2011).

Ao se pensar a prática profissional, existe a tendência de conectá-la diretamente a prática da sociedade. Alguns qualificam a prática do Serviço Social de “práxis social”, ainda que esta se refira à prática social, isto é, ao conjunto da sociedade em seu movimento e contradições. A análise da “prática” do assistente social como trabalho, integrado em um processo de trabalho permite mediatizar a interconexão entre o exercício do Serviço Social e a prática da sociedade (IAMAMOTO, 2015, p. 59).

É através do diálogo interdisciplinar e com suas especificidades, que o assistente social trabalha nas unidades, sem perder as particularidades do serviço social, para isso, é necessário ter como referencial a entrada do adolescente na instituição para seguir com o acompanhamento de sua medida. Quando o adolescente chega à unidade é feito um atendimento de saúde e atendimento por um técnico, este que pode ser psicólogo ou assistente social.

Para o serviço social este atendimento inicial é importante porque se constitui no momento de acolhida do adolescente na Unidade de Internação. É nesse momento que o profissional irá fazer o primeiro esclarecimento ao adolescente quanto a seus direitos e deveres, orientando-o acerca do dia a dia na unidade e buscando informações (uso de substâncias psicoativas, problemas de relacionamento, familiares que realizarão visitas) que auxiliarão na melhor inserção do adolescente na medida de internação (FREITAS, 2011, p. 7).

O assistente social acompanha a medida de internação e sua duração, ela depende da reavaliação do poder judiciário, e é através do envio dos relatórios dos

técnicos que se obtêm o resultado da autoridade judiciária. Respeitando a particularidade de cada um, faz-se necessário à elaboração dos objetivos da intervenção, identificando as necessidades de cada um, a equipe técnica contribui para que o cumprimento da medida socioeducativa de privação de liberdade seja de acordo com o Plano Individual de Atendimento¹⁷⁷ (PIA), este previsto no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) (FREITAS, 2011).

No que tange o comprometimento na efetivação do atendimento socioeducativo do profissional de serviço social, Freitas (2011) expõe o seguinte:

O profissional de Serviço Social nas unidades de internação precisa comprometer-se com a efetividade do atendimento realmente socioeducativo, situando seu trabalho na perspectiva da garantia de direitos. Assim, o assistente social acompanhará o adolescente durante toda a medida de internação, na perspectiva do atendimento integral. (...) é possível organizar didaticamente o trabalho do assistente social em três grandes dimensões que possuem interlocução entre si: atendimento ao adolescente, atendimento a sua família, participação na unidade de internação (FREITAS, 2011, p. 9).

O atendimento ao adolescente requer uma atenção integral, com atendimentos sistematizados, respeitando a disposição do adolescente, e em espaços que colaborem a orientar o mesmo a refletir sobre sua perspectiva de vida, seus planos e projetos de escolarização e profissionais. Para fortalecer o atendimento coletivo, Freitas acrescenta que “A contribuição do assistente social é mais efetiva quando se trata da perspectiva coletiva, já que a formação teórica, os instrumentais técnicos da profissão estão diretamente relacionados com o coletivo” (FREITAS, 2011, p. 9).

O assistente social a partir das condições institucionais, busca construir alternativas, para contribuir na criação das especificidades do trabalho do serviço social. Essas especificidades contribuem no atendimento grupal favorecendo ao jovem a possibilidade de refletir sobre suas decisões e o entendimento de sua “ressocialização”. Para que este jovem tenha no acompanhamento de sua medida um atendimento integral, é necessário que suas necessidades sejam atendidas, estas podem ser de saúde, de assistência religiosa, de tratamento de drogadição e profissionalização. Para que estas necessidades sejam concretizadas, o assistente social deve ter clareza no quanto é fundamental seu compromisso com os adolescentes autores de ato infracional, pois, é

¹⁷⁷ Plano Individual de Atendimento (PIA) se apresenta como uma importante ferramenta de planejamento, construção e acompanhamento individual do cumprimento da medida socioeducativa previsto na Lei de Execução nº 12.594 e no documento guia do SINASE.

para ele que seu trabalho é direcionado, sendo assim a práxis deve ser o centro principal da proposta do trabalho do assistente social.

Não obstante estejamos trabalhando em profissões que são eminentemente sociais, sempre percebemos quem é esse outro com o qual trabalhamos. Nem sempre temos claro que sujeito é esse. Em quantos momentos esse outro é visto de forma vulgarizada, banalizada, como o centro de referência da prática fosse o profissional que a realiza e não o sujeito que a constrói. (...) “Há então uma inversão total de valores. As instituições existem para responder as demandas da população” (MARTINELLI, 1999, p. 13 Apud FREITAS, 2011, p. 10).

DEMANDAS DO SERVIÇO SOCIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Tendo como princípios o aprimoramento profissional, o qual está previsto no Código de Ética profissional do assistente social, o profissional caminha para o acúmulo de conhecimentos através das intervenções no seu trabalho, em diversos campos em que é inserido.

A atuação do profissional de Serviço Social é construída a partir dos processos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operacionais apreendidos no contexto histórico e político da produção e da reprodução na/da relação capital-trabalho. Para a discussão aqui proposta é necessário contextualizar que o Assistente Social que trabalha em um centro socioeducativo faz parte de uma equipe de trabalho multidisciplinar e desenvolvem ações interdisciplinares junto aos demais profissionais das áreas de conhecimento da Psicologia, da Terapia Ocupacional, da Pedagogia, do Direito e da Enfermagem. Além da atuação interdisciplinar com estes profissionais ainda é necessária uma articulação cotidiana do Assistente Social com os agentes de segurança socioeducativos, professores, auxiliares educacionais, diretores e demais profissionais do centro socioeducativo (ARRUDA; PINTO, 2013, p.5).

Ao considerar algumas contribuições do assistente social no espaço sócio ocupacional no sistema socioeducativo, o profissional precisa ser criativo respeitando seus princípios fundamentais¹⁷⁸ de acordo com o código de ética de 1993. Para isso utiliza de dispositivos metodológicos como atendimentos individuais aos adolescentes ou em grupos e a suas respectivas famílias. Faz uso da atuação de outros profissionais como psicólogos, para uma melhor análise da identificação das demandas.

O assistente social elabora sua estratégia de intervenção profissional, pautada na efetivação dos direitos sociais. As especificidades dentro das medidas socioeducativas

¹⁷⁸ PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática (Código de Ética, p. 23, 1993).

visam a contribuição do serviço social como um diferencial de outras áreas, como previsto no CFESS nº577/2009, art. 4º ele estabelece que:

“O assistente social ao atuar em equipes multiprofissionais, deverá garantir a especificidade de sua área de atuação”. Entende-se com clareza o objetivo da análise para que a intervenção profissional seja qualificadora (ARRUDA; PINTO, 2013, p.7).

Seu atendimento inicial é na admissão do adolescente, onde no acolhimento se recolhe informações para identificar as referências familiares, e para a identificação dos principais elementos para a construção do caso de vida do adolescente.

A proposta do artigo sobre a atuação do assistente social, no espaço socioeducativo, traz uma discussão, sobre o quanto é primordial dar ênfase ao movimento sócio histórico da profissão. É através desta perspectiva que se destaca pontos importantes da atuação do assistente social na socio educação. Um dos pontos de importância e que deve se ter continuidade, é o estudo da vida social, pois facilita a leitura e o reconhecimento das expressões. Estes estudos possibilitam um domínio e embasamento para lidar com a realidade, construir estratégias e instrumentalidade (ARRUDA; PINTO, 2013, p.14).

Sendo assim, através da compreensão e do acesso as questões das áreas de referência, em relação à vida destes adolescentes, os assistentes sociais são:

(...) profissionais que chegamos o mais próximo possível da vida cotidiana das pessoas com as quais trabalhamos. Poucas profissões conseguem chegar tão perto deste limite como nós. É, portanto, uma profissão que nos dá uma dimensão de realidade muito grande e que nos abre a possibilidade de construir e reconstruir identidades – a da profissão e a nossa – em um movimento contínuo (MARTINELLI, 2006, p. 02 Apud ARRUDA; PINTO, 2013, p. 15).

A IMPORTANCIA DA PROFISSIONALIZAÇÃO PARA O ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

O artigo “A qualificação Profissional como alternativa ressocializadora ao adolescente infrator”, de Samara Borges Fernandes (13/04/10), destaca de forma bem analítica como é importante à qualificação profissional para a reinserção social e profissional dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de privação de liberdade.

Afirma que o adolescente que comete ato infracional tem suas raízes dentro de um histórico que envolve educação, economia, políticas públicas e a sociedade. Com as “adversidades da vida”, como a falta de educação de qualidade cada vez mais restrita, fica difícil para o adolescente ter visão de futuro, e a falta de novos horizontes, muitas vezes os induz às práticas de conflitos com a lei. Relata que “a expectativa da transformação é valor indissociável do homem e especialmente daqueles que estão em processo de crescimento humano contínuo como os adolescentes” (FERNANDES, 2015, p. 1).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) através das medidas socioeducativas, promove ao adolescente um processo social e pedagógico, e colabora para a “ressocialização” com oportunidade através do ensino técnico profissional. A “ressocialização” da medida deve ter um propósito que visa ofertar ao jovem um projeto de vida responsável, tendo a necessidade de compreensão e conscientização do jovem em relação a sua educação e capacidade.

O cumprimento de medidas visa oportunizar um processo de intersubjetividade, além de processos pedagógicos para que se melhor compreenda o jovem e as relações sociais. Para que as medidas sejam executadas com êxito, é necessário destacar o papel do Estado, (...) “cabe ao Estado, através de pessoas e instituições responsáveis pela política de atendimento, construir programas emancipatórios que ensejem a capacitação educacional dos adolescentes em conflito com a lei” (FERNANDES, 2015, p.3).

Entender que o trabalho no cumprimento da medida, facilita a reintegração, tornando um facilitador à formação profissional e favorecendo ao jovem sua reinserção social. É válido expor que o trabalho na medida socioeducativa é comprometido com o caráter educativo e profissionalizante, visando o preparo do indivíduo para que o jovem possa adquirir responsabilidades, seus direitos e deveres reconhecidos, além de segurança econômica (FERNANDES, 2015).

Sobre as medidas socioeducativas e a qualificação profissional, de acordo com o artigo 60 da Constituição Federal de 1988;

Ao tratar de atividade laboral desenvolvida por crianças e adolescentes, estabelece a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho de menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (FERNANDES, 2015, p. 5).

O Estatuto da criança e do adolescente (ECA, 1990) veda o trabalho a não ser que seja aprendiz a partir de quatorze anos, é no artigo 67 que limita e especifica o trabalho para os jovens de dezesseis a dezoito anos, e proíbe qualquer atividade que seja perigosa, noturna, insalubre, e ou lugares e horários que prejudiquem a frequência do jovem à escola (FERNANDES, 2015).

Firmando o que se estabelece no artigo 277 da Carta Constitucional, Fernandes (2015), (...)” compreende-se a profissionalização como todo processo educativo que permite ao indivíduo adquirir e desenvolver conhecimentos teóricos, técnicos e operacionais relacionados à produção de bens e serviços, que seja esse processo desenvolvido nas Escolas ou nas empresas” (FERNANDES, 2015, p.6).

O processo educativo para “resgatar” esses adolescentes, não é suficiente para a maioria deles. Deve se ofertar uma medida socioeducativa para que se obtenha realização pessoal em conjunto às medidas, programas para desenvolver a profissionalização.

No Brasil existem muitas instituições que promovem dentro da execução de medidas socioeducativas, atividades educacionais e profissionalizantes, porém, é falho, umas das causas dessa afirmação segundo Fernandes, é o efetivo reduzido de técnicos, falta de estrutura, e ambiente adequado para a implantação das atividades. (FERNANDES, 2015).

Neste contexto, diversas políticas são implantadas, na maioria das vezes, de forma precária. Em pesquisa realizada no Rio Grande do Sul, o ILANUDE-Instituto Latino Americano das Nações Unidas Para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente-Brasil constatou que na maior parte dos Programas de Prestação de Serviços à Comunidade, diversos adolescentes acabam desenvolvendo atividades de limpeza e serviços gerais, sem contar com nenhum acompanhamento pedagógico. Desse modo, o desenvolvimento de atividades profissionalizantes acaba ficando em segundo plano (FERNANDES, 2015, p.7).

Portanto, para aqueles jovens que buscam sua reinserção social através da qualificação profissional precisam contar com o preparo e colaboração da sociedade para com eles sem preconceitos, já que em outro momento de suas vidas, foram autores de atos infracionais. Para que seja completa a “ressocialização” é necessário que a sociedade entenda seu papel, respeitando e criando oportunidades para inserir este adolescente no mercado de trabalho. Para tal concretização a qualificação profissional na execução de medidas sócio educativas, deve haver um engajamento entre a instituição, escolas, empresários, a família dos jovens, a comunidade e a sociedade civil (FERNANDES, 2015, p.10).

O resultado obtido nesta relação é promover um trabalho de sensibilização, proporcionando ao jovem a compreensão da parcela de contribuição, bem como sua reinserção social, o fortalecimento da cidadania do jovem dentro do sistema socioeducativo.

CONCLUSÃO

Buscou-se neste artigo, compreender a profissionalização para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade no Estado do Rio de Janeiro. Foram buscados os aspectos, sob o ponto de vista histórico, onde o envolvimento da criança e adolescente encontram suas vulnerabilidades mediante as situações aos quais o sistema socioeducativo lhes impõe.

Versamos também sobre as teorias que traçaram o perfil da problemática e o envolvimento do Assistente Social, teorias estas que fogem da realidade que foi encontrada durante os processos que ratificaram a perspectiva e narrativa deste trabalho, tendo como ponto inicial o aprofundamento do código Melo Mattos até a promulgação da LEI 8069/1990, base fundamental da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

No que se refere ao andamento da pesquisa, percebeu-se que muito ainda deve ser feito, mediante ao que foi evidenciado em função das Políticas Públicas atuais não estarem em consonância com aquilo que se pretende alcançar nos espaços socioeducativos, como cerne da questão a evidente necessidade de reordenamento. Seguindo a mesma linha, procurou-se evidenciar a atuação do Serviço Social e seu enfrentamento das expressões da Questão Social no âmbito da profissionalização da socio educação.

A atuação do assistente social no campo das políticas públicas implementadas pelo Estado e que se referem ao atendimento dos jovens, encontram severos desafios, já que estas políticas deveriam proteger esses jovens e não sendo por vezes o protagonista da violação dos direitos deles. A profissionalização é um caminho, mas dentro de limites impostos pelos interesses de uma sociedade desigual, pois a inserção desses jovens no mundo do trabalho limita-se a ser subalterna. Embora o ECA seja uma política avançada que deve ser defendida, ainda persiste no Brasil o ideário do "menor". O jovem pobre e negro ainda é visto como um “problema” a ser resolvido.

Mediante a tudo que foi pesquisado, estabelece-se o estado da arte onde a aplicação do sentido literal do Serviço Social na questão aqui colocada, promove-se uma nova perspectiva e reparo da complexidade de como as Políticas Públicas se apresentam no sentido do Tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Daniel Péricles; PINTO Patrícia silva, *O Trabalho do assistente social na medida socioeducativa de internação: práticas e desafios*- III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, Junho, 2013.

BRASIL. ECA, Estatuto Da Criança e Do Adolescente (1990) Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Brasília

CFESS, Código de Ética do/a Assistente Social Lei 8662/93- CFESS, 9ª Edição Revista e Atualizada.

FERNANDES, Samara Borges, *A qualificação profissional como alternativa ressocializadora ao adolescente infrator, conteúdo jurídico*, Abril, 2015.

FRANCISCHINI, Rosângela; CAMPOS, Herculano Ricardo, *Adolescente em Conflito Com a Lei e Medidas Socioeducativas: Limites e (im) possibilidades*, Volume 36, número 3, Dezembro, 2005.

FREITAS, Tais Pereira. *Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos*, Scielo nº 105, São Paulo: Janeiro /Março 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social Na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional*, 26ª Edição. São Paulo: Cortez, 2015.

JUNIOR, José Custódio Da Silva, *Evolução Dos Direitos Das Crianças e Dos Adolescentes*, Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, Ano 02, Ed. 01, Vol. 13, Janeiro: 2017.

SIMÕES, Carlos. *Curso de direito do serviço social*, biblioteca Cortez, 7ª edição, volume 3, São Paulo: 2014.

SINASE, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, cartilha, Brasília: 2010.

SOARES, Fernanda Carneiro, *Ações Socioeducativas – Formação e saberes profissionais* – Rio de Janeiro, *Novo Degase*: 2015.

FISIOTERAPIA

Como citar: CALDAS, Bruno Tavares, FAGUNDES, Andersen Gracil, FINTELMAN, Rafaela, FERREIRA FILHO, Antônio Francisco de Andrade. *O uso da Ventilação não invasiva durante os exercícios da reabilitação pulmonar: uma revisão sistemática.* In: Revista Digital Simonsen, N° 11, novembro, 2019. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN: 2446-5941.

O USO DA VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA DURANTE OS EXERCÍCIOS DA REABILITAÇÃO PULMONAR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA.

Por: Bruno Tavares Calda¹⁷⁹, Andersen Gracil Fagundes¹⁸⁰, Rafaela Fintelman¹⁸¹, Antônio Francisco de Andrade Ferreira Filho¹⁸².

¹⁷⁹ Acadêmico de Fisioterapia do Centro Universitário IBMR.

¹⁸⁰ Acadêmico de Fisioterapia do Centro Universitário IBMR.

¹⁸¹ Pós-graduada em Saúde da Criança e do Adolescente Fisioterapia da Marinha do Brasil.

¹⁸² Mestre em Fisioterapia e docente da CBM-UniCBE.

RESUMO: A reabilitação pulmonar (RP) tem como objetivo a melhora da qualidade de vida dos pacientes e a ventilação não invasiva (VNI) pode potencializar seus resultados. O objetivo deste estudo foi verificar o uso da VNI e sua eficácia durante os exercícios da RP. Foi realizada uma revisão sistemática de acordo com a declaração do PRISMA, com base em artigos do *PUBMED*, Base PEDro, *Cochrane Library*, *OVID*, *Lilacs*, *Science Direct* e *Bireme medline*. 182 estudos foram identificados e após aplicação dos critérios de exclusão, 3 estudos foram incluídos na análise. Concluímos que a VNI é segura quando aplicada durante a RP, contudo são necessários mais estudos para definição dos parâmetros a serem utilizados e de quais pacientes se beneficiariam do uso da VNI.

Palavras-chave: Reabilitação pulmonar, Ventilação não invasiva, Doenças respiratórias.

ABSTRACT: Pulmonary rehabilitation (PR) aims to improve patients' quality of life and noninvasive ventilation (NIV) can improve outcomes. The aim of this study was to verify the use of NIV and its effectiveness during PR exercises. A systematic review was performed according to the PRISMA statement, based on articles from PUBMED, PEDro Base, Cochrane Library, OVID, Lilacs, Science Direct and Bireme medline. We identified 182 studies and, after applying the exclusion criteria, three studies were included in the analysis. We conclude that NIV is safe when applied during PR, but further studies are needed to define the parameters to be used and which patients would benefit from NIV use.

Keywords: Pulmonary rehabilitation, Noninvasive ventilation, Respiratory disorders.

INTRODUÇÃO

A reabilitação pulmonar (RP) consiste em uma intervenção baseada em uma avaliação completa do paciente adjunto à terapias adaptadas a ele, que incluem, mas não se limitam à treinamento físico, educação e mudança de comportamento com o objetivo de melhorar a condição física e psicológica de indivíduos com doenças respiratórias crônicas, restritivas e outras doenças pulmonares que levem a sintomas como dispnéia, fadiga ou limitação de seu estado funcional (GOODRIDGE et al., 2016; PUHAN et al., 2015).

A RP pode ser iniciada em qualquer fase da doença como períodos de estabilidade clínica e durante ou após uma exacerbação. É realizada em ambientes hospitalares, ambulatoriais ou domiciliares, afim de minimizar a carga de sintomas, maximizar o desempenho do exercício, aumentar a participação nas atividades cotidianas e melhorar a qualidade de vida, efetuando uma mudança de comportamento que melhore a saúde do paciente à longo prazo. Além disso, a intervenção deve ser individualizada para as necessidades únicas do paciente, com base em avaliações iniciais e contínuas, incluindo gravidade da doença, complexidade e comorbidades (GOODRIDGE et al., 2016; PUHAN et al., 2015). Em pacientes mais graves, por exemplo, os quais não têm capacidade funcional de realizar um treinamento aeróbico ou exercícios resistidos, deve ser feita por meio de estratégias que sejam menos dependentes de esforço como a estimulação elétrica neuromuscular (EENM) (JONES et al., 2018).

Dentre essas abordagens, a oxigenioterapia à longo prazo e a ventilação não invasiva (VNI) têm sido utilizadas para maximizar os ganhos da reabilitação pulmonar. Nestes diferentes estudos a VNI foi usada de forma noturna durante a terapia, principalmente em pacientes com hipercapnia severa crônica e histórico de hospitalização por insuficiência respiratória aguda, independentemente da doença de base (COQUART et al., 2017; DELLWEG et al., 2017; KENN et al., 2015).

A ventilação não invasiva é um suporte ventilatório que utiliza pressão positiva sem o uso de vias aéreas artificiais invasivas. A VNI emprega uma pressão inspiratória (IPAP e ou PSV) para ventilar o paciente através de interfaces e uma pressão positiva expiratória para manter as vias aéreas e os alvéolos abertos para melhorar a oxigenação

(EPAP e ou PEEP). Já no modo CPAP é administrado ao paciente uma pressão contínua nas vias aéreas de mesmo valor ao longo da inspiração e da expiração. Dessa forma tem por objetivo reduzir o trabalho respiratório e a frequência respiratória, aumentar o volume corrente, promover o repouso da musculatura respiratória, melhorando a queixa de dispnéia e proporcionando conforto ao paciente (BARBAS CSV, ISOLA AM, FARIAS AMC, CAVALCANTI AB, GAMA AMC, 2013).

No presente estudo, foi realizada uma revisão sistemática com o objetivo de verificar o uso da ventilação não invasiva e sua eficácia durante os treinamentos do processo da reabilitação pulmonar em pacientes em ambientes hospitalares, ambulatoriais ou domiciliares independentemente de sua doença de base.

MÉTODOS

Os dois pesquisadores (AGF e BTC) conduziram de forma independente uma revisão de literatura nas bases de dados *PubMed*, *PeDro*, *Science Direct*, *Ovid*, *Cochrane Library*, *Bireme* e *Lilacs*. Os artigos foram selecionados de 1998 a maio de 2018. As palavras chaves utilizadas foram "lung Rehabilitation" e "Pulmonary Rehabilitation" para o grupo de pacientes e "non invasive ventilation", "non invasive ventilations", "Non-Invasive Ventilation", "Non-Invasive Ventilations" e NIV para a intervenção. A estratégia de busca completa do PubMed foi adaptada para outras bases de dados usando termos e descritores médicos padronizados pelo *Medical Subject Heading* combinados com termos booleanos. As dúvidas em relação à seleção de artigos foram resolvidas em conjunto pelos pesquisadores com base nos critérios de inclusão propostos. Os seguintes critérios de inclusão foram considerados: (1) Artigos em inglês e português; (2) ensaios clínicos randomizados controlados; (3) Artigos que analisaram a VNI durante os exercícios da reabilitação pulmonar.

EXTRAÇÃO DE DADOS E ANÁLISE DE QUALIDADE

Os dados sobre a qualidade dos ensaios, fator de impacto do periódico, ano de publicação, tolerância ao exercício, parâmetros cardiovasculares e metabólicos, função muscular respiratória, dispneia, desconforto nas pernas e questionários foram extraídos independentemente por dois avaliadores (BTC e AGF) para uma planilha específica. A concordância geral foi de 0,92 usando o coeficiente kappa de Cohen. Discordâncias foram resolvidas por discussões face a face. A comparação dos valores do teste de

campo entre os grupos experimental e de controle dos estudos incluídos foi o desfecho primário.

RISCO DE VIÉS

A qualidade dos ensaios foi avaliada utilizando-se a Escala de Base de Dados de Evidência Fisioterapêutica (PEDro), a qual consta 11 itens que incluem: 1) os critérios de elegibilidade foram especificado (não usado para calcular a pontuação); 2) os sujeitos foram alocados aleatoriamente em grupos; 3) alocação foi ocultada; 4) os grupos foram semelhantes no baseline em relação aos indicadores prognósticos importantes; 5) houve cegueira de todos assuntos; 6) houve cegueira de todos os terapeutas que administraram a terapia; 7) houve cegueira de todos os avaliadores que mediu pelo menos um resultado chave; 8) medidas de pelo menos um resultado chave foi obtido de mais de 85% dos sujeitos inicialmente alocados em grupos; 9) todos os sujeitos para os quais as medidas de resultado estavam disponíveis receberam o tratamento ou a condição de controle conforme alocado ou, este não foi o caso, dados para pelo menos um resultado chave foi analisado por "intenção de tratar"; 10) os resultados de comparações estatísticas entre grupos são relatadas por pelo menos um resultado chave; 11) o estudo fornece tanto medidas e medidas de variabilidade para pelo menos um resultado. Cada um dos itens foi marcado como "sim (1/0)" ou "não (0/0)" e forneceu uma escala de 0 a 10. A pontuação foi realizada duas vezes independentemente pelos avaliadores e quaisquer dúvidas foram resolvidas em conjunto. Os artigos não foram excluídos com base no resultado da qualidade.

RESULTADOS

Ensaio incluído na revisão sistemática: Identificamos inicialmente 182 artigos em todas as bases de dados, dos quais 66 foram excluídos por serem duplicados e 100 foram excluídos após análise do título e resumo. Depois de ler os ensaios restantes na íntegra, três foram utilizados para esta revisão (Figura 1).

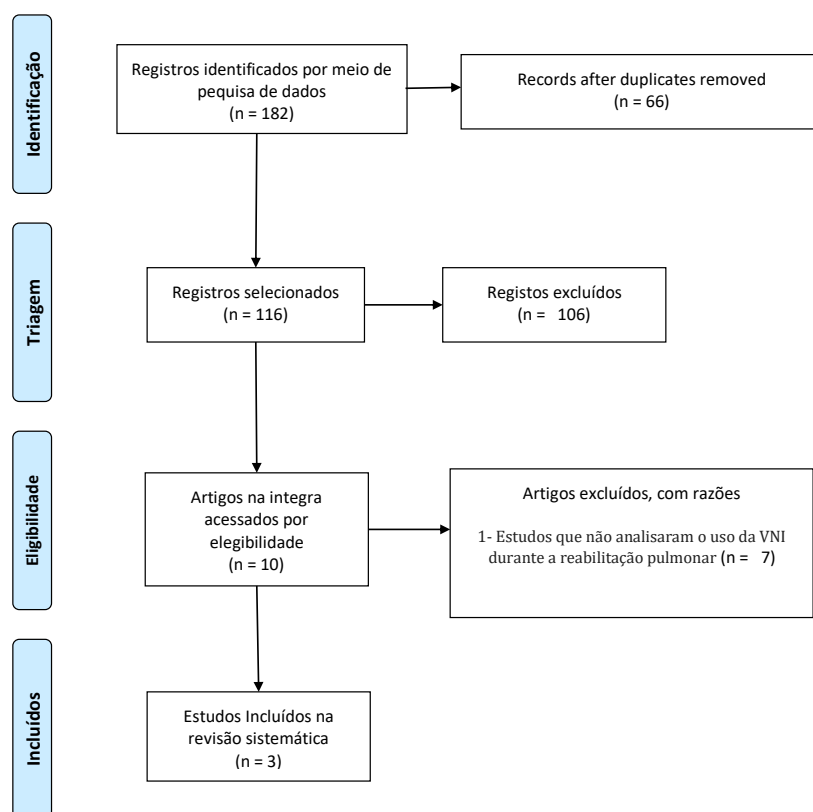


Figura 1. Fluxograma dos procedimentos de busca nas bases de dados, com base no grupo PRISMA (2009)

Característica dos estudos. As características dos estudos estão descritas na tabela 1.

Tabela 2 Caracterização dos estudos quanto à amostra, design, intervenção e tempo de duração

Estudo	Design	População	Participantes Incluídos na Análise Final	Intervenção	Configurações NIV	Tempo de duração
Vivodtzev, 2018	Randomizado controlado	Adultos diagnosticados com OSA (índice de apneia hipopneia (IAH)> 30 / hora avaliado por polissonografia. Utilizando CPAP por mais de 1 mês com duração acima de 4 horas por noite. Obesidade (35 <índice de massa corporal (IMC) <45 kg / m2).	Ergo + NIV, n = 17	Cicloergômetro: Iniciou com 30 min aumentando progressivamente para 45 min de acordo com tolerância do paciente.	NIV (Máscara Facial Total): Pressão inspiratória positiva nas vias aéreas: 12 cm H2O. Pressão expiratória positiva nas vias aéreas: 4 cm H2O. (ajustados com base na sensação subjetiva de cada paciente). Média por sessão: Pressão inspiratória positiva nas vias aéreas: 19 (4) cm H2O. Pressão expiratória nas vias aéreas: 4 (1) cm H2O. Pressão de suporte: 14 (4) cm H2O.	3 meses
			Ergo + TMR, n = 18	Cicloergômetro: Iniciou com 30 min aumentando progressivamente para 45 min de acordo com tolerância do paciente. Treinamento Muscular Respiratório: Dispositivo com feedback visual	Não utilizou NIV	3 meses

				(Spirotiger, Idiag AG, Fehraltorf, Switzerland). Respiração = 50% da capacidade vital 1° ventilação alvo = 50% da ventilação máxima voluntária. 20 à 45-48 resp/min e um volume corrente igual metade da capacidade vital forçada. A duração da sessão: Aumento progressivo de 2x5/min para 2x15/min.		
			Ergo, n = 18	Cicloergômetro: Iniciou com 30 min aumentando progressivamente para 45 min de acordo com tolerância do paciente.	Não utilizou VNI	3 meses
Vitacca, 2017	Randomizado controlado	Pacientes com hipercapnia crônica e hipoxemia devido a DPOC ou RTD. Em VNI noturna de longa duração de acordo com diretrizes. Em oxigenio terapia de longa duração por, no mínimo, 6 meses. Pacientes estavam em condições	ET + NIV, n = 21	Cicloergômetro: 30 minutos contínuos de ciclismo a 50–70% da carga máxima com suplementação de oxigênio durante o treinamento titulado para manter SpO ₂ > 90%. Atividades musculares abdominais, membros superiores e inferiores com elevação progressiva de pesos crescentes (300-500 g). Cicloergômetro de ombro e braço completo e outros exercícios.	Utilizou do mesmo ventilador e interface ao início das sessões de exercício e configurações utilizadas em casa por cada paciente. (parâmetros ventilatórios ajustados de acordo com a sensação de desconforto do paciente: inspiração (IPAP) / expiração (EPAP)).	3 semanas
			ET, n = 21	Cicloergômetro:	Não utilizou VNI	3

		estáveis sem exacerbações nas últimas 4 semanas.			30 minutos contínuos de ciclismo a 50–70% da carga máxima com suplementação de oxigênio durante o treinamento titulado para manter SpO ₂ > 90%. Atividades musculares abdominais, membros superiores e inferiores com elevação progressiva de pesos crescentes (300-500 g). Cicloergômetro de ombro e braço completo e outros exercícios.	semanas	
Bianchi, 2002	Randomizado controlado	Pacientes homens com DPOC, sem insuficiência respiratória crônica, ex-tabagistas. Todos os pacientes estavam em condições estáveis sem exacerbações nas últimas 4 semanas. Todos receberam terapias com broncodilatador inalatório. Nenhum dos pacientes estavam	PAV Exercício, n = 9	+	Cicloergômetro: 30 min contínuos ciclismo, 50 % à 70% da carga máxima alcançada no teste realizado na admissão. Aumento progressivo de pesos (300 ^ 500g) com os músculos abdominais, membros superiores e inferiores. Cicloergômetro de ombro e braço completo e outros exercícios.	Reabilitação multidisciplinar: A ventilação assistida administrada através de interfaces comerciais nasais ou faciais, de acordo com a escolha do paciente. Utilizando o PAV em 80% da tolerância máxima ao suporte de volume e fluxo e EPAP 2 cmH ₂ O .	6 Semanas
			SB Exercício, n = 10	+	Cicloergômetro: 30 min contínuos ciclismo, 50 % à 70% da carga máxima alcançada no teste realizado na admissão.	Não utilizou VNI	6 Semanas

em oxigenioterapia ou ventilação mecânica domiciliar a longo prazo.	Aumento progressivo de pesos (300 ^ 500g) com os músculos abdominais, membros superiores e inferiores. Cicloergômetro de ombro e braço completo e outros exercícios.
--	--

ERGO, ergocycle training; VNI, Ventilação não invasiva; RMT, respiratory muscle training; ET, exercise training; PAV, Ventilação assistida proporcional; SB, respiração espontânea; DPOC, doença pulmonar obstrutiva crônica; RTD, Doenças torácicas restritivas; CPAP, Pressão positiva contínua nas vias aéreas;; EPAP, Pressão expiratória positiva nas vias aéreas;; IPAP, Pressão inspiratória positiva nas vias aéreas:.

População. Um total de 136 pacientes realizaram a reabilitação pulmonar e destes, 31 abandonaram o tratamento, o ensaio de Vivodtzev et al. contou com um total de 53 participantes onde 9 foram analisados por intenção de tratamento. Dois trabalhos recrutaram pacientes com DPOC (n = 83) (BIANCHI et al., 2002; VAGHEGGINI et al., 2017), sendo que em um deles também foram inclusos pacientes com doenças pulmonares restritivas (DTR) (VAGHEGGINI et al., 2017). Em ambos os ensaios, todos os pacientes estavam em condições estáveis sem exacerbações nas últimas 4 semanas que precediam o programa de reabilitação, com um ensaio aplicando oxigenioterapia de longa duração por, no mínimo, 6 meses devido ao quadro de hipercapnia crônica e hipoxemia (VAGHEGGINI et al., 2017) e o outro sem o uso de oxigenioterapia de longa duração (BIANCHI et al., 2002). O terceiro estudo recrutou 53 pacientes com Apnéia obstrutiva do sono (AOS), obesos e estes realizaram tratamento com CPAP por mais de um mês utilizando, no mínimo, 4 horas por noite (WUYAM et al., 2018).

Intervenção. Nos três ensaios a VNI foi aplicada durante as seções de treinamento com o cicloergômetro (BIANCHI et al., 2002; VAGHEGGINI et al., 2017; WUYAM et al., 2018). E sua eficácia foi comparada a cicloergometria isolada (BIANCHI et al., 2002; VAGHEGGINI et al., 2017; WUYAM et al., 2018) e a cicloergometria adjunto ao treinamento muscular respiratório (TMR) (WUYAM et al., 2018). Um artigo utilizou a VNI por meio da ventilação em modo PAV (BIANCHI et al., 2002), enquanto outros dois estudos proporcionaram o suporte de pressão positiva por meio do Bilevel (VAGHEGGINI et al., 2017; WUYAM et al., 2018).

Programa de reabilitação pulmonar. Dois artigos incluíram as seguintes intervenções: exercício incremental até alcançar 30 minutos contínuos de cicloergometria a 50 ^ 70% da carga máxima, a qual foi alcançada no teste de admissão e exercícios para músculos abdominais, membros superiores e inferiores com aumento de carga leve progressivo (300 ^ 500 g), além outros exercícios não especificados nos ensaios (BIANCHI et al., 2002; VAGHEGGINI et al., 2017). Um destes dois artigos incluiu também o comportamento do paciente e da família como parte do programa de reabilitação (BIANCHI et al., 2002). Um ensaio não cita com detalhes qual o protocolo utilizado para o teste incremental. Porém, as sessões de treinamento foram iniciadas com 30 minutos de cicloergometria, a qual foi aumentada progressivamente para 45 minutos de acordo com a tolerância do paciente. A intensidade do treinamento foi iniciada em 60% da capacidade de pico (determinada pelo teste incremental) e o treinamento muscular respiratório foi realizado após as sessões de exercícios (WUYAM et al., 2018).

Configuração da VNI durante a reabilitação pulmonar. Um ensaio utilizou IPAP = 19 (4) cmH₂O, EPAP = 4 (1) mH₂O e PS = 14 (4) cmH₂O (WUYAM et al., 2018). Outro trabalho utiliza suporte de PAV com com 12 dos 18 pacientes necessitando de ajustes nos parâmetros durante o exercício (BIANCHI et al., 2002). Um estudo não menciona as configurações médias da VNI durante a terapia (VAGHEGGINI et al., 2017).

Interfaces. Dois trabalhos usaram máscaras nasais e faciais em pacientes submetidos a ventilação não invasiva (BIANCHI et al., 2002; VAGHEGGINI et al., 2017). Um deles com predomínio de máscaras faciais (VAGHEGGINI et al., 2017) e outro com predomínio de máscaras nasais (BIANCHI et al., 2002). Já no outro estudo da revisão todos os pacientes utilizaram máscaras faciais totais durante a VNI (WUYAM et al., 2018).

Qualidade dos estudos. A qualidade dos ensaios clínicos randomizados controlados variaram de 3 a 7 na escala PEDro (Tabela 2).

Tabela 2 Avaliação Metodológica dos estudos pela escala PEDro

Study	Critérios										Score
	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	
Vivodtzev et al. 2018	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	7/10
Vitacca et al. 2017	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	6/10
Bianchi et al. 2002	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	3/10

(2) Os sujeitos foram aleatoriamente distribuídos por grupos (num estudo cruzado, os sujeitos foram colocados em grupos de forma aleatória de acordo com o tratamento recebido) (3) A alocação dos sujeitos foi secreta (4) Inicialmente, os grupos eram semelhantes no que diz respeito aos indicadores de prognóstico mais importantes (5) Todos os sujeitos participaram de forma cega no estudo (6) Todos os terapeutas que administraram a terapia fizeram-no de forma cega (7) Todos os avaliadores que mediram pelo menos um resultado-chave, fizeram-no de forma cega (8) Mensurações de pelo menos um resultado-chave foram obtidas em mais de 85% dos sujeitos inicialmente distribuídos pelos grupos (9) Todos os sujeitos a partir dos quais se apresentaram mensurações de resultados receberam o tratamento ou a condição de controle conforme a alocação ou, quando não foi esse o caso, fez-se a análise dos dados para pelo menos um dos resultados-chave por “intenção de tratamento” (10) Os resultados das comparações estatísticas inter-grupos foram descritos para pelo menos um resultado-chave (11) O estudo apresenta tanto medidas de precisão como medidas de variabilidade para pelo menos um resultado-chave.

RESULTADO DOS ESTUDOS

Tolerância ao exercício. Houve melhora na tolerância ao exercício, em indivíduos com DPOC que utilizaram a VNI durante a reabilitação pulmonar, representado pelo aumento da distância percorrida no teste de caminhada de 6 minutos (TC6M) (BIANCHI et al., 2002; VAGHEGGINI et al., 2017), aumento no pico de potência (VAGHEGGINI et al., 2017) e aumento no pico de frequência cardíaca de treinamento (BIANCHI et al., 2002), sem diferenças significativas entre o grupo intervenção e o grupo controle. Em indivíduos com apnéia obstrutiva do sono a tolerância ao exercício também aumentou, com a utilização da VNI e do TMR associados a cicloergometria, representado pela melhora no consumo máximo de oxigênio (VO₂ de pico) quando comparados ao grupo que utilizou apenas a cicloergometria. Um aumento no pico de ventilação minuto durante o exercício e na frequência respiratória foi significativo apenas no grupo que utilizou a cicloergometria + TMR. O TC6M aumentou nas 3 intervenções sem diferenças significativas em entre os grupos (WUYAM et al., 2018).

Parâmetros cardiovasculares e metabólicos. A análise desses parâmetros foi feita apenas no estudo de pacientes com AOS. Houve diminuição significativa da pressão arterial sistólica e da pressão arterial diastólica, na circunferência do pescoço e da cintura após o uso da VNI durante a cicloergometria quando comparada aos grupos de cicloergometria + TMR e apenas a cicloergometria. Não houve mudança significativa no IMC pós reabilitação pulmonar nos três grupos, entretanto para toda a população analisada houve redução significativa pós treinamento na relação LDL/HDL e níveis de insulina quando comparada ao pré treinamento. Além disso, o índice de massa livre de gordura e o metabolismo basal melhoraram após a cicloergometria + TMR quando comparado a cicloergometria + VNI e somente a cicloergometria (WUYAM et al., 2018).

Função muscular respiratória. Um trabalho mostrou melhora significativa apenas no grupo que utilizou a VNI durante a cicloergometria, constatada por meio da melhora da pressão inspiratória máxima estática (MIP) e pressão expiratória máxima estática (MEP) (VAGHEGGINI et al., 2017). Outro ensaio não demonstrou diferenças estatísticas significativas entre os grupos após a RP, na função muscular respiratória e na função pulmonar, avaliadas por meio da MIP e MEP e dos volumes pulmonares e capacidade vital forçada, respectivamente (BIANCHI et al., 2002)

Dispneia e desconforto nas pernas. Para a quantificação destas duas variáveis, um ensaio aplicou a escala de borg modificada (VAGHEGGINI et al., 2017), outro utilizou a escala de borg e o índice de dispnéia transicional (BIANCHI et al., 2002) e o terceiro usou a escala visual analógica (WUYAM et al., 2018). Nos três artigos a queixa subjetiva de dispneia melhorou nos grupos controle e nos grupos intervenção, sem diferenças significativas entre os grupos, em seus

respectivos estudos (BIANCHI et al., 2002; VAGHEGGINI et al., 2017; WUYAM et al., 2018). Em dois artigos o desconforto nas pernas melhorou de forma significativa tanto no grupo controle quanto nos grupos intervenção, sem diferenças significativas entre os grupos (VAGHEGGINI et al., 2017; WUYAM et al., 2018). E em um ensaio houve melhora significativa do desconforto nas pernas, apenas no grupo que utilizou a VNI durante a terapia (VAGHEGGINI et al., 2017).

Questionários. Dois estudos avaliaram se a reabilitação pulmonar promoveu melhoras em indivíduos com DPOC por meio de questionários (BIANCHI et al., 2002; VAGHEGGINI et al., 2017). Um deles aplicou o questionário de insuficiência respiratória de Maugeri (MRF-28), onde mostrou melhora apenas nos indivíduos que realizaram a RP sem a utilização da VNI (VAGHEGGINI et al., 2017). Um ensaio utilizou o Questionário Respiratório de St. George (SGRQ), onde não houve melhora em nenhum dos grupos analisados (BIANCHI et al., 2002). O outro artigo usou o questionário de qualidade de vida SF-36, em pacientes com AOS, e analisaram a sonolência diurna, mostrando uma melhora significativa nos grupos controle e intervenção, porém sem diferença estatística entre as duas variáveis (WUYAM et al., 2018).

DISCUSSÃO

Este estudo se propôs a investigar se a utilização da ventilação não invasiva durante os treinamentos da reabilitação pulmonar gera benefícios ao paciente, fornecendo melhoras significativas em alguns parâmetros específicos.

A limitação ventilatória, seja ela obstrutiva ou restritiva, contribui para a intolerância ao exercício e, conseqüentemente, influi diretamente nos resultados do programa de reabilitação pulmonar. Logo são necessárias a classificação e quantificação bem definidas dos distúrbios pulmonares apresentados pelo paciente para o melhor direcionamento da terapia (PUHAN et al., 2015). Dois artigos quantificam e qualificam os distúrbios pulmonares dos pacientes (BIANCHI et al., 2002; WUYAM et al., 2018), um deles aplicando o estadiamento antigo de DPOC classificado em 3 fases de acordo com a ATS (TRINDADE AM, DE SOUSA TLF, 2015; BIANCHI et al., 2002), sendo utilizada atualmente a classificação do GOLD, a qual divide o estadiamento em 4 fases (GLOBAL INITIATIVE FOR CHRONIC OBSTRUCTIVE, 2018). E um trabalho não qualifica o grau de comprometimento da doença pulmonar obstrutiva crônica dos pacientes (VAGHEGGINI et al., 2017). Portanto, a não classificação adequada destes distúrbios pode ter interferido diretamente no resultado dos ensaios.

A reabilitação pulmonar é realizada em hospitais, centros de reabilitação ou em ambientes domiciliares, entretanto os hospitais proporcionam um ambiente clínico mais seguro e

disponibilizam uma equipe multidisciplinar treinada, o que torna a intervenção mais vantajosa e com melhor custo benefício (PUHAN et al., 2015). Dentre os artigos incluídos na revisão sistemática, apenas um deles é realizado em um centro de reabilitação (VAGHEGGINI et al., 2017), os outros estudos são realizados em ambientes hospitalares (BIANCHI et al., 2002; WUYAM et al., 2018).

O exercício físico é um componente chave durante o programa de reabilitação pulmonar em pacientes com doenças respiratórias crônicas, apresentando fortes evidências na melhora da capacidade do exercício, dispneia e qualidade de vida relacionada à saúde. A limitação do fluxo expiratório e o aumento da frequência respiratória durante o exercício pode levar a hiperinsuflação dinâmica, a qual está associada diretamente com um aumento da pressão expiratória positiva final intrínseca (PEEPi) e ao aumento do trabalho respiratório. Além disso, um agravamento do estado do paciente irá levar a acentuação destas variáveis. A VNI oferece diversos benefícios como melhora da ventilação, auxílio pressórico inspiratório, auxiliando as incursões diafragmáticas, principalmente em indivíduos obesos. Proporciona também a diminuição da PEEPi e conseqüentemente melhora da fadiga muscular durante o exercício, a qual está presente, frequentemente, em pacientes com DPOC e distúrbios restritivos. Logo a não estratificação adequada da população pode ter interferido nos resultados dos estudos (AMBROSINO; XIE, 2017; PUHAN et al., 2015).

A utilização da interface frequentemente é considerada um problema durante a terapia, pois muitos pacientes têm intolerância à aplicação devido ao desconforto gerado pela dor, excesso de pressão na pele e claustrofobia. Durante altas demandas ventilatórias alguns pacientes apresentam respiração tanto nasal quanto bucal, levando a vazamentos de ar, que podem reduzir à tolerância do paciente a utilização. Esses vazamentos são comumente observados em máscaras nasais e oronasais, exigindo assim máscaras faciais totais, as quais quando apresentam boa adaptação paciente-interface potencializam os resultados da terapia, podendo ter sido um dos fatores que contribuiu no aumento do pico de VO₂ no estudo de Vivodtzev et al (AMBROSINO; XIE, 2017; G.F. et al., 2012; NAVA; NAVALESI; GREGORETTI, 2009).

As pressões aplicadas durante a VNI também podem não ter sido suficientes para reduzir o trabalho dos músculos respiratórios, como citado em um dos artigos desta revisão, na qual os pesquisadores utilizaram a configuração da VNI de acordo com o conforto do paciente, contudo cita que as configurações deveriam ser comparáveis à utilização em outros trabalhos semelhantes (VAGHEGGINI et al., 2017). Outro artigo também usa a configuração das pressões expiratórias e

dos auxílios pressóricos inspiratórios definidos de acordo com o conforto do paciente, porém o autor cita que com o aumento das demandas ventilatórias devido ao exercício, os valores talvez não tenham sido suficientes para diminuir o trabalho ventilatório, não gerando o efeito esperado da terapia (BIANCHI et al., 2002).

Dentre os trabalhos analisados, dois deles apresentaram tempo de duração da reabilitação pulmonar inferior a sete semanas (BIANCHI et al., 2002; VAGHEGGINI et al., 2017). No entanto, a continuidade do tratamento parece beneficiar os efeitos obtidos da terapia a curto prazo (SOUSA; RUAS; VOLPE, 2015), como constatado por Vivodtzev et al, onde resultado com uso da VNI durante a reabilitação pulmonar foram melhores quando utilizados por 3 meses. Logo o tempo de duração do programa talvez não tenha sido suficiente para gerar maiores benefícios em todos os parâmetros analisados anteriormente. Além disso, os estudos analisados foram de baixa a média qualidade, de acordo com a escala PEDro (Tabela 2), o que pode ter influenciado diretamente nos desfechos encontrados. Vivodtzev et al foi o mais bem pontuado dentre os estudos contemplados nesta revisão.

Dois trabalhos questionam o tamanho de suas amostras, sugerindo que este fator possivelmente tenha interferido nos desfechos encontrados e que outros trabalhos devam ser feitos com amostras maiores, podendo gerar resultados mais eficazes (BIANCHI et al., 2002; WUYAM et al., 2018). E um estudo sugere a hipótese de que a reabilitação pulmonar tenha sido tão efetiva que uma melhora adicional com o uso da VNI seja difícil de alcançar (BIANCHI et al., 2002).

CONCLUSÃO

Em conclusão, essa revisão sistemática sugere que a ventilação não invasiva é segura quando aplicada durante os treinamentos da reabilitação pulmonar. Contudo, são necessários mais estudos para definição dos parâmetros a serem utilizados e de quais pacientes se beneficiariam do uso da VNI.

CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram não haver conflito de interesse.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRE MORETO TRINDADE, THIAGO LINS FAGUNDES DE SOUSA, A. L. P. A. A interpretação da espirometria na prática pneumológica: até onde podemos avançar com o uso dos seus parâmetros? **Pulmão RJ**, v. 24, n. 1, p. 3–7, 2015.
- AMBROSINO, N.; XIE, L. The Use of Non-invasive Ventilation during Exercise Training in COPD Patients. **COPD: Journal of Chronic Obstructive Pulmonary Disease**, v. 14, n. 4, p. 396–400, 2017.
- BARBAS CSV, ISOLA AM, FARIAS AMC, CAVALCANTI AB, GAMA AMC, D. A. Diretrizes Brasileiras de Ventilação Mecânica, 2013. **Diretriz Brasileira de Ventilação Mecânica**, v. I, p. 140, 2013.
- BIANCHI, L. et al. Lack of additional effect of adjunct of assisted ventilation to pulmonary rehabilitation in mild COPD patients. **Respiratory Medicine**, v. 96, n. 5, p. 359–367, 2002.
- COQUART, J. B. et al. Real-life feasibility and effectiveness of home-based pulmonary rehabilitation in chronic obstructive pulmonary disease requiring medical equipment. **International Journal of COPD**, v. 12, p. 3549–3556, 2017.
- DELLWEG, D. et al. Inspiratory muscle training during rehabilitation in successfully weaned hypercapnic patients with COPD. **Respiratory Medicine**, v. 123, p. 116–123, 2017.
- G.F., S. P. et al. Recent advances in interfaces for non-invasive ventilation: From bench studies to practical issues. **Minerva Anestesiologica**, v. 78, n. 10, p. 1146–1153, 2012.
- GLOBAL INITIATIVE FOR CHRONIC OBSTRUCTIVE. 2018 Global Strategy for Prevention, Diagnosis and Management of COPD. **Global Obstructive Lung Disease**, p. <http://www.goldcopd.org>, 2018.
- GOODRIDGE, D. et al. Pulmonary Rehabilitation in Canada: A Report from the Canadian Thoracic Society COPD Clinical Assembly. **Canadian Respiratory Journal**, v. 22, n. 3, p. 147–152, 2016.
- JONES, S. E. et al. Pulmonary rehabilitation in patients with an acute exacerbation of chronic obstructive pulmonary disease. **Journal of Thoracic Disease**, v. 10, n. 3, p. S1390–S1399, 2018.
- KENN, K. et al. Predictors of success for pulmonary rehabilitation in patients awaiting lung transplantation. **Transplantation**, v. 99, n. 5, p. 1072–1077, 2015.
- NAVA, S.; NAVALESI, P.; GREGORETTI, C. Interfaces in NIMV Respiratory Care 2009. p. 71–84, 2009.
- PUHAN, M. A. et al. An Official American Thoracic Society/European Respiratory Society Policy Statement: Enhancing Implementation, Use, and Delivery of Pulmonary Rehabilitation. **American Journal of Respiratory and Critical Care Medicine**, v. 192, n. 11, p. 1373–1386, 2015.

SOUSA, J. B. F.; RUAS, G.; VOLPE, M. S. Efeitos de Um Programa de Reabilitação Pulmonar Padrão após Um Período Mínimo de Tratamento. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 22, n. 3, p. 126–132, 2015.

VAGHEGGINI, G. et al. Non-invasive ventilation during cycle exercise training in patients with chronic respiratory failure on long-term ventilatory support: A randomized controlled trial. **Respirology**, v. 23, n. 2, p. 182–189, 2017.

WUYAM, B. et al. Ventilatory support or respiratory muscle training as adjuncts to exercise in obese CPAP-treated patients with obstructive sleep apnoea: a randomised controlled trial. **Thorax**, v. 73, n. 7, p. 634–643, 2018.